

# **Demonstrações Contábeis Anuais Completas 2020**

**Enel Distribuição São Paulo**

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.  
24 de fevereiro de 2021

**Relatório da Administração**

**Demonstrações Contábeis**

**Notas Explicativas**

**Parecer do Auditor Independente**

**Declaração dos Diretores da Companhia**

**Manifestação do Conselho de Administração**

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2020**  
**ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A**

Prezados Acionistas,

A Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

**1**

**PERFIL**

A Enel Distribuição São Paulo é uma Companhia de capital aberto estando presente em 24 cidades da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país.

A área de concessão, de 4.526 km<sup>2</sup>, concentra o maior PIB nacional e a mais alta densidade demográfica do país, com 1.647<sup>1</sup> unidades consumidoras por km<sup>2</sup>, o que corresponde a 8,5%<sup>2</sup> do total de energia elétrica consumida no Brasil.

Para cumprir com excelência o desafio de atender aproximadamente 18,3 milhões de pessoas todos os dias, a Enel Distribuição São Paulo está permanentemente comprometida em prestar melhores serviços e de forma mais rápida. A Companhia está sempre preocupada em ouvir e entender seus clientes, mantendo um diálogo aberto com todos os seus públicos. A Enel Distribuição São Paulo é consciente da importância do seu papel no desenvolvimento do estado e do país.

Para atender a demanda de aproximadamente 7,5 milhões de unidades consumidoras, a Enel Distribuição São Paulo, que conta com 5.848 colaboradores próprios, dispõe de uma infraestrutura formada por 162 subestações e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1.834 km são linhas de subtransmissão e 44.028 km referem-se a redes de distribuição aérea e subterrânea.

**2**

**CONTEXTO SETORIAL E AMBIENTE REGULATÓRIO**

**Distribuição Elétrica no Brasil**

A Enel Distribuição São Paulo é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME. A Companhia também está sujeita aos termos do seu contrato de concessão, que foi celebrado com a ANEEL em 15 de junho de 1998, concedendo-lhe o direito de distribuir energia na sua área de concessão até 15 de junho de 2028.

A tarifa de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL. Ambos estabelecem um teto para a tarifa e preveem ajustes anuais (reajuste tarifário), periódicos (a cada quatro anos) e extraordinários (quando há observância de um significativo desequilíbrio econômico-financeiro).

Nos ajustes das tarifas de energia elétrica, a ANEEL divide os custos de distribuição entre (i) custos não gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela A) e (ii) custos gerenciáveis pela distribuidora (chamados Parcela B). Na Parcela A estão inclusos, entre outros, o custo de energia comprada para revenda, os encargos setoriais, e os custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição. Os custos da Parcela B compreendem, entre outros, o retorno sobre os investimentos relacionados à

<sup>1</sup> Dados internos de unidades faturadas, de dezembro de 2018;

<sup>2</sup> Dados acumulados até dezembro de 2018, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

concessão, considerados na Base de Remuneração Regulatória (“BRR”) da Companhia, os custos e depreciação regulatória, e os custos de operação e manutenção do sistema de distribuição.

Nos reajustes tarifários anuais, os custos da Parcela A são repassados aos clientes e os custos da Parcela B são corrigidos de acordo com o índice IGP-M ajustado pelo Fator X, que constitui em uma somatória do componente de produtividade, de trajetória de custos operacionais e de qualidade.

A data de aniversário dos reajustes anuais e revisões tarifárias da Enel Distribuição São Paulo é 4 de julho.

### Reajuste Tarifário Anual 2020

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020.

A ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual da Companhia positivo de +15,60% composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário	
Encargos Setoriais	2,11%
Energia Comprada	6,77%
Encargos de Transmissão	4,30%
<b>Parcela A</b>	<b>13,18%</b>
<b>Parcela B</b>	<b>2,09%</b>
<b>Reajuste Econômico</b>	<b>15,27%</b>
CVA Total	6,27%
Conta Covid	-8,70%
Outros Itens Financeiros da Parcela A	2,76%
<b>Reajuste Financeiro</b>	<b>0,33%</b>
<b>Reajuste Total</b>	<b>15,60%</b>
Componentes Financeiros do Processo Anterior	-11,38%
<b>Efeito para o consumidor</b>	<b>4,23%</b>

O reajuste tarifário médio de +4,23% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
<b>Alta Tensão</b>	<b>6,00%</b>
<b>Baixa Tensão</b>	<b>3,58%</b>
<b>Efeito Médio</b>	<b>4,23%</b>

### Bandeiras Tarifárias vigentes

Composto por quatro modalidades (verde, amarela e vermelha - patamar 1 e patamar 2), o sistema de bandeiras tarifárias estabelece adicionais às tarifas de modo a refletir a variação dos custos da geração de energia, conforme demonstrado a seguir:

- Bandeira verde: a tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: acréscimo de R\$ 13,43/MWh;
- Bandeira vermelha: Patamar 1: acréscimo de R\$ 41,69/MWh, Patamar 2: acréscimo de R\$ 62,43/MWh













Em maio de 2018, um novo critério de acionamento das bandeiras tarifárias entrou em vigor, decorrente da audiência pública nº 061/17, que discutiu a revisão da metodologia das bandeiras e dos valores de suas faixas de acionamento.

As bandeiras tarifárias que vigoraram no ano de 2019 e no 1º semestre de 2020, foram reflexo das condições hidrológicas da época.













Vale destacar que em função da pandemia causada pelo coronavírus, a ANEEL decidiu, por meio do Despacho nº 1.511/20, de 26 de maio de 2020, suspender, em caráter excepcional e temporário, a aplicação das Bandeiras Tarifárias e acionar a bandeira verde até 31 de dezembro de 2020. Desta forma, de junho a dezembro, não existiu definição de PLD gatilho pela CCEE para as bandeiras tarifárias.

Contudo, diante de condições hidroenergéticas adversas, em 30 de novembro de 2020, por meio do Despacho nº 3.364/20, a ANEEL decidiu revogar o Despacho nº 1.511/20 e reativou o sistema das bandeiras tarifárias, que retornou sua vigência a partir de 1º de dezembro de 2020 com o acionamento da bandeira vermelha - patamar 2.

Conforme quadros abaixo:

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Verde	Verde	Verde	Verde	Amarela	Verde	Amarela	Vermelha 1	Vermelha 1	Amarela	Vermelha 1	Amarela
PLD gatilho - R\$/MWh	116,53	283,16	286,02	167,83	114,92	42,35	175,44	224,19	200,18	233,59	292,87	225,92

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária												
	Amarela	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Verde	Vermelha 2
PLD gatilho - R\$/MWh	291,00	185,56	57,23	39,68	39,68							

PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE

### Sobrecontratação Involuntária

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias de 2016 e 2017, porém sem levar em consideração fatos extraordinários como a compra compulsória no leilão A-1 de 2015 e as ações de máximo esforço que a ENEL SP tem enveredado para limitar o seu nível de contratação. Diante desta decisão entramos com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020 que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

### 3 PRINCIPAIS INDICADORES

#### DESTAQUES NO PERÍODO

	2020	2019	Var. %
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWG)	40.277	43.286	-7,0%
Receita Bruta (R\$ mil)	23.837.506	24.179.802	-1,4%
Receita Líquida (R\$ mil)	15.490.533	14.704.049	5,3%
EBITDA (R\$ mil)	2.702.301	2.368.125	14,1%
Margem EBITDA (%)	17,4%	16,1%	1,3 p.p.
Margem EBITDA ex-Receita de Construção (%)	18,6%	16,9%	1,6 p.p.
EBIT (R\$ mil)	2.025.065	1.718.153	17,9%
Margem EBIT (%)	13,1%	11,7%	1,4 p.p.
Lucro Líquido (R\$ mil)	980.816	777.067	26,2%
Margem Líquida (%)	6,3%	5,3%	1 p.p.
Margem Líquida ex-Receita de Construção (%)	6,7%	5,6%	1,2 p.p.
CAPEX (R\$ mil)	962.173	878.325	9,5%
DEC - Horas (12 meses)	7,52	6,44	16,8%
FEC - vezes (12 meses)	3,83	3,71	3,2%
Índice de Arrecadação (YTD)	98,7%	100,6%	-2 p.p.
Perdas de Energia (12 meses)	10,64%	9,62%	1 p.p.
Nº de Consumidores (1)	7.454.050	7.315.100	1,9%
Nº de Colaboradores Próprios (2)	5.848	6.468	-9,6%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.494	1.816	-17,7%
PMSO (3) /Consumidor	135,7	192,7	-29,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	276	307	-9,9%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.962	23.835	13,1%

(1) Unidades Faturadas | (2) Número total excluindo menores aprendizes, estagiários e conselheiros | (3) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

### 4 DESEMPENHO OPERACIONAL / COMERCIAL

#### Mercado de Energia

#### NÚMERO DE CONSUMIDORES

	2020	2019	Var. %
<b>Mercado Cativo</b>	<b>7.451.811</b>	<b>7.313.528</b>	<b>1,9%</b>
Residencial	7.001.288	6.858.422	2,1%
Industrial	25.318	25.968	-2,5%
Comercial	404.716	408.622	-1,0%
Rural	571	566	0,9%
Setor Público	19.918	19.950	-0,2%
<b>Cientes Livres</b>	<b>2.239</b>	<b>1.572</b>	<b>42,4%</b>
Industrial	560	465	20,4%
Comercial	1.624	1.058	53,5%
Setor Público	48	42	14,3%
Cias Energéticas	7	7	0,0%
<b>Total - Número de Consumidores (faturados)</b>	<b>7.454.050</b>	<b>7.315.100</b>	<b>1,9%</b>

#### Venda de Energia na Área de Concessão<sup>3</sup>

No ano, o mercado total teve retração de 7,0% em relação ao ano de 2019, totalizando 40.277 GWh. Essa diminuição é resultado, principalmente, da pandemia do Covid-19, que impactou profundamente as dinâmicas econômicas e sociais, com a aplicação de medidas de restrição de circulação e a consequente redução no padrão de consumo.

#### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWh)

	2020	2019	Var. %
Mercado Cativo	29.571	32.289	-8,4%
Cientes Livres	10.706	10.997	-2,6%
<b>Total - Venda e Transporte de Energia</b>	<b>40.277</b>	<b>43.286</b>	<b>-7,0%</b>

<sup>3</sup> Não Inclui Consumo Próprio

## Mercado Cativo

Em 2020, o mercado cativo totalizou 29.571 GWh, uma redução de 8,4% comparado a 2019. Essa variação explica-se, sobretudo, pelos impactos decorrentes da pandemia do Covid-19, incluindo medidas de restrição de atividade vigentes em nossa área de concessão, resultando em significativa redução de consumo, principalmente, nas classes comercial e industrial. Contribuíram também os efeitos da migração de clientes do Ambiente de Contratação Regulada ("ACR") para o Ambiente de Contratação Livre ("ACL").

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWh)

	2020	2019	Var. %
Residencial	16.618	16.330	1,8%
Industrial	2.321	2.894	-19,8%
Comercial	8.505	10.584	-19,6%
Rural	32	32	0,2%
Setor Público	2.094	2.448	-14,4%
<b>Total - Venda de Energia no Mercado Cativo</b>	<b>29.571</b>	<b>32.289</b>	<b>-8,4%</b>

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWh/CONSUMIDOR)

	2020	2019	Var. %
Residencial	2.374	2.381	-0,3%
Industrial	91.688	111.445	-17,7%
Comercial	21.015	25.902	-18,9%
Rural	56.153	56.537	-0,7%
Setor Público	105.150	122.707	-14,3%
<b>Total - Venda per Capita no Mercado Cativo</b>	<b>3.968</b>	<b>4.415</b>	<b>-10,1%</b>

## Clientes Livres

O mercado faturado dos clientes livres foi de 10.706 GWh em 2020, uma redução de 2,6% quando comparado a 2019, reflexo, principalmente, dos efeitos percebidos da atual pandemia na atividade econômica, parcialmente compensados pelo efeito líquido da migração de clientes. Em 2020, entre migrações ao ACL, retornos ao ACR e novos clientes, foram adicionadas 677 unidades.

### TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh)

	2020	2019	Var. %
Industrial	5.020	5.261	-4,6%
Comercial	4.133	4.111	0,5%
Setor Público	1.553	1.626	-4,5%
<b>Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres</b>	<b>10.706</b>	<b>10.997</b>	<b>-2,6%</b>

### VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWh/CONSUMIDOR)

	2020	2019	Var. %
Industrial	8.964	11.314	-20,8%
Comercial	2.545	3.886	-34,5%
Setor Público	28.238	33.184	-14,9%
<b>Média - Transporte per Capita para Clientes Livres</b>	<b>4.782</b>	<b>6.996</b>	<b>-31,6%</b>

## Compra de Energia

### FONTES DE COMPRA DE ENERGIA (GWh)

	2020	2019	Var. %
Itaipu	8.318	8.597	-3,2%
Leilão (1)	27.460	28.893	-5,0%
Angra 1 e 2	1.551	1.609	-3,6%
Proinfa	773	797	-3,0%
<b>Total - Compra de Energia</b>	<b>38.102</b>	<b>39.897</b>	<b>-4,5%</b>

(1) Inclui Leilão CCEAR, Compra CCEE e Quotas de garantia física

### BALANÇO DE ENERGIA (GWh)

	2020	2019	Var. %
<b>Energia Consumida (GWh)</b>	<b>40.277</b>	<b>43.286</b>	<b>-7,0%</b>
Residencial	16.618	16.330	1,8%
Industrial	2.321	2.894	-19,8%
Comercial	8.505	10.584	-19,6%
Rural	32	32	0,2%
Setor público	2.094	2.448	-14,4%
Clientes Livres	10.706	10.997	-2,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (GWh)	4.804	4.600	4,4%
Perdas na Distribuição - Sistema Enel SP (%)	10,64%	9,6%	1 p.p.

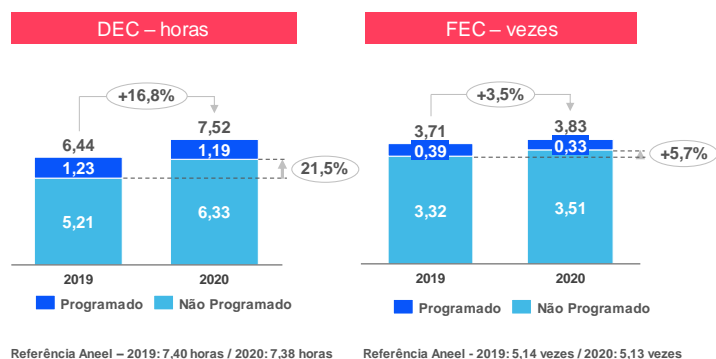
## Indicadores Operacionais

### INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE

	2020	2019	Var. %
DEC - horas (12 meses)	7,52	6,44	16,8%
FEC - vezes (12 meses)	3,83	3,71	3,2%
Perdas de Energia (12 meses) (%)	10,6%	9,62%	1 p.p.
Índice de Arrecadação (YTD) (%)	98,68%	100,6%	-2 p.p.
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros	1.494	1.816	-17,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros	276	307	-9,9%
PMSO (1) / Consumidor	135,7	192,7	-29,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	26.962	23.835	13,1%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

## Qualidade do Fornecimento



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

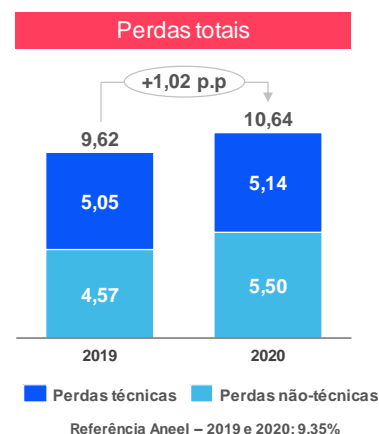
Em 2020, as condições climáticas desfavoráveis marcadas por fortes ventos e maiores quantidades de raios, bem como a redução do contingente operacional decorrente da pandemia do Covid-19 impactaram os

indicadores de continuidade. Como ação de contorno, a Companhia realiza o monitoramento contínuo do quadro de saúde dos colaboradores, além de investir em tecnologia de rede focados em automação, como o aumento de religadoras telecomandadas e automatizadas para o restabelecimento de energia e de intensificação das ações de manutenção da rede, além do desenvolvimento de equipes multitarefas.

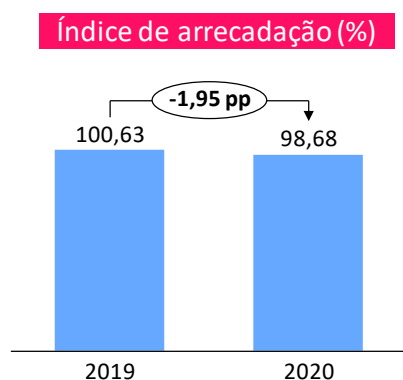
## Disciplina de Mercado (Perdas)<sup>4</sup>

As perdas totais apuradas os últimos 12 meses foram de 10,64%<sup>5</sup>, sendo divididas entre perdas técnicas (5,14%) e não-técnicas (5,50%). Em comparação ao 4T19, as perdas totais apresentaram aumento de 1,02 p.p, decorrente do aumento da indisciplina de mercado ocasionada pelo COVID19.

A Companhia tem intensificado suas ações de combate às perdas comerciais para os segmentos de baixa renda com o programa de mapeamento e recadastramento na Tarifa Social de Energia Elétrica das famílias que possuem o perfil de renda previsto na atual legislação. Além disso, outras iniciativas da Companhia englobam: (i) inspeções de fraude; (ii) programa de recuperação de instalações cortadas; e (iii) regularização de ligações informais.



## Arrecadação



O índice de arrecadação da companhia atingiu 98,68% em 2020 contra 100,63% do mesmo período do ano anterior, redução de 1,95 p.p., decorrente dos efeitos percebidos pela pandemia do COVID-19, incluindo a deterioração do cenário econômico e restrições de circulação. Vale destacar, que estava vigente, até 31 de julho de 2020, a Resolução Normativa 878/20 da ANEEL, que determinava a suspensão de cortes de energia, medida mais efetiva no combate a inadimplência, para a classe residencial e atividades essenciais. Os cortes foram retomados gradualmente no terceiro trimestre.

De forma a mitigar os efeitos mencionados e melhorar seu índice de arrecadação, a Companhia tem realizado diversas ações para reduzir os níveis de inadimplência, como ações de comunicação, campanhas em parceria com empresas de crédito, envio massivo de SMS e e-mails das faturas em atraso, incentivo a utilização de meios digitais para pagamento, parcelamento de faturas, além da disponibilização do canal de negociação para equação de valores em aberto.

<sup>4</sup> Perdas Técnicas: Valores calculados pela Companhia para torná-los comparáveis ao referencial para perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão determinado pela ANEEL.

Referência Aneel: Referência de perdas para o ano regulatório normalizada para o ano civil.

<sup>5</sup> A partir do 4T18, a metodologia de apuração de Perdas foi adequada aos padrões do Grupo Enel, retroagindo seu efeito a partir de janeiro de 2018.



**Resultado**

**PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL)**

	2020	2019	Var. %
Receita Operacional Bruta	23.837.506	24.179.802	-1,4%
Deduções à Receita Operacional	(8.346.973)	(9.475.753)	-11,9%
Receita Operacional Líquida	15.490.533	14.704.049	5,3%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais (1)	(13.465.468)	(12.985.896)	3,7%
<b>EBITDA</b>	<b>2.702.301</b>	<b>2.368.125</b>	<b>14,1%</b>
Margem EBITDA	17,4%	16,1%	1,3 p.p.
<b>EBIT</b>	<b>2.025.065</b>	<b>1.718.153</b>	<b>17,9%</b>
Margem EBIT	13,1%	11,7%	1,4 p.p.
Resultado Financeiro	(615.026)	(550.367)	11,7%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(429.223)	(390.719)	9,9%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>980.816</b>	<b>777.067</b>	<b>26,2%</b>
Margem Líquida	6,3%	5,3%	19,8%
Margem Líquida ex-Receita de Construção	6,7%	5,6%	21,3%
<b>Lucro por Ação (R\$/ação)</b>	<b>4,97</b>	<b>3,94</b>	<b>26,2%</b>

(1) Não considera custo de construção, depreciação e amortização

**Receita Operacional Bruta**

Conforme demonstrado abaixo, em 2020, a receita bruta da Companhia totalizou R\$ 23,8 bilhões, apresentando uma redução de 1,4% (R\$ 342,3 milhões), quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Excluindo o efeito do custo de construção, a redução da receita operacional bruta alcançou R\$ 565 milhões.

**RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)**

	2020	2019	Var. %
<b>Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo</b>	<b>9.830.743</b>	<b>11.854.330</b>	<b>-17,1%</b>
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Livre)	1.764.784	1.485.760	18,8%
Disponibilidade do Sistema - TUSD (Cativo)	9.175.538	8.770.500	4,6%
(-) DIC / FIC / DMIC / DICRI	(53.243)	(45.916)	16,0%
Receita de Construção	953.453	730.752	30,5%
Outras Receitas Originadas de Contratos com Clientes	352.086	416.700	-15,5%
<b>Total - Outras Receitas Originadas com Clientes</b>	<b>12.192.618</b>	<b>11.357.796</b>	<b>7,4%</b>
Subvenção de Recursos da CDE	487.195	368.415	32,2%
Ativo Financeiro Setorial, Líquido	1.103.839	318.285	246,8%
Atualização do Ativo Financeiro da Concessão	223.111	280.976	-20,6%
<b>Total - Outras Receitas</b>	<b>1.814.145</b>	<b>967.676</b>	<b>87,5%</b>
<b>Total - Receita Operacional Bruta</b>	<b>23.837.506</b>	<b>24.179.802</b>	<b>-1,4%</b>

As principais variações são explicadas a seguir:

- I. redução de (i) R\$ 2 bilhões devido à menor receita de fornecimento de energia elétrica no mercado cativo, principalmente nos segmentos industrial e comercial, reflexos da pandemia do Covid-19; parcialmente compensados pelo:
- II. aumento de (i) R\$ 785,6 milhões em ativo financeiro setorial, líquido, em função da constituição de ativo regulatório no ano de 2020; (ii) R\$ 684,1 milhões na receita pela disponibilidade do sistema – TUSD, incluindo os mercados cativo, decorrente do ganho tarifário com ajuste/revisão no período, e livre, reflexo dos reajuste/revisão tarifária e migração de clientes ao ACL; e (iii) impacto positivo de R\$ 118,8 milhões em subvenção de recursos da CDE, decorrente dos ajustes das previsões de desconto para o próximo ciclo tarifário, além do impacto pela cobertura tarifária aos clientes de baixa renda, relacionado as medidas aplicadas pelo governo em mitigação aos efeitos da pandemia.

## Deduções da Receita

### DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
ICMS	(3.935.754)	(4.133.537)	-4,8%
PIS	(308.015)	(378.332)	-18,6%
COFINS	(1.419.198)	(1.744.069)	-18,6%
ISS	(168)	(188)	-10,6%
<b>Total - Tributos</b>	<b>(5.663.135)</b>	<b>(6.256.126)</b>	<b>-9,5%</b>
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(142.237)	(135.725)	4,8%
Encargo Setorial CDE (1)	(2.239.565)	(2.514.721)	-10,9%
TFSEE (2)	(19.429)	(16.342)	18,9%
Encargos do consumidor - PROINFA	(88.906)	(95.177)	-6,6%
Encargos do consumidor - CCRBT (3)	(193.701)	(457.662)	-57,7%
<b>Total - Encargos Setoriais</b>	<b>(2.683.838)</b>	<b>(3.219.627)</b>	<b>-16,6%</b>
<b>Total - Deduções da Receita</b>	<b>(8.346.973)</b>	<b>(9.475.753)</b>	<b>-11,9%</b>

(1) Conta de Desenvolvimento Energético | (2) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica | (3) Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeira

No acumulado do ano, as deduções totalizaram R\$ 8,3 bilhões, uma redução de R\$ 1,1 bilhão, ou 11,9%, em relação ao mesmo período de 2019, sendo explicada principalmente por: (i) redução de R\$ 275,2 milhões na rubrica de encargo CDE, decorrente do fim da obrigação de pagamento das quotas da CDE – Conta ACR, em agosto de 2019, conforme Resolução Homologatória nº 2.521/2019; (ii) redução de R\$ 593 milhões no total de tributos, em linha com o menor faturamento do exercício; e (iii) efeito positivo relacionado a CCRBT, na ordem de R\$ 264 milhões, como resultado da hidrologia do período e decisão de manutenção da bandeira verde até o final de novembro de 2020.

## Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais da Enel Distribuição São Paulo, excluindo depreciação e custo de construção, totalizaram R\$ 11,8 bilhões, 2,0 % superior ao valor registrado em 2019, de R\$ 11,6 bilhões. As principais variações são demonstradas a seguir:

### CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
Parcela A			
Energia Elétrica Comprada para Revenda - inclui PROINFA	(8.441.778)	(8.233.631)	2,5%
Encargos dos Serviços dos Sistemas de Transmissão e Distribuição	(1.990.586)	(1.672.827)	19,0%
<b>Total - Não Gerenciáveis</b>	<b>(10.432.364)</b>	<b>(9.906.458)</b>	<b>5,3%</b>
Despesas Operacionais			
Pessoal	(688.811)	(739.814)	-6,9%
Previdência Privada	445.749	(26.502)	-1781,9%
Serviços de Terceiros	(607.880)	(509.266)	19,4%
Material	(84.759)	(58.722)	44,3%
Depreciação e Amortização	(677.236)	(649.972)	-74,1%
PECLD (1)	(309.518)	(231.437)	33,7%
Custo de Construção	(953.453)	(730.752)	-72,3%
Provisão para processos judiciais e outros	(81.506)	(57.745)	41,1%
Outras Despesas Operacionais	(75.690)	(75.228)	0,6%
<b>Total - Despesas Operacionais (2)</b>	<b>(1.402.415)</b>	<b>(1.698.714)</b>	<b>-17,4%</b>
<b>Total - Custos do Serviço e Despesas Operacionais (2)</b>	<b>(11.834.779)</b>	<b>(11.605.172)</b>	<b>2,0%</b>

(1) Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa | (2) Não considera Custo de Construção e Depreciação e Amortização

## Custos Não Gerenciáveis – Parcela A

No acumulado do ano, os custos não gerenciáveis totalizaram R\$ 10,4 bilhões, 5,3% superior em R\$ 525 milhões ao valor registrado em 2019, de R\$ 9,9 bilhões. As principais variações são demonstradas a seguir:

- I. Custo com Energia Elétrica Comprada para Revenda: aumento de 2,5% ou R\$ 208,1 milhões em 2020, em comparação a 2019, decorrente, principalmente, (i) do maior custo com compra de energia de Itaipu, em R\$ 731,7 milhões, decorrente da desvalorização cambial; e (ii) maior risco hidrológico registrado no período. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) menor custo de compra de energia (CCEE, CCEAR, Cotas); e (ii) menor custo de PROINFA.
- II. Custo com Encargos do Serviço dos Sistemas de Transmissão e Distribuição: aumento de 19% ou R\$ 317,8 milhões, em comparação a 2019, decorrente, principalmente, de (i) maiores custos encargos com uso da rede básica, no valor de R\$ 171,9 milhões e com Encargos do Serviço do Sistema

(incluindo ajustes referentes ao alívio retroativo), no valor de R\$ 131 milhões e; (ii) aumento no custo de transporte de energia Furnas/Itaipu, no valor de R\$24,1 milhões.

### Despesas Operacionais

Em 2020, os custos gerenciáveis excluindo custo de construção e depreciação e amortização, totalizaram R\$ 1,4 bilhão, valor 17,4% (R\$ 296,3 milhões) menor que o registrado em 2019. Esse resultado é reflexo, principalmente dos efeitos a seguir:

- I. Redução de R\$ 472,3 milhões na linha de previdência privada, decorrente da migração parcial de participantes do plano de pensão de benefício definido para o plano de contribuição definida;
- II. Menores custos com pessoal no valor de R\$ 51 milhões, resultado, sobretudo, de maior eficiência nas estruturas de apoio e digitalização de processos e do efeito positivo obtido com o programa de saída voluntária ("PSV") concluído em 2019, além de menores custos em decorrência do regime de teletrabalho, adotado em consequência da pandemia do Covid-19.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- I. Maior custo com materiais e serviços de terceiros, em R\$ 124,7 milhões, em decorrência, principalmente, (i) do aumento no volume de serviços frente as fortes chuvas registradas no 1T20; (ii) realização de melhorias e atualizações tecnológicas, principalmente em processos comerciais; (iii) maior execução nas atividades de manutenção da rede de distribuição e; (iv) da aquisição equipamentos de proteção individual no contexto de prevenção ao COVID-19.
- II. Aumento de despesas com PECLD, no valor de R\$ 78,1 milhões, sobretudo em decorrência da pandemia do COVID-19, levando a deterioração econômica no ano, além da suspensão dos cortes de energia por inadimplência (Resolução Normativa nº 878/20, da ANEEL), medida eficaz de combate a inadimplência. Mesmo após fim da validade da REN 878/20, os cortes seguiram suspensos no período, por decisão do PROCON;
- III. Aumento de R\$ 23,8 milhões na rubrica de provisão para processos judiciais e outros, devido principalmente à reversão de provisões ocorrida no 3T19 com processos antigos de causa ganha.

### EBITDA

A seguir a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da Companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

#### CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
<b>Lucro Líquido do Período</b>	<b>980.816</b>	<b>777.067</b>	<b>26,2%</b>
(+) Tributos sobre o Lucro (NE 27)	429.223	390.719	9,9%
(+) Resultado Financeiro (NE 26)	615.026	550.367	11,7%
<b>(=) EBIT</b>	<b>2.025.065</b>	<b>1.718.153</b>	<b>17,9%</b>
(+) Depreciações e Amortizações	677.236	649.972	4,2%
<b>(=) EBITDA</b>	<b>2.702.301</b>	<b>2.368.125</b>	<b>14,1%</b>

Em 2020, a Companhia registrou um EBITDA de R\$ 2,7 bilhões, 14,1% superior ao exercício anterior. A variação apresentada é fruto de (i) impacto positivo da margem, decorrente, principalmente, do reajuste tarifário em julho de 2020; e (ii) dos ganhos com redução de despesas operacionais, sobretudo em função da migração do plano de pensão, conforme descrito anteriormente.

## Resultado Financeiro

### RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
<b>Receitas Financeiras</b>			
Renda de Aplicações Financeiras	25.057	41.478	-39,6%
Atualização Monetária sobre Contas de Energia Elétrica em Atraso	141.830	81.717	73,6%
Subvenções governamentais	3.272	4.082	-19,8%
Atualização de Créditos Tributários	1.194	23.164	-94,8%
Atualização Monetária dos Depósitos Judiciais	23.278	33.222	-29,9%
Atualização Monetária do Ativo e Passivo Financeiro Setorial	21.347	109.616	-80,5%
Atualização Monetária Swap - Debêntures	91.465	9.231	890,8%
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros	5.173	3.028	70,8%
Outras Receitas Financeiras (incluindo partes relacionadas)	13.656	20.827	-34,4%
(-) PIS e Cofins sobre Receita Financeira	(9.938)	(9.659)	2,9%
<b>Total - Receitas Financeiras</b>	<b>316.334</b>	<b>316.706</b>	<b>-0,1%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>			
Encargo de Dívidas - Empréstimos, Debêntures e Mútuos	(148.587)	(311.457)	-52,3%
Variações monetárias/Ajustes ao valor de mercado - Debêntures	(119.260)	-	n.a
Subvenções governamentais	(3.273)	(4.083)	-19,8%
Juros sobre Obrigações de Arrendamento Financeiro	(20.771)	(23.693)	-12,3%
Juros Swap - Debêntures e Empréstimos Moeda Estrangeira	(8.996)	(9.139)	-1,6%
Atualização Monetária - Incluindo P&D, Efic. Energ. e Energia Livre	(15.368)	7.899	-294,6%
Juros Capitalizados Transferidos para o Intangível em Curso	3.153	6.986	-54,9%
Cartas Fiança e Seguros Garantia	(31.470)	(43.951)	-28,4%
Atualização Monetária de Processos Judiciais e Outros	(64.657)	(71.096)	-9,1%
Obrigação consumidores - Resoluções 250/2007 e 368/2009	-	19.756	-100,0%
Atualização Acordo Eletrobras	(45.737)	(99.914)	-54,2%
Custo dos Juros (líquidos) do Plano de Pensão	(431.793)	(324.151)	33,2%
Comissão de fiança - partes relacionadas	(4.352)	(1.993)	118,4%
Outras Despesas Financeiras	(37.052)	(11.483)	222,7%
<b>Total - Despesas Financeiras</b>	<b>(928.163)</b>	<b>(866.319)</b>	<b>7,1%</b>
<b>Variações Cambiais</b>	<b>(3.197)</b>	<b>(754)</b>	<b>324,0%</b>
<b>Total - Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(615.026)</b>	<b>(550.367)</b>	<b>11,7%</b>

Em 2020, a Companhia reportou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 615,0 milhões, 11,7% superior ao registrado em 2019.

As principais variações registradas foram: (i) aumento de R\$ 107,6 milhões com custo dos juros líquidos do Plano de Pensão, decorrente do aumento na base de cálculo dos juros, e da forte alta do índice de reajuste utilizado (IGP-DI) acumulado, que atingiu 23,07% ao longo de 2020; (ii) menor atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial, em um montante de R\$ 88,3 milhões; (iii) aumento de R\$ 50,7 milhões em outras despesas financeiras, sobretudo reflexo do efeito negativo de R\$ 19,7 milhões com obrigação de consumidores referentes às Resoluções 250/07 e 368/09, devido a reversão, em 2019, do saldo de obrigação relacionada à devolução aos consumidores, após decisão legal, além de maior despesa financeira com revisão de faturas pagas; (iv) menor receita com atualização de créditos tributários, em R\$ 22 milhões e; (v) redução de R\$ 16,4 milhões em receita oriunda de aplicação financeira, consequência do menor saldo médio de caixa no período e da queda na taxa de juros<sup>6</sup>.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo (i) efeito positivo da redução de R\$ 162,9 milhões com encargos da dívida (empréstimo, debêntures e mútuos), reflexo da queda na taxa de juros média do período; (ii) aumento de R\$ 60,1 milhões em receita oriunda de atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso; e (iii) menor despesa com atualização do acordo com a Eletrobras, no montante de R\$ 54,2 milhões.

## Tributos (IR/CSLL)

### TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. %
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	22.287	-100,0%
Contribuição Social Diferida	(113.618)	(109.325)	3,9%
Imposto de Renda Diferido	(315.605)	(303.681)	3,9%
<b>Total</b>	<b>(429.223)</b>	<b>(390.719)</b>	<b>9,9%</b>

Em 2020, a variação nos tributos é resultado da maior base tributável registrada no exercício, além de menor valor registrado em 2019, em decorrência de compensação por crédito de IR a recuperar, no valor de R\$ 22,3 milhões registrados no primeiro trimestre de 2019, em razão da dedução em dobro das despesas incorridas

<sup>6</sup> Em 2020, o CDI médio reportado foi de 2,75%, contra 5,96% em 2019.

com o PAT <sup>7</sup> desde 2006, bem como respectiva compensação do IRPJ. O efeito foi parcialmente compensado pelo efeito positivo do pagamento de juros sobre capital próprio, em 2020.

## Endividamento

### Indicadores de Endividamento

A Dívida Bruta<sup>8</sup> da Companhia encerrou 2020 em R\$ 5.452 milhões, um aumento de R\$ 1.613 milhões em relação a 2019. Essa variação deve-se principalmente às novas captações no montante de R\$ 1.778 milhões, sendo R\$ 860 milhões referentes aos empréstimos na modalidade de 4131 para capital de giro realizados em março e abril de 2020 e R\$ 918 milhões referentes à confissão de dívida junto a Fundação CESP (Vivest) relativa ao processo de migração para plano de Contribuição Definida realizado em dezembro de 2020, somados às provisões de encargos no período no montante R\$ 145 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por liquidações de dívidas no valor total de R\$ 398 milhões. Adicionalmente, a Companhia reconheceu no período ajuste de marcação à mercado relacionado aos SWAPS de dívidas vigentes no valor de R\$ 77 milhões.

#### INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO (R\$ mil)

	2020	2019	Var. %
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.452.013	3.838.805	42,0%
(-) Disponibilidades	(2.134.751)	(1.285.692)	66,0%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.317.262</b>	<b>2.553.114</b>	<b>29,9%</b>
<b>EBITDA (1)</b>	<b>2.702.301</b>	<b>2.368.125</b>	<b>14,1%</b>
Dívida Bruta/EBITDA	2,02	1,62	24,5%
Dívida Líquida/EBITDA	1,23	1,08	13,9%
Dívida Bruta/(Dívida Bruta+PL)	0,67	0,49	53,4%
Dívida Líquida/(Dívida Líquida + PL)	0,55	0,39	66,3%

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação + Amortização (12 meses)

Em relação às liquidações realizadas em 2020, destacam-se o pagamento da 6ª emissão de nota promissória em 07 de março de 2020 no valor de R\$ 220 milhões, somados aos pagamentos de juros das 23ª e 24ª emissões de debêntures realizados nos meses de março, maio e novembro no montante de R\$ 142 milhões.

As disponibilidades fecharam 2020 em R\$ 2.135 milhões, ante R\$ 1.286 milhões em 2019, um aumento de R\$ 849 milhões devido principalmente ao recebimento dos recursos da Conta-COVID no valor de R\$ 1.389 milhões que compensou parcialmente os efeitos de menor demanda e maiores custos decorrentes da Pandemia do COVID, somados à compensação de impostos realizados no período. Dessa forma, a dívida líquida da Companhia encerrou o ano em R\$ 3.317 milhões, um aumento de R\$ 764 milhões em relação ao saldo de R\$ 2.553 milhões do ano anterior.

A Companhia fechou o período com o custo médio da dívida no período de 3,44% a.a., ou CDI + 0,65% a.a e prazo médio de pagamento de 2,52 anos.

#### Índices Financeiros - Covenants

Conforme descrito nas Notas Explicativas nº 14 e 15 das Demonstrações Contábeis referentes a 2020, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados com base em suas Informações Trimestrais e Demonstrações Financeiras Anuais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2020. Segue abaixo o cálculo do *covenant* financeiro exigido nas debêntures de emissão da companhia (23ª e 24ª emissão).

<sup>7</sup> Programa de Alimentação do Trabalhador

<sup>8</sup> Dívida Bruta corresponde ao somatório dos empréstimos, financiamentos, e debêntures de curto e longo prazo e saldo líquido do derivativo.

### INDICADORES FINANCEIROS

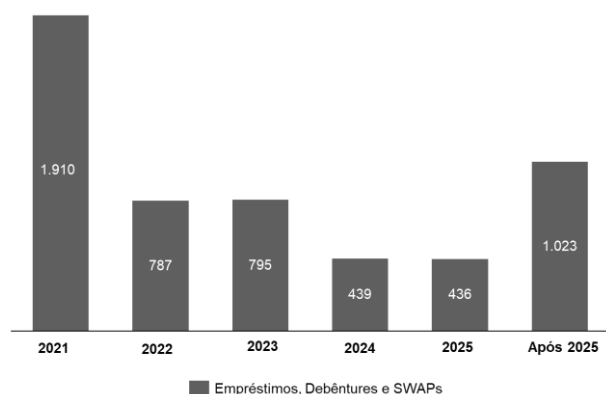
	2020
Empréstimos, Financiamentos, Deb. E Derivativos	5.452.013
Fundo de Pensão	(150.672)
(-) Disponibilidades	(2.134.751)
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.166.590</b>
<b>EBITDA (1) (12 meses)</b>	<b>2.702.301</b>
(+) PDD	309.518
(+) Contingências	81.506
(+) Despesas com Funesp (últimos 12 meses)	(445.749)
(+) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	15.462
<b>EBITDA (12 meses) - Ajustado 24ª Emissão</b>	<b>2.663.038</b>
(-) Impacto arrendamento operacional (CPC06/IFRS 16)	(53.484)
(-) Perda com desativação de bens e direitos (12 meses)	(15.462)
<b>EBITDA (12 meses) - Ajustado 23ª Emissão</b>	<b>2.594.092</b>

(1) EBITDA = Resultado Operacional + Depreciação e amortização (12 meses)

### Covenant Financeiro

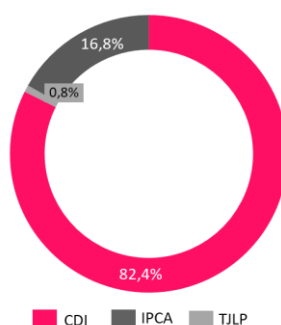
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - 24ª Debênture	1,19
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado - 23ª Debênture	1,22

### Cronograma de Amortização (R\$ milhões)<sup>9</sup>

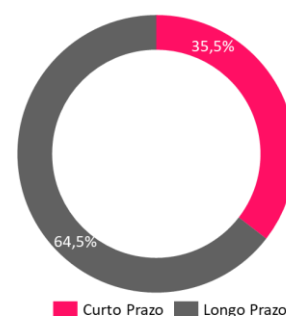


### Abertura da Dívida Bruta

#### Indexadores<sup>10</sup>



#### Curto/Longo Prazo<sup>12</sup>



### Rating da Companhia<sup>11</sup>

Escala	Ratings	Nacional	Perspectiva
	Fitch	AAA	Estável
	Moody's	Aaa	Estável

Últimas atualizações: Fitch - set/2020; Moody's- set/2020

### Investimentos

#### INVESTIMENTOS (R\$ MIL)

	2020	2019	Var. % (2)
Manutenção	433.084	430.619	0,6%
Crescimento	322.440	311.209	3,6%
Novas Conexões	175.830	65.450	168,6%
<b>Financiado pela Companhia</b>	<b>931.355</b>	<b>807.278</b>	<b>15,4%</b>
Financiado pelo Cliente	30.818	71.047	-56,6%
<b>Total (1)</b>	<b>962.173</b>	<b>878.325</b>	<b>9,5%</b>

(1) Não considera montante de estoque de materiais

<sup>9</sup> Fluxo composto por amortização de principal, juros acumulados e custos a amortizar. Não considera arrendamento financeiro e não considera diferenças de premissas entre PREVIC e CVM (Resolução CVM 695/2012).

<sup>10</sup> Não considera previdência.

<sup>11</sup> Quadro considera ratings válidos em 31 de dezembro de 2020.



Em 2020, a Companhia investiu R\$ 962,2 milhões, montante 9,5% superior ao investido 2019, alocados, principalmente, em atividades de manutenção, que visam à melhoria da confiabilidade operacional e redução das ocorrências na rede, e crescimento, com reformas de rede para adequar a infraestrutura para maior carga e expansão do sistema. A maior variação, contudo, foi no investimento em novas conexões, em um montante 168,6% superior ao registrado em 2019, em decorrência da adição de novas ligações e religação de clientes pré-existentes. Do total investido, R\$ 931,4 milhões foram realizados com recursos próprios e R\$ 30,8 milhões correspondem a projetos financiados pelos clientes.

## 6

## DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

A Companhia integra todos os compromissos públicos assumidos pela Enel, como o apoio aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) e com metas públicas relacionadas à ODS 4 – Educação de qualidade, ODS 7 – Energia Limpa e Acessível, ODS 8 – Trabalho Digno e Crescimento Econômico, ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura, ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis e ODS 13 – Ação Contra a Mudança Climática. Todas as iniciativas refletem o objetivo de incorporar a sustentabilidade nos processos de negócios e na estratégia da empresa, aumentando a vantagem competitiva por meio de uma perspectiva de valor compartilhado que atenda simultaneamente aos objetivos da empresa e às prioridades das partes interessadas, assegurando benefícios sociais ao processo de criação de valor e geração de resultados.

Dentro da visão global da Enel de ajudar a solucionar os maiores desafios do mundo, em 2020, a holding apoiou os países de sua área de atuação no enfrentamento e na redução dos danos causados pela Covid-19. No Brasil, com a campanha #JuntosNaMesmaEnergia, foi lançado um pacote de iniciativas que destinou R\$ 23,4 milhões para diversas ações em várias frentes no país, incluindo a doação de R\$ 3 milhões para produção de testes rápidos pela Fiocruz, distribuição de cestas básicas, alimentos, itens de higiene, EPIs, máscaras de proteção cirúrgicas e leitos de unidades de terapia intensiva. A Enel apoiou a geração de renda de pequenos produtores por meio da produção de máscaras e cobertores de proteção que foram doados à população. A empresa adaptou seus projetos de sustentabilidade para que as comunidades fossem atendidas durante o período de isolamento social, realizou diversas oficinas e atividades online, além de promover a eficiência energética em 14 hospitais que cuidam de pacientes com Covid no país. Por meio de seu portal de voluntariado, Rede do Bem, foram realizadas campanhas de incentivo à participação de colaboradores e clientes em ações como: doação para a produção de testes rápidos pela Fiocruz; doação, em sistema virtual de crowdfunding, para instituições sociais de cinco estados brasileiros, entre outros. Essas ações envolveram mais de 1.000 voluntários.

Em 2020, a Enel Distribuição São Paulo desenvolveu 72 projetos, com um investimento de cerca de R\$ 38 milhões, beneficiando diretamente 360 mil pessoas e gerando mais de R\$ 700 mil de renda. Entre estes projetos, destacam-se:

**Plano de Doação Covid-19 #JuntosNaMesmaEnergia:** Foram doadas 95 toneladas de alimentos, beneficiando mais de 30.000 pessoas; 1.800 kits com 4 máscaras de tecido que foram produzidas por grupos produtivos locais e que além de ajudar a população a se prevenir da Covid-19, ainda gerou renda para as costureiras; 8.000 testes rápidos para o Hospital das Clínicas; 5.400 luvas e aventais para a Prefeitura de Carapicuíba e mais 11 mil produtos de higiene pessoal e álcool em gel. Foram também disponibilizadas 04 scooters elétricas com o apoio da Enel X para facilitar a logística de distribuição de marmitas, na comunidade de Paraisópolis, que beneficiaram aproximadamente 18 mil pessoas. Além dessas ações, foram iniciadas obras de eficiência energética em 5 Hospitais Públicos e Privados que atendem pacientes com Covid-19, gerando uma economia aproximada de 7.397,23 MWh/ano.

**Hortas em Rede:** Esse projeto tem o objetivo de proporcionar oportunidades às comunidades vulneráveis, como capacitação, trabalho e renda, através do cultivo de hortaliças em espaços subutilizados, como as faixas de servidão das linhas de transmissão da empresa. Através do Plano de Doação Covid-19, a Enel comprou 22 toneladas de alimentos orgânicos para doação em comunidades vulneráveis, com isso foram apoiadas as comunidades com a distribuição de alimentos e os agricultores urbanos com a geração de renda, que por meio da empresa, conseguiram comercializar toda a sua produção.

**Enel Compartilha Eficiência:** O programa finalizou em 2020 obras de melhorias em 3 Hospitais, 2 Prédios Públicos e 1 projeto de iluminação pública, onde foram executadas ações de troca de iluminação, eficiência do sistema de ar-condicionado e instalação de geração fotovoltaica. Destacamos a inauguração das obras do Hospital Geral do Grajaú que teve mais de 4 mil lâmpadas substituídas e 1 chiller que

gerou uma redução de 1.418 MWh/ano e uma economia de R\$ 646 mil ao ano nas faturas de energia do hospital. Foi realizada também a doação e instalação de uma árvore solar para a inauguração da Praça da Cidadania na Comunidade de Paraísoópolis.

**Enel Compartilha Consumo Consciente:** Através de um diagnóstico energético aplicado em clientes moradores de comunidades, são avaliadas as condições de suas geladeiras, iluminação e critérios para serem enquadrados na Tarifa Social de Energia Elétrica. Nessa ação foram substituídas 2.481 geladeiras, 42.244 lâmpadas e 30.845 clientes foram cadastrados para receber o desconto na fatura de energia (TSEE). Essas iniciativas contribuem com a redução de consumo de energia e aumenta a capacidade de pagamento dos clientes com maior vulnerabilidade social.

**Enel Compartilha Liderança em Rede:** É um programa que reúne lideranças locais em reuniões mensais com o objetivo de formar parcerias e construir uma relação de proximidade entre a empresa e as comunidades onde atua, impulsionando o fortalecimento das organizações sociais e comunitárias, em torno de redes de ação integrada, desenho e implantação de projetos que compartilhem soluções para problemas comuns. Em 2020, a rede encerrou o ano com 170 líderes ativos e 5 frentes ativas.

**Enel Compartilha Empreendedorismo:** O projeto utiliza o conceito de Economia circular para desenvolver e apoiar projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos produtivos, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado e respeito ao meio ambiente.

**Ecoenel:** Iniciativa de eficiência energética que promove a troca de resíduos recicláveis por descontos na conta de energia. Em 2020, o programa arrecadou mais de 1.118 toneladas de resíduos, em 10 ecopontos distribuídos na área de concessão da empresa, além de ter gerado um bônus aos clientes em forma de desconto na fatura de energia elétrica no valor de R\$ 262 mil. Através da reciclagem dos resíduos recebidos, foram economizados mais de 4 milhões de kWh em energia e foi evitada a emissão de mais de 3,5 toneladas de CO<sub>2</sub>.

**Rede do Bem:** Lançada em 2012, a Rede do Bem, programa de voluntariado da Enel no Brasil, estimula a cidadania e a cultura de engajamento social, através de campanhas, mutirões e doações, com apoio de uma plataforma digital que permite aos colaboradores da empresa serem protagonistas das atividades. Em 2020, foram engajados 1.659 voluntários(as) e beneficiadas mais de 20 mil pessoas. Além das diversas ações voltadas para apoio ao combate do COVID-19, outro destaque foi a ação Mulheres de Energia, voltada para a promoção da equidade de gênero, que alcançou 768 beneficiados em colégios e universidades.

**Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”:** Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor – incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS) o programa se divide em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2020 alcançou o total de 5.442 participantes em 27 atividades de engajamento.

**Parceiro Responsável:** Desde 2007, esse programa desenvolve a cadeia de suprimentos da Enel sobre sustentabilidade e a Agenda 2030 da ONU. Em 2020, foram capacitadas 1.206 pessoas de 364 empresas fornecedoras, além de 133 colaboradores Enel, incluindo compradores e gestores de contrato.

**Due Diligence de Direitos Humanos (DDDHH):** Em 2020, a Enel realizou o 2º Ciclo de DDDHH para identificar riscos, impactos e oportunidades de melhoria em suas atividades no Brasil. A metodologia envolveu todos os principais stakeholders e identificou o nível de 95% de integração das políticas da Enel aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada no 1º Ciclo de DDDHH, de 2017, e gerou um Plano de Ação de melhorias para os próximos 2 anos, que será monitorado pelo Comitê Executivo da Enel.

Iniciativas de Sustentabilidade também estão presentes no **Urban Futurability**, que visa implementar na Vila Olímpia o mais completo projeto de transformação digital liderado por uma empresa de energia elétrica na América do Sul. Neste projeto, mais de 40 iniciativas de digitalização e inteligência artificial para gestão da rede de energia, inéditas na América do Sul, serão implementadas na região. Por meio da Análise de Contexto



Social Econômico e Ambiental na Região da Vila Olímpia, que forneceu um retrato da área do projeto identificando vulnerabilidade e oportunidades, iniciativas de Sustentabilidade tem a proposta de cooperar com os principais stakeholders para cocriar mais valor para a cidade, cidadãos e empresas daquela localidade.

### Certificações

A Enel Distribuição São Paulo conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional, a 50001 em gestão de energia, a 37001 em gestão antissuborno e a 55001 em gestão de ativos.

### Saúde e Segurança do Trabalho

A segurança dos colaboradores, prestadores de serviços e da comunidade é prioridade no desenvolvimento das atividades da Companhia. A gestão dos indicadores de segurança segue a norma brasileira NBR 14.280 da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), que define critérios para o registro, comunicação, estatística, investigação e análise de acidentes do trabalho, suas causas e consequências, aplicando-se a quaisquer atividades laborativas. Os indicadores, conforme a NBR 14.280, estão apresentados a seguir:

	Próprios		Parceiros	
	2019	2020	2019	2020
Fatal - Típico	0	0	0	0
Acidentes Típico (com afast.)	33	18	19	16
Acidentes Típico (sem afast.)	17	14	36	30
Taxa de Frequência - TF	3,53	2,74	3,82	3,48
Taxa de Gravidade - TG	33	25	47	46

A performance dos indicadores conforme norma brasileira mostra a melhora do desempenho com equipes próprias e contratadas, fruto das ações preventivas do Programa de Saúde e Segurança do Trabalho. A Companhia tem intensificado programas de Avaliação e de Suporte, de forma periódica para as equipes próprias e para as empresas contratadas.

### Segurança da População

No ano de 2020 foram reportados 88 acidentes com a população, o que representa um decréscimo de 13% se comparado com o ano de 2019. A maior parcela dos acidentes ocorreu em atividades informais de construção civil, nas quais as vítimas eram trabalhadores autônomos e com baixo grau de especialidade (ausência de equipamentos de proteção individual na realização de tarefas, vestimenta inadequada, etc). Os acidentes em construção civil foram os que mais contribuíram para as fatalidades com população envolvendo a rede elétrica. Em 2020, ocorreram 17 fatalidades com a população, principalmente em contatos acidentais e construção e manutenção.

A Companhia realiza esforços de mitigação e prevenção de acidentes com a população alinhados ao seu valor número 1, segurança, sendo (i) plano de segurança com o uso de mídias de massa (TV, rádio e blitz em construção civil) e (ii) programa de segurança para conscientização da população (palestras de segurança nas escolas, ONGs e empresas, entrega de folhetos, etc.). Não obstante, verifica-se que a maioria dos acidentes ocorre em construções irregulares que acabam avançando em direção à rede elétrica, já instalada, desrespeitando as distâncias mínimas de segurança.

O Programa de Segurança da Companhia está focado em ações proativas que promovam o fortalecimento da cultura de segurança e comportamento seguro, realizado com base nos requisitos do Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Ocupacional, certificado conforme a norma internacional ISO 45001 e na Política do Sistema de Gestão Integrado.

## **Principais premiações recebidas em 2020**

### **Prêmio ‘Valor Inovação’, do jornal Valor Econômico**

A Enel Brasil está entre as cinco empresas mais inovadoras do setor elétrico do País. O prêmio busca incentivar e reconhecer os esforços bem-sucedidos em inovações e em práticas de gestão da inovação, em âmbito nacional. Essa conquista reforça que os projetos e ações inovadores da Enel contribuem significativamente com avanços para o setor elétrico.

### **Empresa Amiga da Criança**

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento as diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

### **Empresa Pró-Ética**

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal. A próxima premiação 2020/2021 será divulgada no final de 2021.

### **Galeria de Notáveis 2020 da Money Report - Sustentabilidade**

Nicola Cotugno - country manager da Enel Brasil – foi selecionado para a Galeria de Notáveis na categoria de Sustentabilidade na 5ª edição do prêmio promovido pela revista Money Report, organização que anualmente seleciona as empresas, organizações e personalidades que fizeram a diferença para o país.

### **Certificação Top Employer**

Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações.

### **Anuário Época Negócios 360**

Em 2020, fomos destaque no Anuário Época Negócios 360º, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores.

### **Prêmio Abrafac 2020**

A Associação Brasileira de Facilities (Abrafac) reconheceu a Enel Brasil em três diferentes categorias do 15º Prêmio Abrafac de Melhores do Ano. Conquistamos o 1º lugar na categoria de Serviços com o aplicativo Mobicity, e o 2º lugar nas categorias de Responsabilidade Social e Sustentabilidade com o projeto “Construções Sustentáveis – Certificação AQUA-HQE no Centro de Excelência Operacional da Enel RJ” e na categoria de Tecnologias com o projeto “Gestão de serviços através de novas tecnologias – Software de limpeza e manutenção predial”.

### **Prêmio Nacional de Gestão de Ativos**

A Enel Brasil se destacou mais uma vez no único Encontro de Gestão de Ativos para Empresas do Setor Elétrico (Egaese), no país. O Grupo foi premiado nas categorias de Atividades do Ciclo de Vida, Gestão Estratégica e Impactos Regulatórios, com os três projetos enviados para a premiação. O encontro reuniu cerca de 300 especialistas e executivos de empresas de geração, transmissão e distribuição do Brasil e do mundo, além da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

### **Inova 2030 - Jovens Inovadores em ODS**

A Enel foi selecionada para participar desse programa de aceleração do Pacto Global voltado a jovens profissionais que querem solucionar um desafio do negócio e contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O projeto selecionado, apresentado por três jovens da empresa e que se desenvolverá em 2021, será utilizar um sistema inteligente de monitoramento, com soluções de consumo consciente e economia circular, num contexto onde os clientes têm dificuldade de mensurar os gastos com energia e precisam adequá-los ao seu orçamento familiar.

### **Prêmio Abradee – Edição Especial 2020**

Devido à pandemia de Covid-19 e os desafios impostos ao setor, a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica promoveu uma edição especial do Prêmio Abradee, não realizando uma competição entre as

empresas. Foi feita uma homenagem às equipes de campo e colaboradores, com representantes de todas as distribuidoras, que trabalharam na linha de frente para levar até o cliente energia de qualidade e com segurança.

#### **Prêmio Aberje - Regional Sudeste**

A Enel Distribuição São Paulo venceu a etapa regional do Prêmio Aberje com o case 'Urban Futurability: O desafio de trazer o futuro no presente', na categoria eventos. A premiação promovida pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), tem o objetivo de promover e divulgar os esforços e as iniciativas na área da comunicação empresarial em todo o país.

#### **Prêmio Cliente SA**

A Enel Distribuição São Paulo foi Prata no Prêmio Cliente SA, que tem como objetivo reconhecer as melhores práticas nas relações com o cliente no Brasil. O case da Enel "Transparência e autonomia na palma da mão" ficou em 2º lugar na categoria "Líder em estratégia direcionada ao cidadão". O projeto é pautado na autonomia e transparência junto aos clientes que têm necessidade de entender o racional de suas cobranças mensais.

## **8 RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

### **AUDITORIA INDEPENDENTE**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, informamos que os auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), não prestaram durante o exercício de 2020 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa. A remuneração total da KPMG pelos serviços prestados de auditoria externa em 2020 foi de R\$ 1.159.358,00.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a política de atuação da Companhia se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia. Todos os serviços prestados pelos auditores independentes são submetidos à aprovação do Conselho de Administração.

## **10 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS**

### **Composição do Conselho de Administração**

- Mario Fernando de Melo Santos - Presidente
- Britaldo Pedrosa Soares - Vice-Presidente
- Aurélio Ricardo Bustilho de Oliveira
- Guilherme Gomes Lencastre
- Nicola Cotugno
- Regina Lucia Strepeckes
- Márcia Sandra Roque Vieira

### **Composição da Diretoria Estatutária**

- Max Xavier Lins - Diretor-Presidente
- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Administração, Finanças e Controle e Diretor de Relações com Investidores
- Rosario Zaccaria - Diretor de Infraestrutura e Redes
- Marcia Sandra Roque Vieira Silva – Diretora de Mercado

- Ana Claudia Gonçalves Rebello – Diretoria Jurídica
- Alain Rosolino – Diretor de Pessoas e Organização
- Anna Paula Hiotte Pacheco – Diretora de Regulação
- José Nunes de Almeida Neto – Diretor de Relações Institucionais
- Márcia Massotti Carvalho – Diretora de Sustentabilidade
- Flavia da Silva Baraúna – Diretora de Serviços
- Margot Frota Cohn Pires – Diretora de Compras
- Janaina Savino Vilella – Diretora de Comunicação
- Vago – Diretoria de Segurança Patrimonial
- Vago – Diretoria de Planejamento e Engenharia

### Relações com Investidores

- Raffaele Enrico Grandi - Diretor de Relações com Investidores
- Isabel Regina Barroso de Alcantara - Relações com Investidores  
[brasil.investorrelations@enel.com](mailto:brasil.investorrelations@enel.com)

### Contador Responsável

- Renato Resende Paes - CRC - SP308201

# **Demonstrações Financeiras Anuais Completas 2020**

Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.  
Enel Distribuição São Paulo

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.095.811	1.280.195
Investimentos de curto prazo	4	38.940	5.496
Consumidores, revendedores e outros	5	2.621.373	2.447.175
Operação com instrumento derivativo	30.1	23.718	-
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	8	53.496	68.086
Outros tributos compensáveis	8	917.394	697.049
Contas a receber - acordos	6	516.877	216.840
Ativo financeiro setorial	11	906.507	1.608.152
Outros créditos		256.190	195.581
Almoxarifado		29.481	15.830
Serviços em curso		241.631	188.528
Despesas pagas antecipadamente		44.042	33.166
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>7.745.460</b>	<b>6.756.098</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores, revendedores e outros	5	23.899	25.920
Ativo financeiro setorial	11	680.881	444.594
Operação com instrumento derivativo	30.1	95.656	49.881
Outros tributos compensáveis	8	6.177.141	4.495.140
Tributos e contribuições sociais diferidos	9	4.664.880	4.327.475
Depósitos vinculados	17	802.277	808.869
Contas a receber - acordos	6	12.155	8.605
Outros créditos		80.429	41.713
Ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	545.741	466.563
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.247.418	4.532.124
Investimento		41.250	41.250
Imobilizado arrendado	15	178.965	230.806
Intangível	10.3	3.959.599	4.240.506
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>22.510.291</b>	<b>19.713.446</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>30.255.751</b>	<b>26.469.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	31.12.2020	31.12.2019
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			
Fornecedores	12	2.505.707	1.865.919
Empréstimos e financiamentos	14	1.238.230	230.884
Debêntures	14	722.624	42.624
Obrigações por arrendamentos	15	56.034	69.848
Subvenções governamentais		2.555	3.273
Outros tributos a pagar	13	516.114	515.091
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	31.2	60.834	214.054
Obrigações sociais e trabalhistas		117.246	134.354
Encargos setoriais	18	445.232	419.534
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	8.735	12.358
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	355.807	342.811
Provisão para processos judiciais e outros	17	168.917	348.486
Reserva de reversão		7.342	7.342
Operação com instrumento derivativo	30.1	3.000	1.274
Outras obrigações		359.718	295.140
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	781.381	578.763
Passivo financeiro setorial	11	1.032.194	957.969
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>8.381.670</b>	<b>6.039.724</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Empréstimos e financiamentos	14	613.482	43.539
Debêntures	14	2.994.051	3.570.365
Obrigações por arrendamentos	15	153.940	192.034
Subvenções governamentais		2.660	5.215
Obrigações com benefícios pós-emprego	16	6.688.417	5.982.423
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	700.833	1.019.775
Provisão para processos judiciais e outros	17	762.056	573.606
Encargos setoriais	18	27.561	34.553
Reserva de reversão		36.714	44.056
Outras obrigações		133.883	77.597
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	20	6.529.143	4.395.313
Passivo financeiro setorial	11	532.303	522.128
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>19.175.043</b>	<b>16.460.604</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	21.1	3.079.525	3.079.525
Reservas de capital	21.3	2.268.430	2.268.430
Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	21.5	(3.776.643)	(2.217.271)
Reservas de lucros:			
Reserva legal		196.766	196.766
Reserva especial para reforço de capital de giro	21.4	171.137	171.137
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		759.823	470.629
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>2.699.038</b>	<b>3.969.216</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>30.255.751</b>	<b>26.469.544</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2020	2019
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>23</b>	<b>15.490.533</b>	<b>14.704.049</b>
Energia elétrica comprada para revenda	24	(8.217.260)	(7.940.730)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	24	(224.518)	(292.901)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	24	(1.990.586)	(1.672.827)
Pessoal e administradores		(688.811)	(739.814)
Entidade de previdência privada	16	445.749	(26.502)
Serviços de terceiros		(607.880)	(509.266)
Material		(84.759)	(58.722)
Custo de construção		(953.453)	(730.752)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(309.518)	(231.437)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida		(81.506)	(57.745)
Depreciação e amortização		(677.236)	(649.972)
Outras receitas e despesas operacionais	25	(75.690)	(75.228)
<b>TOTAL</b>		<b>(13.465.468)</b>	<b>(12.985.896)</b>
<b>RESULTADO DO SERVIÇO (LUCRO BRUTO)</b>		<b>2.025.065</b>	<b>1.718.153</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras	26	316.334	316.706
Despesas financeiras	26	(928.163)	(866.319)
Variações cambiais, líquidas	26	(3.197)	(754)
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>(615.026)</b>	<b>(550.367)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>1.410.039</b>	<b>1.167.786</b>
Contribuição social	27	-	-
Imposto de renda	27	-	22.287
Contribuição social diferida	9.4/27	(113.618)	(109.325)
Imposto de renda diferido	9.4/27	(315.605)	(303.681)
<b>TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(429.223)</b>	<b>(390.719)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>980.816</b>	<b>777.067</b>
<b>Lucro líquido básico/diluído por ação ordinária</b>	<b>22.1</b>	<b>4,96699</b>	<b>3,93537</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>980.816</b>	<b>777.067</b>
<b>Outros resultados abrangentes:</b>		
<b>- Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Ajuste de avaliação atuarial - Previdência privada	(2.238.426)	(2.072.375)
Ajuste de avaliação atuarial - FGTS - PIA (multa 40%)	28.208	(24.897)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de avaliações atuariais	751.474	713.072
<b>- Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado</b>		
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	(44.570)	40.650
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	15.154	(13.820)
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE TRIBUTOS</b>	<b>(507.344)</b>	<b>(580.303)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital					Reservas de lucros					
	Capital social	Opções de ações outorgadas	Benefício fiscal proveniente de incorporação	Outras reservas de capital	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva especial para reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.823.486	20.573	670.897	-	(49.236)	(781.506)	196.766	-	-	-	2.880.980
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	777.067	777.067
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	-	(2.097.272)	-	-	-	-	(2.097.272)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	713.072	-	-	-	-	713.072
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	40.650	-	-	-	-	40.650
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(13.820)	-	-	-	-	(13.820)
Transações com os acionistas:											
Aumento de capital	256.039	-	-	-	-	-	-	-	-	-	256.039
Cancelamento de ações em tesouraria	-	(20.573)	(28.663)	-	49.236	-	-	-	-	-	-
Resgate compulsório das ações remanescentes	-	-	(255.909)	-	-	-	-	-	-	-	(255.909)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(213.923)	(213.923)
Enel Sudeste - Benefício fiscal proveniente da incorporação	-	-	1.881.558	-	-	-	-	-	-	-	1.881.558
Enel Sudeste - Incorporação - Acervo cindido	-	-	-	547	-	-	-	-	-	-	547
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	227	227
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	470.629	(470.629)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	-	-	-	-	-	-	171.137	-	(171.137)	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(118.781)	-	-	-	118.781	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	40.386	-	-	-	(40.386)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(2.217.271)	196.766	171.137	470.629	-	3.969.216
Resultado abrangente total:											
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	980.816	980.816
Ajuste de avaliação atuarial (previdência privada e multa FGTS)	-	-	-	-	-	(2.210.218)	-	-	-	-	(2.210.218)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste de avaliação atuarial	-	-	-	-	-	751.474	-	-	-	-	751.474
Valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(44.570)	-	-	-	-	(44.570)
Imposto de renda e contribuição social sobre valor justo de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	15.154	-	-	-	-	15.154
Transações com os acionistas:											
Pagamento de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(470.629)	-	(470.629)
Distribuição de dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.200)	(36.200)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(195.300)	(195.300)
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.834)	(60.834)
Dividendos não resgatados pelos acionistas - prescritos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	129	129
Proposta de dividendo adicional proposto - excedente ao mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	759.823	(759.823)	-
Mutações internas do patrimônio líquido:											
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(107.897)	-	-	-	107.897	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	36.685	-	-	-	(36.685)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.079.525	-	2.267.883	547	-	(3.776.643)	196.766	171.137	759.823	-	2.699.038

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Atividades operacionais:</b>		
Lucro líquido do exercício	980.816	777.067
<b>Ajustes para conciliar o lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:</b>		
Depreciação e amortização	690.755	649.972
Variações monetárias	23.786	(19.341)
Variações cambiais - instrumento derivativo	(25.517)	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(223.111)	(280.976)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	311.375	246.511
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	106.390	85.827
Atualização acordo Eletrobras	45.737	99.914
Custo de empréstimos e debêntures (encargos e variação cambial de dívidas)	290.211	304.471
Juros sobre obrigações de arrendamento	20.771	23.693
Juros sobre operação com instrumento derivativo	3.955	(92)
Ajuste a valor de mercado instrumento derivativo	(49.885)	-
Benefícios pós-emprego	(11.126)	336.310
Receita de aplicação financeira em investimentos de curto prazo	(1.929)	(1.761)
Baixa de ativo financeiro, intangível da concessão e imobilizado	49.350	60.814
Tributos e contribuições sociais diferidos	429.223	413.006
<b>Redução (aumento) dos ativos:</b>		
Consumidores, revendedores e outros	(405.031)	(332.028)
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	(21.394)	(22.753)
Outros tributos compensáveis	(1.902.346)	(4.977.808)
Almoxarifado	(13.651)	15.635
Serviços em curso	(53.103)	(49.525)
Contas a receber - acordos	(374.812)	(60.754)
Despesas pagas antecipadamente	(10.876)	9.974
Outros créditos	(114.495)	25.779
Ativo financeiro setorial	465.358	593.045
<b>Aumento (redução) dos passivos:</b>		
Fornecedores	568.921	273.681
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores	2.336.447	4.974.076
Outros tributos a pagar	45.828	35.393
Obrigações sociais e trabalhistas	(17.108)	(56.405)
Encargos setoriais	32.355	32.913
Outras obrigações	113.522	90.220
Passivo financeiro setorial	84.400	(551.252)
	<b>3.374.816</b>	<b>2.695.606</b>
Pagamento de juros (encargos de dívidas), deduzido dos juros capitalizados	(159.985)	(301.958)
Pagamento de juros de obrigações por arrendamento	(20.165)	(18.181)
Pagamento de juros de operações com derivativo	(4.353)	(7.865)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(6.861)	(16.672)
Pagamento de obrigações com benefícios pós-emprego	(578.598)	(345.467)
Pagamento de processos judiciais e outros	(149.354)	(108.416)
Pagamento de contas a pagar - acordo Eletrobras	(351.683)	(337.909)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	(1.338)	50
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>2.102.479</b>	<b>1.559.188</b>
<b>Atividades de investimentos:</b>		
Adições para ativo contratual e intangível da concessão	(958.999)	(871.551)
Consumidores participação financeira	72.777	118.248
Aplicações em investimento de curto prazo	(80.236)	(3.446)
Resgates de investimento de curto prazo	49.251	4.405
Aplicações/Resgates de cauções e depósitos vinculados	(15.690)	(236.237)
Recebimento de venda de ativo imobilizado e intangível	6.878	11.757
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(926.019)</b>	<b>(976.824)</b>
<b>Atividades de financiamentos:</b>		
Ingresso de novos empréstimos e debêntures	859.997	2.215.000
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	(230.643)	(2.380.716)
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-	(19.800)
Pagamento de obrigações por arrendamento	(74.144)	(53.461)
Aumento de capital	-	256.039
Resgate compulsório de ações	-	(255.909)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(916.054)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(360.844)</b>	<b>(238.847)</b>
<b>Variação no caixa líquido da Companhia</b>	<b>815.616</b>	<b>343.517</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	1.280.195	936.678
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.095.811</b>	<b>1.280.195</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>1. RECEITAS</b>	<b>23.527.988</b>	<b>23.948.365</b>
<b>Receita bruta de venda de energia e outras receitas</b>	<b>23.837.506</b>	<b>24.179.802</b>
Fornecimento de energia elétrica	9.830.743	11.854.330
Outras receitas - originadas de contratos com clientes	11.239.165	10.627.044
Outras receitas	1.814.145	967.676
Receita relativa à construção de ativos próprios	953.453	730.752
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa, líquida	(309.518)	(231.437)
<b>2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(13.078.973)</b>	<b>(12.160.892)</b>
Materiais	(529.755)	(353.801)
Outros custos operacionais	(86.906)	(83.654)
Custo da energia comprada e transmissão	(11.441.000)	(10.874.735)
Serviços de terceiros	(1.021.312)	(848.702)
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>10.449.015</b>	<b>11.787.473</b>
<b>4. RETENÇÕES</b>	<b>(690.755)</b>	<b>(649.972)</b>
Depreciação e amortização	(690.755)	(649.972)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>9.758.260</b>	<b>11.137.501</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>316.334</b>	<b>316.706</b>
Receitas financeiras	316.334	316.706
<b>7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>10.074.594</b>	<b>11.454.207</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>10.074.594</b>	<b>11.454.207</b>
<b><u>Empregados (Colaboradores)</u></b>	<b>255.307</b>	<b>756.199</b>
Salários e encargos	416.009	397.600
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	69.109	92.972
Benefícios	(265.250)	232.572
FGTS	35.439	33.055
<b><u>Tributos (Governo)</u></b>	<b>7.875.357</b>	<b>9.039.563</b>
<b><u>Federais</u></b>	<b>1.201.753</b>	<b>1.632.503</b>
Imposto de renda e contribuição social	429.223	390.719
COFINS	548.646	929.813
PIS	119.014	200.911
INSS	69.492	75.718
Encargos sociais - Outros	35.378	35.342
<b><u>Estaduais</u></b>	<b>3.944.153</b>	<b>4.142.639</b>
ICMS	3.936.041	4.133.544
Outros	8.112	9.095
<b><u>Municipais</u></b>	<b>45.613</b>	<b>44.794</b>
ISS	168	188
IPTU	45.377	44.539
Outros	68	67
<b><u>Encargos setoriais</u></b>	<b>2.683.838</b>	<b>3.219.627</b>
CDE - Conta de desenvolvimento energético	2.239.565	2.514.721
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	142.237	135.725
Encargos do consumidor - PROINFA	88.906	95.177
Encargos do consumidor - CCRBT	193.701	457.662
Taxa de fiscalização - ANEEL	19.429	16.342
<b><u>Remuneração de capitais de terceiros</u></b>	<b>963.114</b>	<b>881.378</b>
Juros	929.998	866.901
Aluguéis	33.116	14.477
<b><u>Remuneração de capitais próprios</u></b>	<b>980.816</b>	<b>777.067</b>
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(71.212)	(78.395)
Dividendos e juros sobre capital próprio	292.334	213.923
Lucros retidos	759.694	641.539

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. Informações gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Enel Distribuição São Paulo”, ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta Categoria “B”, controlada diretamente pela Enel Brasil S.A. (Enel Brasil), sendo esta, por sua vez, uma controlada indireta da Enel S.p.A. (sediada na Itália).

A sede da Companhia está localizada na Avenida Dr. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri, Estado de São Paulo, Brasil.

A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia passa por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos, tendo o primeiro processo de revisão ocorrido em 4 de julho de 2003, e de Reajuste Tarifário anualmente. A última Revisão Tarifária da Companhia ocorreu em 4 de julho de 2019.

#### 1.1 Pandemia (Covid-19) - Impactos econômico-financeiros

##### Pessoas e sociedade

A Enel e suas subsidiárias no Brasil têm adotado o trabalho remoto há alguns anos. Conforme os efeitos da COVID-19 avançaram e tornaram-se pandêmicos, a Companhia decidiu estender o trabalho remoto para todos os dias úteis até junho de 2021 para todos os profissionais elegíveis.

Para os profissionais que realizam trabalhos operacionais, cujas atividades são imprescindíveis para a manutenção da prestação do serviço com a qualidade que sempre foi entregue, a Companhia providenciou e disponibilizou para cada profissional equipamentos de proteção individual, bem como comunicações e recomendações contínuas relacionadas a como evitar o contágio por COVID-19. Não obstante, a Companhia também estendeu o benefício de saúde, com apólices de seguro com cobertura adicional para os profissionais que eventualmente forem hospitalizados por decorrência de infecção por COVID-19.

O trabalho remoto tem propiciado novas possibilidades de comunicação e operação. A determinação dessa forma de trabalho se demonstrou eficiente e com a mesma qualidade ora atingida pelo trabalho em loco. Este resultado só foi possível pelos investimentos em digitalizações e sistemas realizados pela Enel e suas subsidiárias no decorrer dos últimos anos. Essa nova realidade se tornou uma oportunidade para que a Enel e suas subsidiárias colocassem em prática um plano anterior de expansão do trabalho remoto.

##### Monitoramento e plano estratégico

A Enel e suas subsidiárias têm realizado acompanhamento constante relacionados a estratégia e manutenção da qualidade dos serviços, bem como a lucratividade de seus negócios. Esse monitoramento resultou em informações que puderam auxiliar a administração na tomada de decisões estratégicas, como também demonstraram que, apesar de toda crise causada pela pandemia da

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

COVID-19, nenhum dos negócios mantidos apresentou indicativos de descontinuidade ou perda do seu valor recuperável.

A Enel e suas subsidiárias, adicionaram indicadores de performance para cada área de negócio, o que tem proporcionado de forma tempestiva informações relacionadas às operações, transações e resultados operacionais. Nesse contexto, o alto nível de digitalização foi um fator imprescindível para a aplicação destes indicadores. Através destes indicadores, é possível, de forma confiável, monitorar o nível de operação de suas atividades, a qualidade do serviço prestado, bem como, se aplicável, eventuais reduções em atividades suportes em decorrência do trabalho remoto.

Para prevenir ou amenizar qualquer efeito negativo que possa, porventura, ser identificado em suas linhas de negócios, a Administração da Enel e suas subsidiárias continuará a monitorar suas atividades, demandas, resultados operacionais e de suporte, para que possa, de forma tempestiva, tomar ações que previnam ou amenizem tais efeitos.

### **Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa**

A Companhia tem observado uma tendência crescente em sua provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD, parcialmente explicado pela crise financeira, principalmente a deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19. Diversos estados e municípios, adotaram e ainda adotam o distanciamento social, o que, por sua vez, tem causado a deterioração de diversos setores da economia, colocando em dificuldades financeiras e operacionais empresas de pequeno e médio porte e, conseqüentemente, aumentado o desemprego.

A partir de outubro de 2020 foi possível observar a retomada econômica com o afrouxamento do distanciamento e liberação do comércio. O CPC 39, equivalente à norma internacional IFRS 9, prevê que as entidades devem reavaliar o risco de crédito sempre que houver indicativos de deterioração deste, e, dessa forma, a Companhia tem frequentemente acompanhado os eventos decorrentes da pandemia e seus reflexos sobre a PECLD. Este acompanhamento, inclui, dentre outras ações, a adoção de premissas que melhor reflitam a estimativa de perdas esperadas como resultado das limitações estabelecidas pela instrução normativa nº 878 emitida pela ANEEL em 23 março de 2020, que determinava a impossibilidade de corte por inadimplência para classes de consumos específicas (por exemplo: residencial, rural e consumidores classificados como serviços essenciais), tal impedimento perdurou até 31 de julho de 2020. A provisão para perdas esperadas em contas a receber, abrange a melhor estimativa da Companhia com base nas informações vigentes até a data de divulgação dessas demonstrações financeiras, e representa a situação de risco de crédito de seus consumidores.

A Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, a saber: (i) campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos das contas de energia assíduos; (ii) planos de parcelamentos; (iii) intensificação da política de corte e (iv) proporcionando aos seus consumidores alternativas de métodos de pagamentos, como por exemplo, a possibilidade de utilizar cartões de crédito com opção de parcelamentos para as contas de energia em atraso ou não.

Todos os efeitos possíveis e confiavelmente mensuráveis têm sido aplicados de forma consistente na determinação da provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa, conforme divulgado na nota explicativa nº 7.

### **Medidas para o setor elétrico**

Como resposta à pandemia, a ANEEL adotou algumas medidas temporárias a fim de preservar a prestação do serviço de distribuição de energia elétrica por meio da resolução normativa mencionada

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anteriormente. Dentre essas medidas, pode-se citar (i) a vedação temporária da suspensão de fornecimento por inadimplência de consumidores residenciais e de serviços essenciais, entre outras situações específicas, e (ii) a suspensão temporária de algumas exigências regulatórias, tais como a suspensão do atendimento presencial ao público e permissão de substituição de faturas impressas por eletrônicas, priorizando os meios digitais, os atendimentos de urgência/emergência e a manutenção do fornecimento de energia elétrica nas instalações, assim como os pedidos de ligação ou aumento de carga para locais de tratamento da população e os que não necessitem de obras para efetivação.

A ANEEL autorizou até 30 de junho de 2020 o diferimento dos reajustes tarifários, das distribuidoras que tinham reajuste tarifário no intervalo, permitindo, em contrapartida, que os pagamentos ao fundo da CDE fossem reduzidos, na mesma proporção da receita diferida. Os pagamentos do fundo CDE diferidos foram repostos pelas referidas concessionárias durante o segundo semestre de 2020.

Como medida de reforço a liquidez financeira do setor de distribuição de energia elétrica, a ANEEL autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE a repassar às distribuidoras os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. O despacho ANEEL nº 986, de 7 de abril de 2020, determinou o repasse aos agentes de mercado. Sendo assim, a Companhia recebeu até o final deste exercício o montante de R\$159.795. Tal montante foi contabilizado como passivo financeiro setorial de acordo com a sua competência.

Adicionalmente, a Presidência da República editou medida provisória ampliando, por 3 (três) meses, os descontos da tarifa social para 100%, sendo tal subvenção custeada pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, no dia 8 de abril de 2020, o Presidente da República, por meio da Medida Provisória ("MP") nº 950, que vigorou de 1 de abril a 30 de junho de 2020 adotou algumas alterações temporárias à Lei nº 12.212 de 20 de janeiro de 2010, alterando o formato de desconto tarifário para os consumidores beneficiados pela categoria baixa renda, onde a parcela do consumo de energia elétrica inferior ou igual a 220 KWh/mês passou a ter um desconto de 100% e a parcela do consumo de energia elétrica superior a 220 KWh/mês não teve a incidência de qualquer desconto. De acordo com as homologações da ANEEL, a Companhia recebeu repasses relacionados ao desconto da classe baixa renda, no valor de R\$ 102.229, referentes às competências de abril, maio e junho de 2020. Tais montantes foram devidamente recebidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, sendo registrados na receita operacional (subvenção de recursos da CDE).

### CONTA-COVID

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020 autorizou a criação da CONTA-COVID, cuja gestão será da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. A criação dessa conta tem como objetivo minimizar os impactos da pandemia e proporcionar liquidez para as distribuidoras, protegendo a cadeia produtiva do setor elétrico através de recursos financeiros para cobrir déficits tarifários ou antecipar receitas (total ou parcialmente), referentes aos seguintes itens:

- Efeitos financeiros da sobrecontratação;
- Saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA;
- Neutralidade dos encargos setoriais;
- Postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data;
- Saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e
- Antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B", conforme o disposto em regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CONTA-COVID foi organizada para evitar reajustes maiores das tarifas de energia elétrica. Se não houvesse a proposta da CONTA-COVID, haveria um impacto para os consumidores nos próximos reajustes, com pagamento em 12 meses. Com a CONTA-COVID, esse impacto será diluído em um prazo total de 60 meses. A CONTA-COVID garante recursos financeiros necessários para compensar a perda de receita em decorrência da pandemia e protege o resto da cadeia produtiva do setor elétrico, ao permitir que as distribuidoras continuem honrando seus contratos.

A CONTA-COVID é regulamentada pela Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, e os recursos da conta serão originados por meio de “empréstimo setorial”, contraído de um conjunto de bancos. A CCEE foi designada como gestora da conta, centralizando a contratação das operações de empréstimos e repassando os recursos para as distribuidoras. O credor responsável por contratar o agente fiduciário e garantidor de todo o recurso será a CCEE, que posteriormente fará o repasse para as distribuidoras, seguindo o teto estabelecido para cada distribuidora. A ANEEL homologará o montante dos recursos a serem repassados.

Em 3 de julho de 2020, a Companhia declarou os recursos financeiros requeridos da CONTA-COVID, no valor total de R\$ 1.389.232, que foi integralmente recebido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os aumentos tarifários diferidos neste período, serão pagos em até 5 anos, a partir de 2021, por meio de encargo setorial arrecadado pelas distribuidoras e repassado à CCEE. A CCEE, por sua vez, amortizará o empréstimo contraído junto ao sindicato de bancos credores do empréstimo setorial.

### **Preservação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão**

A ANEEL, observando a Medida Provisória nº 950/2020, o Decreto nº 10.350/2020 e a cláusula sétima do contrato de concessão nº 162/1998, reconheceu que os fatos atuais causados pela pandemia se incluem no âmbito das áreas administrativa e econômica. Assim, decidiu instaurar a 2ª fase da Consulta Pública nº 035/2020, até 05 de outubro de 2020, para disciplinar os procedimentos a serem observados pelas concessionárias afetadas, em processo administrativo específico a ser avaliado pelo regulador, para demonstração do alcance e mensuração de seu direito ao reequilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 15, § 1º, da Resolução Normativa nº 885, publicada no diário oficial em 23 de junho de 2020.

Em 16 de dezembro de 2020, a ANEEL, após avaliar as contribuições recebidas, decidiu abrir uma 3ª fase de discussão sobre as regras para o reequilíbrio econômico devido à pandemia, com prazo de contribuição até 01 de fevereiro de 2021. Vale destacar que em tal fase da consulta, a ANEEL também vai discutir (i) a exposição contratual involuntária e (ii) os critérios para o reembolso dos custos administrativos e financeiros da Conta Covid.

Portanto, o reconhecimento do ativo financeiro setorial ainda depende de regulamentação por parte do órgão regulador, e, por este motivo, a Companhia não reconheceu o ativo financeiro setorial referente ao direito do reequilíbrio econômico da concessão em seu balanço e demonstração de resultado.

### **Perspectiva econômico-financeiro**

A Companhia entende ser prematuro projetar o fim da pandemia da COVID-19, principalmente pela incerteza com relação os efeitos econômicos oriundos do Coronavírus e o prazo em que estes serão totalmente revertidos. Contudo, considerando o processo gradual de imunização iniciado pelas autoridades competentes, a Companhia reconhece a perspectiva positiva de recuperação econômica, redução da taxa de desemprego e estabilidade financeira.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 1.2 Reestruturação societária realizada no exercício findo em 31 de dezembro de 2019

Em 6 de novembro de 2019, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a operação de incorporação reversa da Companhia com sua então controladora direta, a Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A. (“Enel Sudeste”). A operação consistiu na incorporação, pela Companhia, da totalidade do patrimônio líquido da Enel Sudeste, a valor contábil (“Incorporação”).

A Incorporação, alinhada com a estratégia de otimização das estruturas societárias e de negócios do grupo Enel no Brasil, pretende reduzir custos em áreas administrativas e com o cumprimento de obrigações acessórias, além de tornar a administração conjunta mais eficiente, o que se espera resultar em benefícios de natureza patrimonial e financeira para o grupo Enel e a Companhia.

O principal efeito dessa incorporação nos registros contábeis da Companhia em 2019 foi o reconhecimento do benefício fiscal no montante de R\$ 1.881.558 registrado em contrapartida à conta “Reserva de capital”, no patrimônio líquido (vide notas explicativas nºs 9.3 e 21.3).

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Em 23 de fevereiro de 2021, o Conselho de Administração autorizou a emissão das presentes demonstrações financeiras.

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de contabilidade (*Internacional Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo, quando tais avaliações são exigidas pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

### 2.3 Segmento de negócios

Um segmento operacional é um componente da Companhia (i) que possui atividades de negócio através das quais gera receitas e incorre em despesas, (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração na tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliação da performance do segmento, e (iii) para o qual haja informações financeiras individualizadas.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Como a Companhia atua em uma única região geográfica (Estado de São Paulo) e possui uma única atividade de negócio das quais pode obter receitas e incorrer despesas (Distribuição de Energia Elétrica), a entidade identificou um segmento reportável, cujo resultados operacionais são regularmente (a cada trimestre) avaliados pelo principal tomador de decisão operacional da entidade, ao decidir sobre alocação de recursos e avaliação de desempenho.

Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

### **2.4 Moeda funcional, conversão de saldos e transações em moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo.

#### **(b) Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços.

## **3. Políticas contábeis e estimativas**

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

### **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores divulgados das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais estimativas presentes nas demonstrações financeiras são: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD); atualização do ativo financeiro da concessão; ativos fiscais diferidos; provisões para processos judiciais e outros; benefícios pós-emprego e receita não faturada.

### **3.1 Pronunciamentos novos ou alterados - vigentes em 31 de dezembro de 2020**

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020 estão evidenciadas a seguir:

#### **3.1.1 Alterações ao CPC 00 (R2) | *Conceptual Framework* – Estrutura conceitual para relatório financeiro**

O CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro, equivalente ao pronunciamento do IASB conhecido como *Conceptual Framework*, foi alterado com o objetivo de refletir os conceitos ajustados pelo IASB, como a seguir:

- a) Melhoria quanto às definições acerca do objetivo do relatório financeiro, ativos, passivos, patrimônio líquido, receitas e despesas em diversos aspectos;
- b) Define critérios para inclusão de ativos e passivos nas demonstrações financeiras (reconhecimento) e orientação sobre quando removê-los (desreconhecimento);
- c) Bases de mensuração e orientação sobre quando e como utilizá-las; e
- d) Determina conceitos e estabelece orientações quanto a apresentação e divulgação das demonstrações financeiras e notas explicativas, bem como a definição de materialidade.

As alterações estabelecidas pela norma mencionada foram, quando aplicável, devidamente adotadas pela Companhia.

#### **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2) | Arrendamentos | IFRS16 - Leases**

O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir:

- (a) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;
- (b) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- (c) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia.

### 3.2 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração evidencição e instrumentos financeiros	Reforma da taxa de referência de juros segunda fase	1º de janeiro de 2021
CPC 27 – Imobilizado	Prover <i>guidance</i> para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
Melhorias anuais às IFRS – Ciclo 2018 - 2020	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa.

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Já quanto aos investimentos de curto prazo os mesmos são classificados como valor justo por meio do resultado.

**Redução ao valor recuperável:** todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco (mais detalhes na nota explicativa nº 30.2 b.1.1). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

#### Caixa e equivalentes de caixa:

	Nota	2020	2019
Numerário disponível		25.400	20.074
Numerário em trânsito	4.1	106.415	205.354
CDB-DI		1.963.996	1.054.767
<b>Total</b>		<b>2.095.811</b>	<b>1.280.195</b>

#### Investimentos de curto prazo:

		2020	2019
CDB-DI	4.2	38.940	3.518
Fundo de investimento		-	1.978
<b>Total</b>		<b>38.940</b>	<b>5.496</b>
<b>Total geral</b>		<b>2.134.751</b>	<b>1.285.691</b>

- 4.1 O numerário em trânsito representa o montante recebido de clientes, porém ainda não creditado em favor da Companhia pela instituição financeira, ou seja, estão em circulação e serão transferidos para a Companhia em D+1 ou D+2 (primeiro ou segundo dia útil após o pagamento efetuado pelo cliente). A redução foi ocasionada principalmente pelas arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2019, que foram transferidas para a Companhia somente no início de 2020 cujos montantes foram superiores às arrecadações dos últimos dias do mês de dezembro de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 4.2 O aumento está principalmente relacionado, pela decisão judicial mencionada na nota explicativa nº 17.2 (c.15), que determinou o bloqueio de parte dos investimentos da Companhia.

## 5. Consumidores, revendedores e outros

Incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, participação financeira do consumidor e outros serviços cobráveis na fatura de energia elétrica.

A Companhia classifica os saldos de consumidores, revendedores e outros como instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Os recebíveis da Companhia são faturados nos termos das Resoluções Normativas nº 414/2010 e 506/2012 da ANEEL, exceto a venda de energia elétrica no mercado de curto prazo que segue a Resolução Normativa nº 109/2004 (Convenção de Comercialização de Energia Elétrica). Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

### Uso de estimativas:

Receita não faturada: O cálculo da receita não faturada referente aos serviços de distribuição é feito automaticamente pelo sistema de faturamento, sendo realizado individualmente para cada unidade consumidora. O cálculo considera o montante médio diário (montante total faturado / nº de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%).

### Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (Redução ao valor recuperável):

Os saldos relacionados a consumidores, revendedores e outros estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – Vide nota explicativa nº 7.

Reconhecimento de perda: As baixas de recebíveis para perda são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa, em que se aplica o percentual de perda de 100% após o período de 5 anos para todas as classes). Cabe ressaltar que para fins fiscais, o reconhecimento de perda permanece inalterado, obedecendo os prazos e valores definidos pelo artigo 9º da Lei nº 9.430/1996, com alterações introduzidas pelo artigo 8º da Lei nº 13.097/2015.

A composição do saldo de consumidores, revendedores e outros é como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2020
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Residencial	492.576	447.276	133.132	143.691	763.587	1.980.262	(810.889)	1.169.373
Industrial	52.728	32.655	5.290	8.768	63.502	162.943	(51.620)	111.323
Comercial	226.688	68.721	14.667	24.899	69.259	404.234	(84.871)	319.363
Rural	253	149	27	60	127	616	(186)	430
Poderes públicos	37.452	9.846	609	562	1.974	50.443	(762)	49.681
Iluminação pública	3.314	1.027	13	15	14	4.383	(27)	4.356
Serviço público	39.716	414	3	2	90	40.225	(181)	40.044
Serviço cobráveis	235	601	100	5	6	947	(102)	845
Encargos de uso da rede	3.679	-	10	134	-	3.823	-	3.823
Fornecimento não faturado	894.754	-	-	-	-	894.754	(7.095)	887.659
Participação financeira do consumidor	3.942	89	63	94	198	4.386	-	4.386
<b>Revendedores e outros:</b>								
Ressarcimento - leilões de energia	30.090	-	-	-	-	30.090	-	30.090
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>1.785.427</b>	<b>560.778</b>	<b>153.914</b>	<b>178.230</b>	<b>898.767</b>	<b>3.577.106</b>	<b>(955.733)</b>	<b>2.621.373</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Iluminação pública	-	-	-	-	24.079	24.079	(180)	23.899
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>24.079</b>	<b>24.079</b>	<b>(180)</b>	<b>23.899</b>
<b>TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.785.427</b>	<b>560.778</b>	<b>153.914</b>	<b>178.230</b>	<b>922.836</b>	<b>3.601.185</b>	<b>(955.913)</b>	<b>2.645.272</b>

	A vencer	Vencidos				Total de consumidores, revendedores e outros	PECLD	Total 2019
	até 30 dias	até 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	mais de 360 dias			
<b>CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Residencial	390.213	473.405	80.023	122.957	668.872	1.735.470	(777.217)	958.253
Industrial	64.636	35.258	4.675	7.115	66.498	178.182	(62.457)	115.725
Comercial	265.278	100.333	6.339	11.453	65.579	448.982	(66.021)	382.961
Rural	220	146	15	35	81	497	(117)	380
Poderes públicos	48.503	16.648	1.011	1.114	1.734	69.010	(1.928)	67.082
Iluminação pública	7.816	1.607	-	10	40	9.473	(158)	9.315
Serviço público	32.800	40	35	9	59	32.943	(107)	32.836
Serviço cobráveis	342	918	105	3	8	1.376	(587)	789
Encargos de uso da rede	3.281	112	151	-	-	3.544	-	3.544
Fornecimento não faturado	866.332	-	-	-	-	866.332	(2.594)	863.738
Participação financeira do consumidor	-	753	36	108	14	911	-	911
<b>Revendedores e outros:</b>								
Ressarcimento - leilões de energia	11.641	-	-	-	-	11.641	-	11.641
<b>TOTAL - CIRCULANTE</b>	<b>1.691.062</b>	<b>629.220</b>	<b>92.390</b>	<b>142.804</b>	<b>802.885</b>	<b>3.358.361</b>	<b>(911.186)</b>	<b>2.447.175</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
<b>Consumidores - distribuição de energia:</b>								
Iluminação pública	-	-	-	-	26.114	26.114	(194)	25.920
<b>TOTAL - NÃO CIRCULANTE</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>26.114</b>	<b>26.114</b>	<b>(194)</b>	<b>25.920</b>
<b>TOTAL - CIRCULANTE + NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.691.062</b>	<b>629.220</b>	<b>92.390</b>	<b>142.804</b>	<b>828.999</b>	<b>3.384.475</b>	<b>(911.380)</b>	<b>2.473.095</b>

## 6. Contas a receber – acordos

Os saldos de contas a receber – acordos incluem os parcelamentos de consumidores em função dos programas de negociação realizados.

A Companhia classifica os saldos das contas a receber – acordos como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. Esses recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, atualizações financeiras, quando aplicáveis, e podem ser reduzidos por ajuste de redução ao valor recuperável.

Uso de estimativas:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Redução ao valor recuperável:** os saldos relacionados às contas a receber – acordos estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros – Vide nota explicativa nº 7.

O saldo total das perdas esperadas em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 280.061, calculado através da abordagem simplificada, por meio de uma matriz por idade de vencimento das contas a receber – acordos.

A composição do saldo de contas a receber - acordos é como segue:

	Nota	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Consumidores		793.959	439.818
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(277.082)	(222.978)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>516.877</b>	<b>216.840</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Consumidores		15.134	10.321
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	7	(2.979)	(1.716)
<b>Saldo líquido de PECLD</b>		<b>12.155</b>	<b>8.605</b>
<b>Total circulante + não circulante</b>		<b>529.032</b>	<b>225.445</b>

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia tem implementado ações para aumentar a eficiência e a cobrabilidade de contas de energia em atraso, geradas principalmente em função da deterioração do poder de consumo e pagamento da população, por conta da COVID-19.

Visando atenuar o aumento da inadimplência, a Companhia adotou medidas internas de contingência extraordinária, onde foi proposto facilitar o parcelamento das faturas de energia, a partir de um dia de atraso em até 12 vezes, fato este que gerou um aumento significativo na rubrica “contas a receber – acordos”.

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2020
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	386.452	98.640	324.001	809.093
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(10.940)	(22.695)	(246.426)	(280.061)
<b>Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>375.512</b>	<b>75.945</b>	<b>77.575</b>	<b>529.032</b>

	Saldos vencidos	Saldos vencidos		Total 2019
		até 90 dias	mais de 90 dias	
Consumidores	149.704	50.446	249.989	450.139
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	(7.966)	(13.423)	(203.305)	(224.694)
<b>Saldo líquido de PECLD - Circulante + Não Circulante</b>	<b>141.738</b>	<b>37.023</b>	<b>46.684</b>	<b>225.445</b>

## 7. Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa - PECLD

### Uso de estimativas:

As perdas estimadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos três anos, bem como, a

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

expectativa de perda futura utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente, os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir:

- Individualmente, a Companhia determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada consumidor, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias, determinação e mudança de risco de crédito individual.
- Coletivamente, a Companhia utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente para o modelo coletivo onde há uma quantidade relevante de consumidores. Este modelo contempla cada classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, poder público, iluminação pública e serviços públicos). Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo do setor de distribuição de energia.

Em ambos os modelos a Administração determina percentuais de perdas esperadas de crédito (*“Expected Credit Losses – ECL”*) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (*“Probability of Default – PD”*) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (*“Loss given default – LGD”*), os percentuais de perda esperada de crédito ora aplicados aumentam a medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é como segue:

	Nota	Saldo inicial 31.12.2019	Provisões	Perda	Saldo final 31.12.2020
<b>Rubricas de origem</b>					
Consumidores	5	(911.380)	(232.854)	188.321	(955.913)
Contas a receber - acordos	6	(224.694)	(71.225)	15.858	(280.061)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(3.939)	(4.375)	844	(7.470)
Outros créditos		(1.543)	(2.921)	-	(4.464)
<b>Total</b>		<b>(1.141.556)</b>	<b>(311.375)</b>	<b>205.023</b>	<b>(1.247.908)</b>
Circulante		(1.139.644)			(1.244.749)
Não circulante		(1.912)			(3.159)
<b>Total</b>		<b>(1.141.556)</b>			<b>(1.247.908)</b>

	Nota	Saldo inicial 31.12.2018	Provisões/ reversões	Perda	Recomposição de perdas (3,5 - 5 Anos)	Saldo final 31.12.2019
<b>Rubricas de origem</b>						
Consumidores	5	(684.007)	(207.565)	195.343	(215.151)	(911.380)
Contas a receber - acordos	6	(183.186)	(38.622)	17.428	(20.314)	(224.694)
Outros créditos - Multa rescisão contratual		(5.892)	1.148	805	-	(3.939)
Outros créditos		(1.584)	(1.472)	1.513	-	(1.543)
<b>Total</b>		<b>(874.669)</b>	<b>(246.511)</b>	<b>215.089</b>	<b>(235.465)</b>	<b>(1.141.556)</b>
Circulante		(871.695)				(1.139.644)
Não circulante		(2.974)				(1.912)
<b>Total</b>		<b>(874.669)</b>				<b>(1.141.556)</b>

A Companhia apresenta a seguir o efeito no resultado da perda esperada com créditos de liquidação duvidosa:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
Provisão	(311.375)	(246.511)
PECLD alteração de critério de perdas (3,5 - 5 Anos)	-	13.731
Receita com recuperação de perdas	1.857	1.343
	<b>(309.518)</b>	<b>(231.437)</b>

O aumento da provisão está principalmente relacionado ao cenário causado pela pandemia (COVID-19) - vide nota explicativa nº 1.1.

A Companhia com o objetivo de melhor refletir a provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") avaliou o ambiente econômico das regiões onde atua, reestruturou suas atividades de cobrança e intensificou a retomada de ações com melhor percentual histórico de recuperação de crédito, como por exemplo a retomada do corte de fornecimento de energia. Essa avaliação demonstrou que a PECLD deve considerar os efeitos oriundos de tais ações, que foram temporariamente privadas das distribuidoras por forças de lei e diretrizes regulatórias impostas a Companhia, conforme detalhado na nota explicativa 1.1, e dessa forma, ao atualizar a estimativa de perda futura a Companhia verificou que apesar do atual cenário, é mais provável que parte substancial do saldo vencido de contas a receber será recuperado no curto prazo, e por este motivo adicionou premissas históricas e de projeções que resultaram em uma menor expectativa de perda futura.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu a padronização da metodologia e premissas adotadas pelo Grupo Enel quando da determinação da PECLD. Essa padronização definiu um modelo de determinação da taxa de recuperabilidade, que durante o processo de transição de sistemas e metodologias foi o último passo de um procedimento estruturado de padronizações da política contábil de determinação das perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa.

## 8. Tributos e contribuições sociais compensáveis

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	Nota	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Contribuição social		12.321	4.452
Imposto de renda	8.1	34.317	47.300
Imposto de renda retido na fonte		6.858	16.334
<b>Total</b>		<b>53.496</b>	<b>68.086</b>
<b>Outros tributos compensáveis</b>			
		2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	781.381	578.763
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		101.178	89.978
ICMS - Compra de créditos		1.500	1.747
COFINS		26.327	20.770
PIS		6.948	5.734
INSS		60	57
<b>Total</b>		<b>917.394</b>	<b>697.049</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
PIS e COFINS a recuperar (ICMS)	20	6.107.700	4.426.554
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS		69.441	68.586
<b>Total</b>		<b>6.177.141</b>	<b>4.495.140</b>
<b>Total</b>		<b>7.094.535</b>	<b>5.192.189</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**8.1** O saldo em 31 de dezembro de 2019 está principalmente representado pelo crédito registrado em março de 2019, decorrente de decisão judicial favorável, transitada em julgado, proferida em ação movida pela Companhia, em 2011, pleiteando o reconhecimento do seu direito ao benefício da dedução em dobro das despesas incorridas com o Programa de Alimentação dos Trabalhadores – PAT, na forma prevista na Lei 6.321/1976, bem como a repetição, através de compensação, do IRPJ recolhido indevidamente desde 2006. O pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal e a Companhia efetuou a compensação com a COFINS, com vencimento em agosto de 2020, no valor de R\$ 44.847.

Quanto ao saldo de R\$34.317 em 31 de dezembro de 2020, é composto principalmente pela antecipação do imposto de renda apurado em março de 2020. Por ter apresentado prejuízo fiscal em 31 de dezembro de 2020, tais antecipações estarão disponíveis para futuras compensações, após a entrega da declaração de imposto de renda, a ser realizada em 2021.

## 9. Tributos e contribuições sociais diferidos

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

### 9.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos

	Nota	2020	2019
Diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	9.2	2.655.884	2.246.819
Benefício fiscal das incorporações	9.3	2.008.996	2.080.656
<b>Total dos tributos e contribuições sociais diferidos</b>		<b>4.664.880</b>	<b>4.327.475</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9.2 Saldos acumulados dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas, são como segue:

Nota	Balanco patrimonial		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Tributos diferidos ativos:</b>						
Provisão para obrigações com benefícios pós-emprego	2.121.758	1.842.861	(472.577)	(15.984)	761.064	704.607
Provisão para processos judiciais e outros	297.500	294.488	3.012	12.474	-	-
Provisão para processos judiciais e outros - acordo Eletrobras	-	-	-	(544.198)	-	-
Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa	80.850	79.949	901	(5.492)	-	-
Provisão para materiais e serviços	34.101	13.651	20.450	(2.234)	-	-
Prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa	807.151	550.094	257.057	336.804	-	-
Créditos tributários sobre ágio na incorporação	82.773	165.545	(82.772)	(82.773)	-	-
Diferença na taxa de depreciação/amortização	52.687	59.712	(7.025)	(7.025)	-	-
Provisão programa de saída voluntária (PSV) / incentivo à aposentadoria (PIA)	-	554	(554)	(23.449)	-	-
Provisão FGTS - PIA programa de incentivo à aposentadoria (multa 40%)	37.513	42.889	(5.376)	7.670	(9.590)	8.465
Arrendamento mercantil CPC 06	2.594	1.623	971	1.623	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	1.334	-	-	-	1.334	-
Outros	27.900	31.450	(3.550)	5.095	-	-
<b>Total dos tributos diferidos ativos</b>	<b>3.546.161</b>	<b>3.082.816</b>	<b>(289.463)</b>	<b>(317.489)</b>	<b>752.808</b>	<b>713.072</b>
<b>Tributos diferidos passivos:</b>						
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	21.5	(384.032)	(420.717)	36.685	40.386	-
Atualização do ativo financeiro da concessão	(397.719)	(321.778)	(75.941)	(95.532)	-	-
Atualização monetária de depósitos judiciais	(43.630)	(53.989)	10.359	(3.392)	-	-
Outros resultados abrangentes - cash flow hedge (derivativo)	-	(13.820)	-	-	13.820	(13.820)
Swap	(40.900)	(2.706)	(38.194)	(2.706)	-	-
Outros	(23.996)	(22.987)	(1.009)	(2.038)	-	-
<b>Total dos tributos diferidos passivos</b>	<b>(890.277)</b>	<b>(835.997)</b>	<b>(68.100)</b>	<b>(63.282)</b>	<b>13.820</b>	<b>(13.820)</b>
<b>Ativo fiscal diferido, líquido</b>	<b>2.655.884</b>	<b>2.246.819</b>				
			<b>(357.563)</b>	<b>(380.771)</b>	<b>766.628</b>	<b>699.252</b>
Realização do benefício fiscal das incorporações			(71.660)	(32.235)		
<b>Total despesa imposto de renda e contribuição social diferidos</b>			<b>(429.223)</b>	<b>(413.006)</b>		

### 9.3 Benefício fiscal gerado por incorporações:

Benefícios fiscais gerados pelas seguintes incorporações, registrados de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01, conforme alteradas:

**AES Elpa S.A. ("AES Elpa") e Brasileira Participações S.A. ("Brasileira Participações")** - Incorporação dos ágios das antigas controladoras AES Elpa e Brasileira Participações, oriundo da reorganização societária concluída em 31 de dezembro de 2016 realizada por meio das cisões parciais da Brasileira Participações e da AES Elpa, com a incorporação dos acervos cindidos pela Companhia.

O total do benefício fiscal incorporado pela Companhia foi de R\$ 693.897, sendo composto pelos créditos tributários sobre ágio de R\$ 413.863 e pelo benefício fiscal do ágio no montante de R\$ 280.034

**Enel Brasil Investimentos Sudeste S.A ("Enel Sudeste")** - Incorporação do benefício fiscal da mais valia (34% sobre a parcela dedutível) do intangível da concessão no montante de R\$ 1.881.558, oriundo da reorganização societária concluída em 06 de novembro de 2019.

A composição do saldo do benefício fiscal das incorporações é como segue:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020			2019
	Ágio/Benefício fiscal	Provisão	Valor líquido	Valor líquido
<b>AES Elpa</b>				
Saldo oriundo da incorporação	515.570	(340.275)	175.295	175.295
Amortização acumulada	(179.329)	118.357	(60.972)	(45.728)
<b>Subtotal</b>	<b>336.241</b>	<b>(221.918)</b>	<b>114.323</b>	<b>129.567</b>
<b>Brasliana Participações</b>				
Saldo oriundo da incorporação	308.058	(203.319)	104.739	104.739
Amortização acumulada	(107.150)	70.719	(36.431)	(27.324)
<b>Subtotal</b>	<b>200.908</b>	<b>(132.600)</b>	<b>68.308</b>	<b>77.415</b>
<b>Enel Sudeste</b>				
Saldo oriundo da incorporação	6.150.317	(4.268.759)	1.881.558	1.881.558
Amortização acumulada	(160.181)	104.988	(55.193)	(7.884)
<b>Subtotal</b>	<b>5.990.136</b>	<b>(4.163.771)</b>	<b>1.826.365</b>	<b>1.873.674</b>
<b>Total do ágio/benefício fiscal de incorporações</b>	<b>6.527.285</b>	<b>(4.518.289)</b>	<b>2.008.996</b>	<b>2.080.656</b>

Os ativos fiscais diferidos decorrentes das incorporações são realizados mensalmente. Vale ressaltar que tais realizações não impactam o resultado da Companhia, visto que a amortização, a reversão da provisão e o benefício fiscal ocorrem no mesmo momento. Somente há impacto de caixa devido à redução no pagamento do imposto de renda e contribuição social.

### 9.4 Movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos:

	2020	2019
<b>Saldo inicial</b>	<b>4.327.475</b>	<b>2.159.671</b>
Impacto no resultado do exercício	(429.223)	(413.006)
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	766.628	699.252
Impacto no patrimônio líquido (Benefício fiscal proveniente da incorporação)	-	1.881.558
<b>Saldo final</b>	<b>4.664.880</b>	<b>4.327.475</b>

### 9.5 Estimativa de realização:

#### Uso de estimativas:

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	Tributos e contribuições sociais diferidos ativos	Benefício fiscal das incorporações	Total
<b>Expectativa de realização:</b>			
2021	377.039	71.658	448.697
2022	278.265	71.658	349.923
2023	2.173.427	71.658	2.245.085
2024	183.825	71.658	255.483
2025	175.081	71.658	246.739
2026 em diante	358.524	1.650.706	2.009.230
<b>Total</b>	<b>3.546.161</b>	<b>2.008.996</b>	<b>5.555.157</b>

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

### 10. Contratos de concessão público - privados

Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo contratual (infraestrutura em construção), ativo financeiro e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

#### **Características do contrato de concessão da Companhia**

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

No término do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada através de fiscalização do próprio órgão regulador.

Em 6 de junho de 2005, foi assinado o Primeiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 - ANEEL entre a Companhia e a União Federal, tendo como objeto atender às condições de eficácia constantes dos § 2º dos artigos 36 e 43 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, que dá tratativa do repasse às tarifas dos consumidores finais.

Em 3 de maio de 2010, foi assinado o Segundo Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, cujo objeto foi a alteração dos procedimentos de cálculo dos reajustes tarifários anuais, visando à neutralidade dos Encargos Setoriais da “Parcela A” da Receita Anual da Concessionária, na forma das alterações efetuadas na redação da Cláusula Sétima do Contrato de Concessão de distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998-ANEEL.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 10 de dezembro de 2014, foi assinado o Terceiro Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, pelo qual foi assegurado que eventual saldo de ativo ou passivo financeiro setorial, ao final do contrato de concessão, será indenizado para ou reembolsado pela Companhia.

Em outubro de 2018, foi assinado o Quarto Aditivo ao Contrato de Concessão para Prestação do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998 – ANEEL entre a Companhia e a União Federal, devido a mudança do acionista controlador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre na mesma data a cada 4 anos, sendo a próxima em 4 de julho de 2023.

	Nota	2020	2019
<b>Ativo contratual</b>	10.1	545.741	466.563
<b>Ativo financeiro da concessão</b>	10.2	5.247.418	4.532.124
<b>Intangível</b>			
Ativo intangível da concessão	10.3	3.959.599	4.240.506
<b>Total dos contratos de concessão público - privado</b>		<b>9.752.758</b>	<b>9.239.193</b>

### **Bens vinculados à concessão**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

#### **10.1 Ativo contratual (infraestrutura em construção)**

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Companhia terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão.

O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures ao custo de construção da infraestrutura, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção da infraestrutura; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros foram capitalizados (nota explicativa nº 26) a uma taxa média de 4,52% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(6,94% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2019), sobre o ativo contratual (infraestrutura em construção) qualificável.

A movimentação do ativo contratual (infraestrutura em construção) é como segue:

	Nota	Bens em construção	(-) Obrigações especiais	Total do ativo contratual
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>731.440</b>	<b>(96.522)</b>	<b>634.918</b>
Adições		848.524	(102.102)	746.422
Transferências para intangível da concessão	10.3	(456.211)	25.513	(430.698)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(533.314)	49.235	(484.079)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>590.439</b>	<b>(123.876)</b>	<b>466.563</b>
Adições		1.026.230	(72.777)	953.453
Transferências para intangível da concessão	10.3	(384.876)	16.268	(368.608)
Transferências para o ativo financeiro	10.2	(543.878)	38.211	(505.667)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>687.915</b>	<b>(142.174)</b>	<b>545.741</b>

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo contratual (infraestrutura em construção) estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento e perda associada, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço, (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Os valores dos bens em construção estão sujeitos a fiscalização da ANEEL.

### 10.2 Ativo financeiro da concessão

O ativo financeiro indenizável da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro da concessão como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no valor novo de reposição (VNR), acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), de acordo com a Base de Remuneração Regulatória (BRR).

#### Uso de estimativas:

A Revisão Tarifária da Companhia ocorre a cada 4 anos, e somente nessa data, a Base de Remuneração é homologada pela ANEEL através do valor novo de reposição - “VNR” depreciado. Entre os períodos de Revisão Tarifária, a Administração, utilizando o critério determinado pela ANEEL, aplica o IPCA como fator de atualização da Base de Remuneração. O ativo financeiro da concessão é mensurado através da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, a qual por sua vez tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL.

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente.

A movimentação do ativo financeiro da concessão é como segue:

	Nota	2020	2019
<b>Saldo inicial</b>		<b>4.532.124</b>	<b>3.795.279</b>
Transferência - ativo contratual (infraestrutura em construção)	10.1	505.667	484.079
Transferência - intangível		-	3.876
Transferência - saldo Resoluções Normativas nº 250/05 e 368/09		-	(21.062)
Baixas	25	(13.484)	(11.024)
Atualização do ativo financeiro da concessão	23	223.111	280.976
<b>Saldo final</b>		<b>5.247.418</b>	<b>4.532.124</b>

### 10.3 Intangível da concessão

Os ativos classificados como intangíveis representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato da concessão, dos dois, o menor.

#### Redução ao valor recuperável

##### Uso de estimativas:

A Companhia avalia trimestralmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado na data identificada.

O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). O gerenciamento dos negócios considera a Companhia uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado com base no WACC definido pelo grupo Enel, o qual considera uma taxa de alavancagem padrão para os negócios em que atua de 50%. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, contidas no plano de negócios da Companhia e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

### Uso de estimativas:

A amortização do intangível é reconhecida no resultado e registrada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

### Ativo intangível da concessão

	2020	2019
Ativo intangível - custo	8.015.392	7.760.041
Amortização acumulada	(4.055.793)	(3.519.535)
<b>Total do ativo intangível da concessão</b>	<b>3.959.599</b>	<b>4.240.506</b>

A movimentação do ativo intangível é como segue:

	Nota	Intangível	(-) Obrigações especiais	Ativo intangível - custo	Amortização acumulada	Total do ativo intangível da concessão
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>8.445.010</b>	<b>(900.905)</b>	<b>7.544.105</b>	<b>(3.096.044)</b>	<b>4.448.061</b>
Adições		5.571	-	5.571	(642.894)	(637.323)
Baixas		(206.185)	-	(206.185)	160.157	(46.028)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	59.459	59.459
Transferências para investimento		540	-	540	(213)	327
Transferências do ativo contratual	10.1	456.211	(25.513)	430.698	-	430.698
Transferências para o ativo financeiro		-	(3.876)	(3.876)	-	(3.876)
Transferência - saldo Resoluções Normativas nº 250/05 e 368/09		-	(10.812)	(10.812)	-	(10.812)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>8.701.147</b>	<b>(941.106)</b>	<b>7.760.041</b>	<b>(3.519.535)</b>	<b>4.240.506</b>
Adições		3.636	-	3.636	(678.830)	(675.194)
Baixas		(116.893)	-	(116.893)	81.027	(35.866)
Amortização de obrigações especiais		-	-	-	61.545	61.545
Transferências do ativo contratual	10.1	384.876	(16.268)	368.608	-	368.608
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>8.972.766</b>	<b>(957.374)</b>	<b>8.015.392</b>	<b>(4.055.793)</b>	<b>3.959.599</b>

O saldo do ativo intangível, incluindo obrigações especiais, líquido das respectivas amortizações acumuladas, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$ 3.959.599 e será amortizado até o final da concessão, conforme demonstrado a seguir:

Total a amortizar	2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028
3.959.599	616.792	584.548	569.872	543.234	515.861	1.129.292

As novas adições serão amortizadas considerando as taxas previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, Resolução ANEEL nº 674/15. As taxas médias dos exercícios foram 3,83% em 2020 e 3,87% em 2019.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Ativo e passivo financeiro setorial

O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de “Parcela A” ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária.

Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia.

A Companhia classifica os saldos de ativo e passivo financeiro setorial como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócios da Companhia tem o objetivo de coletar os fluxos de caixa de principal e juros, não contemplando componentes de financiamento significativos. O saldo é composto: (i) pelo ciclo anterior (em amortização), que representa o saldo homologado pela ANEEL já contemplado na tarifa e (ii) pelo ciclo em constituição, que são as diferenças que serão homologadas pela ANEEL no próximo evento tarifário.

Redução ao valor recuperável: os saldos relacionados ao ativo financeiro setorial estão sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

A Companhia avaliou o impacto e concluiu como baixo o risco de não recebimento, com base no histórico de inadimplência e a potencial perda associada, considerando que tais ativos serão realizados por meio do incremento da tarifa do próximo ciclo tarifário e ainda pela garantia de indenização do saldo, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

A composição, movimentação dos saldos, composição por ciclo tarifário e segregação entre curto e longo prazo estão demonstradas da seguinte forma:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros setoriais	Nota	Saldo em 31.12.2019	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Transferências	Empréstimo COVID	Saldo em 31.12.2020	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
												Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA</b>		<b>1.551.242</b>	<b>1.447.890</b>	<b>(651.159)</b>	<b>(257.186)</b>	<b>24.870</b>	-	<b>(1.242.881)</b>	<b>872.776</b>	<b>1.000.654</b>	<b>(127.878)</b>	<b>723.743</b>	<b>596.135</b>	<b>(366.339)</b>	<b>(80.763)</b>
Energia Itaipu - custo/verificação cambial	11.1	455.850	1.221.668	-	-	13.666	(799.822)	-	891.362	891.362	-	470.057	470.057	(24.376)	(24.376)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA		13.945	(37.928)	(7.917)	-	(394)	-	27.524	(4.770)	(609)	(4.161)	766	-	(5.232)	(304)
Transporte de energia pela rede básica		92.360	1.038	(35.178)	-	1.518	-	(76.291)	(16.553)	(16.741)	188	1.069	-	(9.251)	(8.371)
Transporte de energia elétrica - Itaipu		25.644	22.833	(8.129)	-	460	41	(26.139)	14.710	16.912	(2.202)	9.114	8.456	(2.860)	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		192.433	168.849	(177.928)	-	5.947	-	(152.786)	36.515	4.238	32.277	34.396	2.119	-	-
Custos de Aquisição de Energia		1.160.833	173.986	(663.233)	(242.767)	10.198	799.822	(1.424.660)	(185.821)	(8.406)	(177.415)	110.990	58.554	(307.653)	(47.712)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER		(389.823)	(102.556)	241.226	(14.419)	(6.525)	(41)	409.471	137.333	113.898	23.435	97.351	56.949	(16.967)	-
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>		<b>(978.593)</b>	<b>(299.387)</b>	<b>606.495</b>	<b>(28.528)</b>	<b>(3.521)</b>	-	<b>(146.351)</b>	<b>(849.885)</b>	<b>(383.275)</b>	<b>(466.610)</b>	<b>182.764</b>	<b>84.746</b>	<b>(665.855)</b>	<b>(451.540)</b>
Neutralidade da Parcela A		34.761	161.646	(54.166)	-	1.844	-	(99.466)	44.619	(13.792)	58.411	58.411	-	(6.896)	(6.896)
Sobrecontratação de energia		(258.568)	238.985	176.712	(28.528)	(567)	-	(21.325)	106.708	169.492	(62.783)	84.746	84.746	(62.783)	-
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP		(254.967)	-	72.848	-	-	-	-	(162.119)	-	(162.119)	-	-	(72.847)	(109.272)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP		(64.736)	(64.444)	-	-	(2.589)	-	-	(131.769)	(131.769)	-	-	-	-	(131.769)
Risco hidrológico		(500.361)	(664.855)	492.878	-	(9.131)	-	-	(681.469)	(387.528)	(293.941)	-	-	(487.705)	(193.764)
Outros		65.278	29.281	(81.777)	-	6.922	-	(25.560)	(5.856)	(19.678)	13.822	39.607	-	(35.624)	(9.839)
<b>Total</b>		<b>572.649</b>	<b>1.148.503</b>	<b>(44.664)</b>	<b>(285.714)</b>	<b>21.349</b>	-	<b>(1.389.232)</b>	<b>22.891</b>	<b>617.379</b>	<b>(594.488)</b>	<b>906.507</b>	<b>680.881</b>	<b>(1.032.194)</b>	<b>(532.303)</b>
<b>Ativo (passivo) financeiro setorial</b>												<b>906.507</b>	<b>680.881</b>	<b>(1.032.194)</b>	<b>(532.303)</b>

11.1 O aumento no diferimento de energia de Itaipu deve-se basicamente ao aumento da taxa de câmbio (dólar médio), que no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 5,31, enquanto que o dólar médio considerado na tarifa foi de R\$ 5,25.

### Conta - COVID

Conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, a Companhia recebeu em 31 de julho de 2020, em parcela única, o montante de conta - COVID de R\$ 1.389.232, o qual foi contabilizado nos respectivos componentes tarifários, sendo R\$ 1.242.881 referente à itens da parcela A e R\$ 146.351 referente aos demais ativos e passivos financeiros setoriais, conforme detalhado na movimentação desta respectiva nota.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 31.12.2018	Diferimentos	Amortização	Recebimento bandeiras tarifárias	Atualização monetária	Reclassificações	Saldos em 31.12.2019	Valores em constituição	Valores em amortização	Ativo		Passivo	
										Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
<b>Ativos e passivos financeiros setoriais</b>													
<b>Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA</b>	<b>1.785.358</b>	<b>1.433.400</b>	<b>(1.393.379)</b>	<b>(370.081)</b>	<b>92.419</b>	<b>3.525</b>	<b>1.551.242</b>	<b>713.133</b>	<b>838.109</b>	<b>1.537.603</b>	<b>415.104</b>	<b>(348.748)</b>	<b>(52.717)</b>
Energia Itaipu - custo/variação cambial	745.243	573.924	(242.328)	-	25.397	(646.386)	455.850	455.850	-	227.924	227.926	-	-
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	3.257	25.319	(15.792)	-	1.161	-	13.945	414	13.531	13.738	207	-	-
Transporte de energia pela rede básica	89.479	73.692	(75.357)	-	4.546	-	92.360	56.752	35.608	63.984	28.376	-	-
Transporte de energia elétrica - Itaipu	23.618	20.316	(19.618)	-	1.328	-	25.644	14.638	11.006	18.325	7.319	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	220.078	101.557	(145.822)	-	16.620	-	192.433	32.231	160.202	176.318	16.115	-	-
Custos de Aquisição de Energia	1.466.416	883.980	(1.544.330)	(370.081)	75.484	649.364	1.160.833	258.681	902.152	1.037.314	135.161	(11.642)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER	(762.733)	(245.388)	649.868	-	(32.117)	547	(389.823)	(105.433)	(284.390)	-	-	(337.106)	(52.717)
<b>Demais ativos e passivos financeiros setoriais</b>	<b>(1.170.916)</b>	<b>(408.103)</b>	<b>686.367</b>	<b>(99.613)</b>	<b>17.197</b>	<b>(3.525)</b>	<b>(978.593)</b>	<b>(450.868)</b>	<b>(527.725)</b>	<b>70.549</b>	<b>29.490</b>	<b>(609.221)</b>	<b>(469.411)</b>
Neutralidade da Parcela A	49.936	(7.829)	(7.246)	-	(100)	-	34.761	37.151	(2.390)	16.186	18.575	-	-
Sobrecontratação de energia	(316.904)	(17.739)	183.514	(99.613)	(7.826)	-	(258.568)	(142.645)	(115.923)	-	-	(187.245)	(71.323)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 4CRTP	(440.559)	129.929	36.424	-	19.239	-	(254.967)	-	(254.967)	-	-	(72.848)	(182.119)
Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos - 5CRTP	-	(62.919)	-	-	(1.817)	-	(64.736)	(64.736)	-	-	-	-	(64.736)
Risco hidrológico	(431.469)	(496.077)	438.857	-	(11.672)	-	(500.361)	(302.466)	(197.895)	-	-	(349.128)	(151.233)
Ressarcimento - Lei 12.111/2009	(61.658)	-	61.658	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	29.738	46.532	(26.840)	-	19.373	(3.525)	65.278	21.828	43.450	54.363	10.915	-	-
<b>Total</b>	<b>614.442</b>	<b>1.025.297</b>	<b>(707.012)</b>	<b>(469.694)</b>	<b>109.616</b>	<b>-</b>	<b>572.649</b>	<b>262.265</b>	<b>310.384</b>	<b>1.608.152</b>	<b>444.594</b>	<b>(957.969)</b>	<b>(522.128)</b>
<b>Ativo (passivo) financeiro setorial</b>													



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores, conforme indicado na nota explicativa nº 30.1.1.

	Nota	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Itaipu		611.031	477.751
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	12.1	481.984	225.573
Suprimento de energia elétrica		612.558	564.198
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas	28.1	3.563	4.176
Energia livre		62.380	60.661
Encargos de uso de rede elétrica	12.2	348.766	147.713
Encargos de uso de rede elétrica - partes relacionadas	28.1	1.209	1.363
<b>Total energia</b>		<b>2.121.491</b>	<b>1.481.435</b>
Materiais e serviços		300.310	366.862
Materiais e serviços - partes relacionadas	28.1	83.906	17.622
<b>Total Fornecedores</b>		<b>2.505.707</b>	<b>1.865.919</b>

- 12.1 O aumento do saldo a pagar no âmbito da CCEE está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior custo com risco hidrológico e custos variáveis das usinas termoeletricas.
- 12.2 O aumento do saldo a pagar de encargos de uso da rede elétrica, está principalmente relacionado à piora do cenário hidrológico, impactando em maior despacho de geração de energia elétrica, fora da ordem de mérito.

### 13. Tributos a pagar

<b>Outros tributos a pagar:</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
<b>Tributos Federais</b>		
PIS	10.408	17.287
COFINS	47.942	79.626
INSS	9.258	8.926
IRRF	950	565
Outros	7.033	5.335
<b>Subtotal - Federais</b>	<b>75.591</b>	<b>111.739</b>
<b>Tributos Estaduais</b>		
ICMS	439.306	401.757
<b>Subtotal - Estaduais</b>	<b>439.306</b>	<b>401.757</b>
<b>Tributos Municipais</b>		
ISS	1.217	1.595
<b>Subtotal - Municipais</b>	<b>1.217</b>	<b>1.595</b>
<b>Total - Outros tributos a pagar</b>	<b>516.114</b>	<b>515.091</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são registrados pelo custo amortizado, com exceção das debêntures - 24ª emissão (2ª série) que são registradas pelo valor justo por meio do resultado - vide nota explicativa nº 30.1.1.

#### 14.1 Os saldos de empréstimos, financiamentos ou debêntures não conversíveis são compostos da seguinte forma:

			2020							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) <sup>(II)</sup>		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Empréstimos e financiamentos:										
Moeda nacional										
FINEP 2 (I) - c.3	2024	TJLP+5,00	76	12.071	-	12.147	31.468	-	31.468	43.615
FUNCESP - Empréstimo financeiro - a.4	2028	IPCA + 5,22%	-	336.109	-	336.109	582.014	-	582.014	918.123
Total - Moeda nacional			76	348.180	-	348.256	613.482	-	613.482	961.738
Moeda estrangeira										
Tokio 4131 - a.1	2021	Dólar + 1,48	789	168.893	-	169.682	-	-	-	169.682
Scotiabank 4131 - a.2	2021	Dólar + 1,65	1.121	265.973	-	267.094	-	-	-	267.094
BNP - a.3	2021	Dólar + 2,96	2.704	450.494	-	453.198	-	-	-	453.198
Total - Moeda estrangeira			4.614	885.360	-	889.974	-	-	-	889.974
Total - Empréstimos e financiamentos			4.690	1.233.540	-	1.238.230	613.482	-	613.482	1.851.712
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - c.2	2021	111,02% do CDI	4.282	704.052	(1.039)	707.295	-	-	-	707.295
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - c.2	2023	112,85% do CDI	8.707	-	-	8.707	1.395.948	(4.354)	1.391.594	1.400.301
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - c.1	2025	100% do CDI+1,16	2.385	-	-	2.385	700.000	(8.632)	691.368	693.753
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) (III) - c.1	2026	100% do IPCA+5,05%	4.237	-	-	4.237	928.342	(17.253)	911.089	915.326
Total - Debêntures			19.611	704.052	(1.039)	722.624	3.024.290	(30.239)	2.994.051	3.716.675
Total da dívida			24.301	1.937.592	(1.039)	1.960.854	3.637.772	(30.239)	3.607.533	5.568.387

			2019							
			Circulante				Não Circulante			Total Circulante + Não Circulante
Vencimento	Taxa efetiva a.a. (%) <sup>(II)</sup>		Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total	
Moeda nacional										
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP 1 - b.2	2020	4,00	2	1.016	-	1.018	-	-	-	1.018
FINEP 2 (II) - b.2	2024	TJLP+5,00	126	11.354	-	11.480	43.539	-	43.539	55.019
Nota Promissória - 6ª emissão - a.3	2020	110,36% do CDI	3.525	215.000	(139)	218.386	-	-	-	218.386
Total - Empréstimos e financiamentos			3.653	227.370	(139)	230.884	43.539	-	43.539	274.423
Debêntures:										
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série) - b.1	2021	111,02% do CDI	11.313	-	-	11.313	704.052	(2.418)	701.634	712.947
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série) - b.1	2023	112,85% do CDI	23.006	-	-	23.006	1.395.948	(6.034)	1.389.914	1.412.920
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série) - a.2	2025	100% do CDI+1,16	4.506	-	-	4.506	700.000	(10.498)	689.502	694.008
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série) - a.2	2026	100% do IPCA+5,05%	3.799	-	-	3.799	809.081	(19.766)	789.315	793.114
Total - Debêntures			42.624	-	-	42.624	3.609.081	(38.716)	3.570.365	3.612.989
Total da dívida			46.277	227.370	(139)	273.508	3.652.620	(38.716)	3.613.904	3.887.412

(i) FINEP – saldo apresentado líquido das subvenções governamentais. O contrato do FINEP 2 (TJLP+5% a.a.) prevê uma redução (benefício de equalização) de 6% condicionada a adimplência e execução dos projetos.

(ii) A taxa efetiva de juros difere da taxa contratual, pois são considerados os custos de transação incorridos de cada dívida. Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

(iii) A 24ª debêntures 2ª série é mensurada a valor justo e, seu ajuste a valor de mercado, tem efeito no resultado, vide nota explicativa nº 30.1.1.

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**Garantias:** A 23ª debênture conta com garantia prestada pela Enel Brasil S.A. Para a FINEP, a Companhia possui 2 cartas de fiança como garantia contratada no montante de R\$ 38.808, com taxas contratuais que variam de 0,60% a 1,30%a.a. Quanto ao contrato com a FUNCESP, a dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia.

### 14.2 As principais características dos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão descritas a seguir:

#### a) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso em moeda nacional	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
a.1	TOKIO 4131	R\$ 149.997	março de 2020	Dólar + 1,48% a.a.	Semestral	R\$ 149.997	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.2	SCOTIABANK 4131	R\$ 260.000	março de 2020	Dólar + 1,65% a.a.	Semestral	R\$ 260.000	março de 2021	Reforço de capital de giro
a.3	BNP 4131	R\$ 450.000	abril de 2020	Dólar + 2,96% a.a.	Semestral	R\$ 450.000	abril de 2021	Reforço de capital de giro
a.4	FUNCESP	R\$ 918.123	dezembro de 2020	IPCA + 5,22% a.a.	Mensal	Mensal à partir de março 2021	Junho de 2028	Saldamento parcial do plano de benefícios BD

(a.1) Em 06 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Bank of Tokyo (MUFG Bank Ltd.), no valor de US\$ 32.500, correspondente ao valor de ingresso de R\$ 149.997 com desembolso em 10 de março de 2020, com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 08 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.2) Em 24 de março de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o Scotiabank no valor de US\$ 51.181, correspondente ao valor de ingresso de R\$ 260.000 com desembolso em 31 de março, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 1,65% a.a. e vencimento final em 31 de março de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.3) Em 13 de abril de 2020 foi contratado um empréstimo em moeda estrangeira com o BNP Paribas no valor de US\$ 86.688, correspondente ao valor de R\$ 450.000 com desembolso em 17 de abril de 2020, com pagamento de juros semestrais a uma taxa fixa de 2,96%a.a. e vencimento final em 19 de abril de 2021. Em conjunto com a dívida, foi contratado uma operação de derivativo (swap), para troca de indexação de "dólar venda" para CDI, seguindo o mesmo fluxo de vencimentos da dívida contratada.

(a.4) Refere-se ao novo contrato de empréstimo financeiro, com vigência a partir de 31 de dezembro de 2020, em decorrência do processo de migração para o plano CD II. A primeira amortização no valor de R\$ 249.668 ocorreu em 22 de janeiro de 2021. As demais amortizações acrescidas dos juros serão pagas mensalmente a partir de março de 2021, com vencimento em junho de 2028. A dívida contará com seguro garantia ou fiança bancária como instrumento de garantia. Para mais informações sobre o processo de migração para o plano CD II, vide nota explicativa nº 16.1.

#### b) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e liquidados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Taxa contratual a.a.	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
b.1	NOTAS PROMISSÓRIAS 6 EMISSÃO	R\$ 215.000	setembro de 2019	104% do CDI	Única	R\$ 215.000	março de 2020	Reforço de capital de giro
b.2	FINEP - 1º Protocolo	R\$ 37.096	março de 2012	4,0%	Mensal	Mensal(a partir de fevereiro de 2014)	fevereiro de 2020	Financiamento de projetos de inovação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### c) Empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos em exercícios anteriores e vigentes em 31 de dezembro de 2020:

Referência	Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão ou repactuação	Taxa contratual a.a	Pagamentos juros	Amortização	Data da amortização	Finalidade
c.1	24ª Emissão (1ª Série)	R\$ 700.000	junho de 2019	CDI + 0,80%	Semestral	R\$ 350.000 R\$ 350.000	maio de 2024 maio de 2025	Alongamento do perfil de endividamento e investimento em projetos de expansão, renovação ou melhoria no sistema de Distribuição de
	24ª Emissão (2ª Série)	R\$ 800.000	junho de 2019	IPCA + 4,0134%	Semestral	R\$ 800.000	maio de 2026	
c.2	23ª EMISSÃO (1ª série)	R\$ 704.052	setembro de 2018	108,25% do CDI	Semestral	R\$ 704.052	setembro de 2021	Refinanciamento do passivo e pré pagamento de dívidas
	23ª EMISSÃO - (2ª série)	R\$ 1.395.948	setembro de 2018	111% do CDI	Semestral	R\$ 697.974 R\$ 697.974	setembro de 2022 setembro de 2023	
c.3	FINEP - 2º Protocolo	R\$ 55.301	agosto de 2014	TJLP - 1%	Mensal	Mensal (a partir de abril de 2017)	abril de 2024	Financiamento de desenvolvimento de projetos
	FINEP - 2º Protocolo (3ª liberação)	R\$ 41.448	novembro de 2017	TJLP - 1%	Mensal	Mensal	abril de 2024	

### 14.3 Os valores relativos ao principal e custos a amortizar apresentam a seguinte composição de indexadores:

	2020		2019	
	R\$	%	R\$	%
<b>Moeda nacional</b>				
CDI	2.787.014	50,26	2.995.912	78,00
TJLP	43.539	0,79	54.893	1,43
Taxa fixa	-	-	1.016	0,03
IPCA	1.829.212	32,98	789.314	20,54
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólar	885.360	15,97	-	-
<b>Total</b>	<b>5.545.125</b>	<b>100,00</b>	<b>3.841.135</b>	<b>100,00</b>

A Companhia possui operações com derivativo (swap) para troca de indexação de IPCA para CDI e dólar para CDI. Para mais detalhes vide nota explicativa nº 30.1.1.

### 14.4 Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures e o custo de transação a amortizar, atualmente classificados no passivo não circulante, têm os seguintes vencimentos:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Custos a amortizar	Total
2022	91.638	697.974	(13.829)	775.783
2023	102.551	697.974	(6.222)	794.303
2024	103.480	350.000	(5.041)	448.439
2025	91.963	350.000	(4.071)	437.892
2026	89.540	928.342	(1.076)	1.016.806
2027 em diante	134.310	-	-	134.310
	<b>613.482</b>	<b>3.024.290</b>	<b>(30.239)</b>	<b>3.607.533</b>

### 14.5 Os indexadores utilizados para atualização dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram a seguinte variação:

	2020	2019
	%	%
CDI (*)	1,90	4,40
SELIC (*)	1,90	4,40
TJLP (*)	4,55	5,57
IPCA (**)	4,52	4,31
Dólar (*)	5,20	N/A

(\*) Índice do último dia do exercício.

(\*\*) Índice acumulado no ano de 2020.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14.6 Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Saldo inicial  31.12.2019	Efeito caixa				Efeito não caixa						Saldo final  31.12.2020
		Atividade de financiamento		Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Ajuste a valor de mercado	Variação cambial	Amortização custos de transação	Outras movimentações		
		Ingressos	Pagamentos principal	Pagamento de encargos financeiros								
Empréstimos e financiamentos:												
FINEP	56.037	-	(15.643)	(2.229)	-	2.178	-	-	-	3.272	43.615	
FUNCESP - Empréstimo financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	918.123	918.123	
Notas promissórias - 6ª emissão	218.386	-	(215.000)	(5.275)	-	1.750	-	-	139	-	-	
Tokio Bank	-	149.997	-	(1.185)	-	2.029	-	18.841	-	-	169.682	
SCOTIABANK	-	260.000	-	(2.427)	-	3.500	-	6.021	-	-	267.094	
BNP	-	450.000	-	(7.414)	-	9.957	-	655	-	-	453.198	
Total - Empréstimos e financiamentos	274.423	859.997	(230.643)	(18.539)	-	19.414	-	25.517	139	921.395	1.851.712	
Debêntures:												
Debêntures - 23ª emissão	2.125.867	-	-	(85.114)	-	63.782	-	-	3.061	-	2.107.596	
Debêntures - 24ª emissão	1.487.122	-	-	(59.494)	-	36.653	57.812	82.607	4.379	-	1.609.079	
Total - Debêntures	3.612.989	-	-	(144.608)	-	36.653	121.594	82.607	7.440	-	3.716.675	
Total da dívida	3.887.412	859.997	(230.643)	(163.138)	-	36.653	141.008	82.607	25.517	7.579	5.568.387	

Moeda nacional	Saldo inicial 31.12.2018	Efeito caixa				Efeito não caixa				Saldo final 31.12.2019
		Atividade de financiamento			Atividade operacional	Variação monetária	Encargos financeiros	Amortização custos de transação	Outras movimentações	
		Ingressos	Pagamentos principal	Diferimento custos de transação	Pagamento de encargos financeiros					
Empréstimos e financiamentos:										
FINEP	72.496	-	(20.716)	-	(3.639)	229	3.585	-	4.082	56.037
Notas promissórias - 5ª emissão - a.1	-	500.000	(500.000)	(760)	(16.253)	-	16.255	758	-	-
Notas promissórias - 6ª emissão - a.3	-	215.000	-	(371)	-	-	3.524	233	-	218.386
Mútuo	420.873	-	(420.000)	-	(33.737)	-	32.864	-	-	-
Outros	-	-	-	-	(2.707)	-	2.707	-	-	-
Total - Empréstimos e financiamentos	493.369	715.000	(940.716)	(1.131)	(56.336)	229	58.935	991	4.082	274.423
Debêntures:										
Debêntures - 14ª emissão	533.096	-	(540.000)	-	(24.299)	-	20.658	4.260	6.285	-
Debêntures - 23ª emissão	3.039.867	-	(900.000)	-	(197.677)	-	170.467	5.794	7.416	2.125.867
Debêntures - 24ª emissão	-	1.500.000	-	(18.669)	(30.632)	9.081	38.937	2.105	(13.700)	1.487.122
Total - Debêntures	3.572.963	1.500.000	(1.440.000)	(18.669)	(252.608)	9.081	230.062	12.159	1	3.612.989
Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total - Arrendamento financeiro	78.856	-	-	-	-	-	-	-	(78.856)	-
Total da dívida	4.145.188	2.215.000	(2.380.716)	(19.800)	(308.944)	9.310	288.997	13.150	(74.773)	3.887.412

### 14.7 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos em contratos financeiros, são utilizadas cláusulas financeiras restritivas (*covenants*) em alguns contratos de dívida.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento do seguinte índice financeiro:

- (i) **Capacidade de endividamento:** mede o nível de endividamento líquido<sup>(\*)</sup> em relação ao LAJIDA (*EBITDA*) ajustado<sup>(\*\*)</sup> dos últimos 12 meses. Conforme definido nos contratos, este índice não poderá ser superior a 3,5 vezes.
- (\*) **Endividamento líquido:** Considera o endividamento total (empréstimos, financiamentos e debêntures líquidos dos instrumentos financeiros derivativos), reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.
- (\*\*) **LAJIDA (*EBITDA*) ajustado** – Significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Resultado do serviço (lucro bruto); (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com entidade de previdência privada; (iv) ajustes de ativos e passivos regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (v) provisão para processos judiciais e outros, líquida; (vi) perda esperada com créditos de liquidação duvidosa; (vii) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) *impairment* de ativos e direitos.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento dos termos dos *covenants* listados acima. O não cumprimento dos índices acima, por dois trimestres consecutivos, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Obrigações por arrendamento

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos – IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar – Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento – Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação – Nota Explicativa.

A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

Em atendimento ao ofício, o quadro a seguir proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada.

	31.12.2020	31.12.2019	Vencimento máximo	Média ponderada de meses remanescentes	Tipo de Amortização	Encargos Financeiros
<b>Obrigação por arrendamento</b>						
Veículos e outros meios de transporte	106.254	128.693	31/03/2027	35,43	Mensal	de 4,65% a.a até 9,45% a.a
Ativos de tecnologia	8.955	37.018	31/05/2022	17,00	Mensal	de 6,57% a.a até 8,97% a.a
Imóveis	90.300	90.633	19/01/2027	35,00	Mensal	de 2,42% a.a até 13,39% a.a
Terrenos	4.465	5.538	01/01/2024	36,00	Mensal	de 7,82% a.a até 10,32% a.a
<b>Total - Obrigação por arrendamento</b>	<b>209.974</b>	<b>261.882</b>				
Circulante	56.034	69.848				
Não circulante	153.940	192.034				
	<b>209.974</b>	<b>261.882</b>				

Em 31 de dezembro de 2020, as parcelas relativas as obrigações por arrendamento têm os seguintes vencimentos:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020		Total
	Principal	Juros	
<b>Até um ano - 2021</b>	<b>71.693</b>	<b>(15.659)</b>	<b>56.034</b>
<b>Posterior a um ano, porém menor que cinco anos</b>	<b>157.767</b>	<b>(33.369)</b>	<b>124.398</b>
Até 2 anos - 2022	51.733	(12.975)	38.758
Até 3 anos - 2023	41.193	(9.377)	31.816
Até 4 anos - 2024	32.733	(6.772)	25.961
Até 5 anos - 2025	32.108	(4.245)	27.863
<b>2026 em diante</b>	<b>31.104</b>	<b>(1.562)</b>	<b>29.542</b>
<b>Total circulante e não circulante</b>	<b>260.564</b>	<b>(50.590)</b>	<b>209.974</b>

A seguir é demonstrada a movimentação dos ativos de direito de uso (imobilizado arrendado) e das obrigações por arrendamentos:

### Ativos de direito de uso

	Imóveis	Ativos de tecnologia	Veículos e outros meios de transporte	Terrenos	Outros ativos	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>5.519</b>	<b>4.648</b>	<b>56.162</b>	-	-	<b>66.329</b>
Adoção inicial	80.089	40.942	294	6.586	73	127.984
Ingressos	8.033	-	-	-	-	8.033
Remensuração	6.987	9.121	79.215	74	-	95.397
Baixas	(296)	-	(42)	-	(63)	(401)
Amortizações	(16.842)	(22.194)	(26.131)	(1.359)	(10)	(66.536)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>83.490</b>	<b>32.517</b>	<b>109.498</b>	<b>5.301</b>	-	<b>230.806</b>
Remensuração	6.111	15.485	-	34	-	21.630
Amortizações	(16.748)	(35.372)	(19.979)	(1.372)	-	(73.471)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>72.853</b>	<b>12.630</b>	<b>89.519</b>	<b>3.963</b>	-	<b>178.965</b>

### Obrigações por arrendamentos

	Saldo inicial 31.12.2019	Efeito não caixa		Efeito caixa		Saldo final 31.12.2020
		Remensuração	Encargos provisionados	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
Obrigações por arrendamento	261.882	21.630	20.771	(74.144)	(20.165)	209.974
<b>Total</b>	<b>261.882</b>	<b>21.630</b>	<b>20.771</b>	<b>(74.144)</b>	<b>(20.165)</b>	<b>209.974</b>

	Saldo inicial 31.12.2018	Saldo reclassificados em 01.01.2019	Efeito não caixa					Efeito caixa		Saldo final 31.12.2019
			Ingressos	Adoção inicial	Remensuração	Encargos provisionados	Baixas	Atividade de financiamento Amortização de principal	Atividade operacional Pagamento de juros	
Obrigações por arrendamento	-	78.856	8033	127.984	95.397	23.693	(439)	(53.461)	(18.181)	261.882
<b>Total</b>	-	<b>78.856</b>	<b>8.033</b>	<b>127.984</b>	<b>95.397</b>	<b>23.693</b>	<b>(439)</b>	<b>(53.461)</b>	<b>(18.181)</b>	<b>261.882</b>

## 16. Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa.

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado independente utilizando o método de crédito unitário projetado.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O déficit/superávit é calculado deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela Companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício (resultado financeiro). A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios.

O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes, sendo registrado no resultado do exercício (custos e despesas com pessoal).

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Ao final do exercício de 2020, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data.

O total de obrigações com benefícios pós-emprego está demonstrado a seguir:

	2020	2019
<b>Previdência privada</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.465.563	15.095.489
Valor justo dos ativos do plano	(7.878.743)	(9.226.851)
<b>Obrigação registrada com previdência privada</b>	<b>6.586.820</b>	<b>5.868.638</b>
<b>FGTS PIA (multa FGTS na aposentadoria)</b>		
Valor presente das obrigações atuariais	110.332	126.143
<b>Obrigação registrada com pagamento da multa do FGTS na aposentadoria</b>	<b>110.332</b>	<b>126.143</b>
<b>Total obrigações com benefícios pós-emprego</b>	<b>6.697.152</b>	<b>5.994.781</b>
Circulante	8.735	12.358
Não circulante	6.688.417	5.982.423
<b>Total</b>	<b>6.697.152</b>	<b>5.994.781</b>

### Uso de estimativas

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir:

### Taxa de desconto

A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Tábua de mortalidade

A tábua de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A FUNCESP testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano.

### Aumento salarial, benefícios e inflação

Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a Companhia faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo.

### Taxa esperada de retorno de ativos

A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

## **16.1 Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão**

A FUNCESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia. A FUNCESP administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII).

A Companhia, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano PSAP em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição variável. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1ª de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano PSAP para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura do novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores – Plano CD I.

### **Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD**

Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit.

Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida – Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros.

Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com a conclusão do processo, houve a migração de 5.781 participantes, o que corresponde a 21,3% de participantes que transferiram suas reservas do plano PSAP para o plano CD II. Essa migração impactou em redução do passivo atuarial líquido de R\$1.377.344, da seguinte forma:

- R\$ 918.123 corresponde a parcela do saldo devedor que foi transferida para o plano CD II, na mesma proporção das reservas matemáticas dos participantes que optaram pela migração. Essa transferência foi instrumentalizada por meio de um novo contrato de dívida de natureza exclusivamente financeira. O valor de R\$ 918.123 foi reclassificado para a rubrica de empréstimos e financiamentos. Os detalhes sobre o contrato de dívida, estão informados na nota explicativa nº 14.1.
- R\$ 459.221 corresponde ao (i) efeito líquido do *settlement* gerado pelo efeito na migração de R\$360.600; e (ii) R\$ 98.621 referente ao custo do serviço passado. Com a migração parcial, foram eliminadas todas as obrigações futuras, legais ou construtivas, em relação à totalidade ou parte dos benefícios oferecidos pelo plano de benefício definido, na proporção dos participantes migrados. Dessa forma, a Companhia reconheceu na rubrica de previdência privada um ganho no custo do serviço de R\$459.221.

### 16.1.1 Contratos com a FUNCESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a FUNCESP a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado com auxílio de atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis:

	Nota	2020	2019
Confissão de dívida IIa	I.1	390.739	433.234
Confissão de dívida IIb	I.1	202.818	224.876
Contrato de ajustes de reserva matemática	I.2	3.917.751	2.928.662
<b>Total dos contratos</b>		<b>4.511.308</b>	<b>3.586.772</b>
Diferença entre premissas	I.3	2.075.512	2.281.866
<b>Total registrado</b>	16.1	<b>6.586.820</b>	<b>5.868.638</b>

- (I.1) Refere-se ao contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela IIb refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela FUNCESP à Companhia. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 5,22%% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em maio de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.
- (I.2) Refere-se ao contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a Companhia poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da FUNCESP. Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de IGP-DI + 5,22% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo essa taxa revista anualmente pela FUNCESP de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia os recebíveis da Companhia e seu prazo de vencimento se dará em abril de 2031. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Companhia.

- (1.3) A parcela do déficit é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela FUNCESP administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela FUNCESP é de 4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020 (5,22% a.a. em 31 de dezembro de 2019), enquanto a utilizada pela Companhia é de 3,10% a.a. (3,20% a.a. em 31 de dezembro de 2019).

### 16.2 Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo à aposentadoria (PIA)

A Companhia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que aderirem ao PIA e solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela Companhia desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstas em acordo coletivo.

### 16.3 Informações relevantes dos benefícios pós-emprego

#### (a) Ativos e passivos atuariais

	2020	2019
<u>Obrigações com benefícios pós-emprego</u>		
Valor presente das obrigações atuariais	14.575.895	15.221.632
Valor justo dos ativos do plano	(7.878.743)	(9.226.851)
<b>Obrigações registradas com benefícios pós-emprego</b>	<b>6.697.152</b>	<b>5.994.781</b>

#### (b) Movimentação do valor presente das obrigações atuariais:

	Nota	2020	2019
Valor presente das obrigações atuariais no início do exercício		15.221.632	12.615.448
Custo dos serviços correntes		16.300	29.187
Custo dos juros		1.102.274	1.085.114
Custo do serviço passado	16.1	(98.621)	(17.027)
Benefícios pagos		(1.201.637)	(1.152.050)
Contribuições dos empregados		2.250	7.109
Efeito migração - plano benefício definido	16.1	(3.440.525)	-
Perda atuarial		2.974.222	2.653.851
<b>Valor presente das obrigações atuariais no final do exercício</b>		<b>14.575.895</b>	<b>15.221.632</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (c) Movimentação do valor justo dos ativos do plano:

	Nota	2020	2019
Valor dos ativos do plano no início do exercício		9.226.851	8.708.781
Contribuição do empregador		578.598	340.693
Transferência para dívida financeira	16.1	918.123	-
Contribuições dos empregados		2.250	7.109
Benefícios pagos		(1.201.637)	(1.147.276)
Rendimento esperado dos ativos do plano		670.479	760.963
Efeito migração - plano benefício definido	16.1	(3.079.925)	-
Ganho atuarial gerado pelo rendimento efetivo dos ativos do plano		764.004	556.581
<b>Valor justo dos ativos do plano no final do exercício</b>		<b>7.878.743</b>	<b>9.226.851</b>

### (d) A movimentação contábil do passivo registrado é como segue:

	Nota	2020	2019
<b>Saldo inicial</b>		<b>5.994.781</b>	<b>3.906.666</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD		8.550	22.034
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS		7.750	7.153
Custo do serviço passado	16.1	(98.621)	(17.027)
Efeito migração - plano benefício definido	16.1	(360.598)	-
Juros líquidos conforme laudo atuarial		431.793	324.151
Pagamento de contribuições BD e FGTS		(578.598)	(345.467)
Transferência para dívida financeira	16.1	(918.123)	-
Ajustes de avaliação atuarial		2.210.218	2.097.271
<b>Saldo final</b>		<b>6.697.152</b>	<b>5.994.781</b>

### (e) Despesas reconhecidas no resultado do exercício:

	2020	2019
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - BD	(8.550)	(22.034)
Custo do serviço passado - BD	98.621	-
Efeito migração - plano benefício definido	360.598	-
Capitalização para infraestrutura em construção	2.644	1.336
Outras contribuições - Contribuição definida	(7.564)	(5.804)
<b>Receitas (despesas) no exercício com entidade de previdência privada</b>	<b>445.749</b>	<b>(26.502)</b>
Custo dos serviços correntes conforme laudo atuarial - FGTS	(7.750)	(7.153)
Custo do serviço passado - FGTS	-	17.027
<b>Receitas (despesas) no exercício com benefícios pós-emprego</b>	<b>437.999</b>	<b>(16.628)</b>
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego	(1.102.274)	(1.085.114)
Rendimento esperado dos ativos do plano	670.481	760.963
<b>Total dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego conforme laudo atuarial</b>	<b>(431.793)</b>	<b>(324.151)</b>
<b>Total das Receitas (despesas) nos exercícios</b>	<b>6.206</b>	<b>(340.779)</b>

### (f) Movimentações das remensurações atuariais reconhecidas em outros resultados abrangentes (ajuste de avaliação atuarial):

	Nota	2020	2019
<b>Saldo no início do exercício</b>		<b>(4.634.296)</b>	<b>(2.537.025)</b>
Perda atuarial gerada pela taxa de desconto	f.1	(133.374)	(2.094.452)
Perda atuarial gerada pela experiência demográfica	f.2	(2.841.684)	(629.037)
Ganho atuarial gerado pela premissa demográfica		836	69.638
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício		764.004	556.580
<b>Saldo no final do exercício</b>		<b>(6.844.514)</b>	<b>(4.634.296)</b>

(f.1) Perda gerada em virtude da redução da taxa de desconto real em 2020, quando comparada à taxa em 2019.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(f.2) Perda gerada em virtude do índice de reajuste dos benefícios dos aposentados (IGP-DI) acumulado ter sido positivo em 23,07% ao longo de 2020, muito superior à hipótese de inflação de longo prazo utilizada na avaliação de 31 de dezembro de 2019, que previa uma inflação acumulada de 4,0% a.a. para o ano de 2020. Com isso, os benefícios dos participantes foram atualizados acima do esperado.

### (g) Composição dos investimentos do plano por segmento:

	Distribuição dos investimentos	Distribuição dos investimentos	Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional
	2020	2019	
Renda fixa	87,48%	83,50%	até 100%
Renda variável	8,61%	11,09%	até 70%
Imóveis	1,16%	2,54%	até 20%
Outros	2,74%	2,87%	até 20%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

A gestão dos recursos do plano de aposentadoria da Companhia, administrado pela FUNCESP, tem como objetivo principal buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos do plano já constituídos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria.

Os ativos dos planos são distribuídos em diversas modalidades de investimentos, tais como renda fixa e variável, imóveis, empréstimos e investimentos no exterior. Esses ativos são todos avaliados pelo valor mercado. Os imóveis são ajustados ao valor de mercado por reavaliações efetuadas anualmente, suportadas por laudos técnicos. A depreciação é calculada pelo método linear, considerando o tempo de vida útil do imóvel.

A avaliação desses ativos é submetida aos órgãos de governança da FUNCESP (conselho fiscal), bem como para auditoria externa independente anualmente.

### (h) Premissas atuariais utilizadas:

#### a) Premissas econômicas:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - BD	N/A	7,33% a.a.	7,33% a.a.
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial - FGTS	N/A	7,22% a.a.	7,22% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - BD	7,22% a.a.	6,91% a.a.	8,99% a.a.
Taxa de desconto nominal para despesa atuarial - FGTS	7,12% a.a.	7,22% a.a.	8,94% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,52% a.a.	4,52% a.a.	6,08% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa nominal de reajuste de benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.	4,00% a.a.

#### b) Premissas demográficas:

Tábua biométrica de mortalidade (passivo atuarial)	N/A	AT2000 - masculina agravada em
Tábua biométrica de mortalidade (despesa)		AT2000 - masculina agravada em 10%
Tábua biométrica de entrada em invalidez		Light Fraca suavizada em 30%
Taxa de rotatividade esperada		Experiência 2012 agravada em 40%

#### c) Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos

N/A	18,66
-----	-------

### (i) Estimativa da despesa para o exercício de 2021:

Custo dos serviços correntes - FGTS	7.091
Custo dos juros das obrigações com benefícios pós-emprego - BD e FGTS	1.010.123
Rendimento esperado dos ativos do plano - BD	(541.393)
<b>Total da despesa projetada</b>	<b>475.821</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (j) Análise de sensibilidade das premissas atuariais:

Com a finalidade de verificar o impacto nas obrigações atuariais, que em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 14.465.563 para plano de pensão e R\$ 110.332 para FGTS, a Companhia realizou análise de sensibilidade das premissas atuariais considerando uma variação de 0,25%. O resultado da análise quantitativa em 31 de dezembro de 2020 está demonstrado a seguir:

	FGTS		Plano de pensão	
Taxa de desconto	(+0,25%)	(-0,25%)	(+0,25%)	(-0,25%)
Impacto na obrigação do benefício definido	(4.696)	5.032	(326.955)	340.877
Total da obrigação do benefício definido	105.636	115.364	14.138.608	14.806.440

### (k) Outras informações sobre as obrigações atuariais

Em 31 de dezembro de 2020, a segregação da obrigação atuarial entre ativos e inativos, é de R\$ 552.807 e R\$ 14.023.087, respectivamente.

Conforme laudo atuarial, o valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2021 é de R\$ 396.351.

A duração média da obrigação do plano de benefício definido no final do exercício é de 9,5 anos (10,3 anos em 31 de dezembro de 2019).

Os pagamentos esperados da obrigação de benefício definido para os próximos 10 anos são os seguintes, conforme laudo atuarial:

1 ano	1.167.648
Entre 2 e 5 anos	4.363.856
Próximos 5 anos	4.710.863
<b>Total de pagamentos esperados do plano</b>	<b>10.242.367</b>

## 17. Provisões para processos judiciais e outros

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas e julgamentos: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Depósitos Vinculados: A Companhia classifica os saldos de depósitos vinculados como instrumentos financeiros “custo amortizado”, pois o modelo de negócio da Companhia, tem o objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Esses recebíveis não têm componentes financeiros significativos



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(juros) incluídos no fluxo de caixa do ativo, sendo corrigidos pela TR (taxa referencial) mais juros entre 3% a 6% ao ano (processos trabalhistas), pela taxa Selic (processos fiscais), pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA) ou pelo índice da Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo (processos cíveis). Pela natureza deste ativo, a Companhia não pode realizar o resgate, venda, desconto em instituições financeiras ou securitização.

**Redução ao valor recuperável:** os saldos relacionados a cauções e depósitos vinculados são classificados como custo amortizado, estando, portanto, sujeitos à análise de perdas esperadas conforme CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos financeiros.

Os cauções e depósitos vinculados, estão depositados em instituições que a Companhia avalia de baixo risco. Não há histórico de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui cauções e depósitos vinculados. Desse modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi registrada nenhuma perda esperada associada aos ativos sob a rubrica cauções e depósitos judiciais, e os mesmos são objeto de monitoramento contínuo pela Companhia.

Depósitos por tipo de prognóstico de perda	31.12.2020	31.12.2019
Depósitos judiciais - processos prováveis	299.703	322.667
Depósitos judiciais - processos possíveis	463.348	439.084
Depósitos judiciais - processos remotos	39.226	47.118
	<b>802.277</b>	<b>808.869</b>

A variação de depósitos vinculados de processos prováveis está principalmente relacionada a mudança de depósitos para seguro garantia, envolvendo um processo trabalhista relacionado a embargos previdenciários do INSS, no valor de R\$ 37.666 em novembro de 2020.

A variação de depósitos vinculados de processos possíveis está basicamente relacionada aos seguintes eventos: (i) a execução fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS processo que após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir, em 13 de fevereiro de 2020, a fiança bancária por depósito em dinheiro no valor de R\$ 70.786 - vide nota explicativa nº 17.2 (b.1); e (ii) resgate parcial de depósito judicial no valor de R\$ 27.029, conforme detalhado na nota explicativa nº 17.2 (c.2).

**Cartas de fiança, seguros garantia:** A Companhia possui cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais conforme relação a seguir:

Natureza	2020		2019	
	Valor	Taxa a.a.	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	1.953.775	0,20% a 3,00%	2.042.288	0,20% a 3,00%
Cível	356.936	0,20% a 2,35%	366.677	0,20% a 2,35%
Trabalhista	263.152	0,20% a 3,25%	269.812	0,20% a 2,35%
Regulatório	282.445	0,20% a 1,75%	281.929	0,20% a 2,35%

### 17.1 Provisões relacionadas a processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos depósitos judiciais estão compostas da seguinte forma:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Passivo					Ativo		
	Saldo inicial 31.12.2019	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Saldo final 31.12.2020	Depósitos vinculados 31.12.2020	Depósitos vinculados 31.12.2019
Processos trabalhistas (a)	334.661	91.679	18.066	(73.565)	(44.852)	325.989	139.049	194.294
Processos cíveis (b)	246.768	106.968	24.165	(65.619)	(70.904)	241.378	7.352	2.274
Processos regulatórios (c)	119.999	16.613	4.737	(5.849)	(5.888)	129.612	-	-
Processos fiscais (d)								
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	129.805	12.071	3.335	-	-	145.211	152.741	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	70.300	-	1.028	-	-	71.328	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	5.355	521	262	(480)	(1.668)	3.990	561	2.179
Processos ambientais (e)	4.565	3.488	225	(3.557)	-	4.721	-	-
Outros processos	10.639	284	27	(284)	(1.922)	8.744	-	-
Total	922.092	231.624	51.845	(149.354)	(125.234)	930.973	299.703	313.637
Circulante	348.486					168.917		
Não circulante	573.606					762.056		
Total	922.092					930.973		

	Passivo						Ativo		
	Saldo inicial	Ingressos	Atualizações	Pagamentos	Reversões	Reclassificações	Saldo final	Depósitos vinculados 31.12.2018	Depósitos vinculados 31.12.2019
	31.12.2018								
Processos trabalhistas (a):	349.117	80.094	19.394	(69.408)	(45.804)	1.268	334.661	169.004	194.294
Processos civis (b):	241.522	99.855	21.029	(34.419)	(81.219)	-	246.768	7.309	2.274
Processos regulatórios (c)	95.419	14.100	10.480	-	-	-	119.999	-	-
Processos fiscais (d)									
PIS/COFINS sobre receitas financeiras (d.1)	107.597	16.521	5.850	-	(163)	-	129.805	137.753	114.890
IRPJ e CSLL sobre juros moratórios (d.2)	68.227	-	2.073	-	-	-	70.300	-	-
Outros processos fiscais (d.3)	6.971	393	246	(289)	(698)	(1.268)	5.355	993	2.179
Processos ambientais (e)	5.810	2.451	245	(2.349)	(1.592)	-	4.565	-	-
Acordo Eletrobras (f)	1.600.581	-	38.644	-	-	(1.639.225)	-	-	-
Outros processos	10.701	1.951	-	(1.951)	(62)	-	10.639	-	-
Total	2.485.945	215.365	97.961	(108.416)	(129.538)	(1.639.225)	922.092	315.059	313.637
Circulante		520.852					348.486		
Não circulante		1.965.093					573.606		
Total	2.485.945						922.092		

As estimativas de encerramento das discussões judiciais, divulgadas nos itens a seguir, podem não ser realizadas nos períodos estimados devido ao andamento futuro dos processos.

### a) Processos trabalhistas:

A Companhia mantém provisão para 838 processos (838 em 31 de dezembro de 2019), compostos por processos de natureza previdenciária e ações de complementação de aposentadoria que tramitam na Justiça Comum, pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros.

### b) Processos cíveis:

A Companhia está envolvida em processos cíveis relacionados a (i) autos de infração lavrados pelo Procon/SP em virtude de supostas violações ao Código de Defesa do Consumidor; (ii) processos relacionados a multas de trânsito; (iii) multas posturais por supostas irregularidades relacionadas à sua operação, ajuizadas pelas municipalidades de sua área de concessão; e (iv) outros processos cíveis de natureza geral e especial, envolvendo ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral, questões imobiliárias, ações com agentes governamentais, questionamentos envolvendo plano cruzado, relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos bem como ações envolvendo agentes fiscalizadores, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público, dentre outros.

### c) Processos regulatórios:

A Companhia possui 9 autos de infração (8 em 31 de dezembro de 2019) relacionados à supostas não conformidades, sendo 4 discutidos no âmbito administrativo junto à ANEEL e 5 no âmbito judicial.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### c.1) Processos regulatórios em fase judicial:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 0063/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2012)	Junho 2020 - Desfavorável	20.200	9.410
nº 0064/2017	Novembro de 2017	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2015)	Aguardando decisão	15.446	6.887
nº 0015/TN170	Maio de 2000	Inclusão de valores do poder público na provisão de créditos de liquidação duvidosa - PCLD	Julho de 2012 - Desfavorável em 2ª Instância	24.651	-
nº 0014/2015	Setembro de 2015	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2014)	Outubro de 2019 - Desfavorável em 1ª instância	3.651	31.505
nº 0001/2016	Janeiro de 2016	Indicadores de continuidade individuais e coletivos (ano 2013)	Aguardando decisão	17.796	51.092
<b>Total</b>				<b>81.744</b>	<b>98.894</b>

A Companhia mantém contratada carta fiança para o auto 015/TN170, e seguro garantia para os autos 014/2015 e 001/2016. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos até 2025.

Com relação ao AI nº 0063/2017, em despacho emitido em 31 de março de 2020, a Aneel decidiu por não dar provimento ao recurso administrativo interposto pela Companhia e manteve a aplicação de multa avaliada em R\$ 20.200. A Companhia ajuizou ação, tendo a liminar sido deferida o pedido de antecipação de tutela para suspender a exigibilidade das penalidades aplicadas e determinações decorrentes.

Com relação ao AI nº 0064/2017, com o encerramento do processo no âmbito administrativo, foi efetuado um pagamento parcial R\$ 5.849 no mês de setembro de 2020, e ajuizada ação com o objetivo de ver anulada a multa administrativa aplicada pela ANEEL decorrente de não conformidade, com a consequente suspensão no cumprimento da determinação decorrente de tal penalidade. No dia 29 de setembro de 2020 foi deferida liminar suspendendo a exigibilidade da multa administrativa, bem como o cumprimento da determinação a ela referente e, por consequência, determinado que a ANEEL se abstenha de inscrever a Companhia no sistema de inadimplentes da ANEEL, no CADIN e em dívida ativa.

O montante de R\$ 98.894 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

### c.2) Processos regulatórios em fase administrativa:

Auto de Infração	Data de Recebimento	Natureza	Última Decisão	Provável	Possível
nº 1008/2018	Dezembro de 2018	Irregularidade do tratamento as manifestações de consumidores por meio de centrais de teleatendimento e ouvidoria.	Aguardando decisão	21.688	20.349
nº 0006/2019	Agosto de 2019	Verificação de cumprimento de determinação no processo de Nível de Tensão 2009 e 2010	Aguardando decisão	3.060	-
nº 0010/2019	Novembro de 2019	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados aos consumidores, provocado por curto circuito de longa duração.	Aguardando decisão	11.516	2.476
nº 0001/2020	Março de 2020	Ineficiência na identificação da gravidade e extensão de danos causados a linha de transmissão aérea, envolvendo uma queda do pinheiro na linha entre as subestações sul e bandeirantes.	Aguardando decisão	10.984	2.805
<b>Outros</b>				<b>620</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>				<b>47.868</b>	<b>25.630</b>

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima que os autos serão concluídos em até 2 anos.

O montante de R\$ 25.630 é classificado como probabilidade de perda possível, consequentemente nenhuma provisão foi constituída.

### d) Processos fiscais:

**d.1) PIS/COFINS sobre receitas financeiras:** A Companhia discute judicialmente a inconstitucionalidade do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras. Foram proferidas decisões desfavoráveis em 1ª e 2ª instâncias e a Companhia interpôs recursos especial e extraordinário, que permanecem sobrestados até o julgamento de recurso representativo da

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

controvérsia pelo Supremo Tribunal Federal – Federal (“STF”). Em 10 de dezembro de 2020, o STF julgou o tema, no sentido da constitucionalidade do referido Decreto. A decisão proferida pelo STF, será replicada em todos os processos de mesma matéria, no território nacional. Baseado na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído até 2022. Para obter a suspensão da exigibilidade do débito, a Companhia, mensalmente, deposita em juízo o valor em discussão.

**d.2) IRPJ e CSLL sobre juros moratórios:** A Companhia discute judicialmente a incidência de IRPJ e CSLL sobre receitas auferidas a título de juros moratórios, em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros. Em março de 2012, foi proferida decisão favorável em 1ª instância e aguarda-se julgamento em 2ª instância do recurso apresentado pela Fazenda Nacional. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, estima-se que esse processo será concluído nos próximos 5 anos. Os débitos em discussão estão suspensos, em razão de liminar concedida pelo Juiz de 1ª instância.

**d.3) Outros processos fiscais:** Processos fiscais de natureza geral, dentre os quais se destacam os casos de IPTU e taxas, principalmente de fiscalização e funcionamento de estabelecimentos. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.

### **e) Processos ambientais:**

Os órgãos ambientais de São Paulo acompanham atividades de gerenciamento ambiental de alguns imóveis da Companhia, por meio de processos administrativos próprios, levando a Companhia, com base em estudos técnicos, a reconhecer provisões para os valores das demandas que são passíveis de quantificação. Dentre esses processos, destacam-se as demandas relacionadas a solo e água subterrânea as quais, em sua maioria, encontram-se em fase de investigações, estudos, remediação e monitoramento para encerramento perante os órgãos ambientais, tais como as Estações transformadoras de distribuição e alguns imóveis, bem como o processo judicial Represa de Guarapiranga descrito a seguir:

**e.1) Represa Guarapiranga:** Em setembro de 1996, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as rés, solidariamente, ao cumprimento das seguintes obrigações de fazer: (i) regularização de construções em áreas denominadas de “segunda categoria” e, (ii) demolição total das obras e construções situadas na área denominada de “primeira categoria”, com o plantio de árvores em lugares determinados em perícia. A decisão determina ainda o pagamento de indenização ou, alternativamente, a implantação de um projeto ambiental. A decisão de mérito desfavorável à Companhia transitou em julgado em 10 de agosto de 2012. Em janeiro de 2013 o processo retornou à 1ª instância e teve início a execução. A Companhia segue em tratativas com o Ministério Público, a Secretaria do Meio Ambiente – SMA e o Departamento de Parques e Áreas Verdes para a implementação de um projeto ambiental (restauração ecológica) nos Parques Municipais Jaceguava e Itaim.

## **17.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível**

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor estimado da contingência	
	2020	2019
<b>Processos cíveis (a)</b>	<b>578.244</b>	<b>504.253</b>
(a.1) Processos cíveis diversos	578.244	504.253
(a.2) Enquadramento de consumidores - ação civil pública	Encerrado	Não determinado
(a.3) Revisão tarifária - exclusão de valores - contratos bilaterais	Não determinado	Não determinado
(a.4) Revisão tarifária - inclusão benefício fiscal	Não determinado	Não determinado
(a.5) Uso da faixa de domínio de rodovias	Não determinado	Não determinado
(a.6) Ação civil pública - contas vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
(a.7) Ação civil pública - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC	Não determinado	Não determinado
(a.8) Arbitragem Neoenergia	Não determinado	Não determinado
<b>Processos regulatórios (b)</b>	<b>1.603.022</b>	<b>1.375.147</b>
(b.1) Devolução tarifária - Base Blindada	1.093.502	888.028
(b.2) Ação Anulatória - AI 122/2012 - Base de Remuneração Regulatória (BRR)	186.419	183.523
(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade	104.935	118.015
(b.4) Ação Anulatória - AI 008/2012 - Ativo imobilizado em serviço (AIS/2010)	92.407	91.013
(b.5) Autuações PCLD - Provisão para créditos de liquidação duvidosa	77.349	70.707
Outros processos regulatórios	48.409	23.861
<b>Processos fiscais (c)</b>	<b>2.809.735</b>	<b>2.538.931</b>
(c.1) CSLL - base negativa	153.314	151.836
(c.2) Execuções fiscais municipais - diversas	88.961	92.675
(c.3) PIS - Estatuto da decadência	243.674	241.884
(c.4) COFINS - anistia	162.340	161.329
(c.5) COFINS - Multa de Ofício	70.786	70.786
(c.6) Autos de infração de ICMS - Estornos de débitos	188.920	153.174
(c.7) Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão	173.312	171.544
(c.8) PIS - Decretos-Lei nos 2.445/1988 e 2.449/1988	659.565	653.098
(c.9) FINSOCIAL	226.424	223.272
(c.10) PIS - Compensações Decretos (Créditos Remanescentes)	158.969	156.866
(c.11) Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado	137.976	126.030
(c.12) Contribuição para o custeio da iluminação pública - COSIP - São Paulo/SP - 2011 a 2015	145.015	130.586
(c.13) Multa Isolada - PIS Compensações - Créditos Remanescentes	46.314	45.263
(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS - Glosa de créditos	236.450	81.567
(c.15) Débitos de IUEE - Imposto único sobre energia elétrica	41.507	-
Outros processos fiscais	76.208	79.021
<b>Processos trabalhistas (d)</b>	<b>925.492</b>	<b>1.092.109</b>
(d.1) Ação Civil Pública - Terceirização	Não determinado	Não determinado
(d.2) Ações de periculosidade - Sede barueri	129.693	117.142
(d.3) Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	115.133	94.898
(d.4) Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - execuções fiscais	64.078	53.042
(d.5) Contribuição Previdenciária - SAT	43.878	44.013
Outros processos trabalhistas	572.710	783.014

### (a) Processos cíveis:

(a.1) A Companhia está envolvida em processos cíveis diversos, sendo que as naturezas desses processos já foram descritas na nota explicativa nº 17.1.b.

(a.2) **Enquadramento de Consumidores - Ação civil pública:** O Ministério Público Federal e a PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na subclasse baixa renda das unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. Os autores apresentaram recursos ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, os quais foram julgados improcedentes em 25 de fevereiro de 2019, mantendo os termos da decisão favorável a Companhia em 1ª instância, ocorrida em outubro de 2018. Em 20 de outubro de 2020, transitou em julgado decisão final favorável à Companhia, dessa forma, o processo foi considerado encerrado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a.3) Revisão tarifária – exclusão de valores – contratos bilaterais:** O Ministério Público Federal ingressou em 5 de dezembro de 2003 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e a AES Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso em dobro aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. A demanda foi julgada favorável a Companhia em 1ª instância em novembro de 2007. Em março de 2012, foi acolhido o recurso apresentado pelo MPF para determinar que o processo passe por uma perícia, para apurar se houve eventual onerosidade excessiva para os consumidores da Companhia. A Companhia apresentou recursos em julho de 2012 aos Tribunais Superiores. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.
- (a.4) Revisão tarifária – inclusão benefício fiscal:** O Ministério Público ingressou em 16 de novembro de 2004 com Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL visando ao reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado pela contabilização dos benefícios decorrentes do pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária, bem como pretendendo compelir a Companhia a devolver em dobro os valores supostamente cobrados de forma indevida após a revisão tarifária de 2003. Em maio de 2010 a demanda foi julgada favorável em 1ª instância para a Companhia. Aguarda-se julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região do recurso de apelação apresentado pelo Ministério Público Federal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.
- (a.5) Uso da faixa de domínio de rodovias:** A Companhia é parte em ações judiciais que discutem a onerosidade de sua atuação para a instalação e manutenção de infraestrutura de distribuição de energia em faixas intermediárias e laterais das rodovias. Existem decisões favoráveis e desfavoráveis julgadas em diferentes instâncias, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário nº 581.947 (tema 261), o qual aguarda-se julgamento. Caso sobrevenham decisões finais desfavoráveis, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento dos processos não são passíveis de quantificação.
- (a.6) Ação civil pública – contas vencidas – 90 dias:** Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal (MPF) ajuizou Ação Civil Pública contra a Companhia visando: (i) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias; (ii) à restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram Termos de Confissão de Dívida (TCD's) que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (antigos proprietários, inquilinos ou ocupantes) e; (iii) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia.

Em setembro de 2015 ocorreu decisão de 2ª instância desfavorável, mantendo a decisão de 1ª instância e determinando a devolução em dobro dos TCDs, tendo a Companhia recorrido contra essa decisão aos Tribunais Superiores em janeiro de 2016. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento dos recursos em Brasília.

Execução provisória: Em maio de 2010, o Ministério Público Federal iniciou execução provisória para identificar os clientes abrangidos na discussão. Em outubro de 2018 o Tribunal acolheu recurso do MPF e determinou que a Companhia apresente todos os TCDs, sob pena de multa, sem fixar prazo para cumprimento, determinando que a ANEEL fiscalize. A Companhia recorreu da decisão em julho de 2019.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável nos recursos apresentados, a Companhia poderá desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

- (a.7) Ação civil pública – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC:** Em março de 2017, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ajuizou ação civil pública contra a Companhia,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

objetivando a (i) devolução em dobro, juros e correção monetária a todos os consumidores que pagaram por serviços atípicos cobrados na fatura de energia elétrica nos últimos 5 anos, sem que houvesse sua respectiva solicitação expressa; e (ii) danos morais coletivos em valor não inferior a R\$ 1.000.

Em março de 2018, a Companhia apresentou recurso ao TJSP contra a decisão desfavorável de primeira instância de janeiro de 2018, tendo sido rejeitado o recurso da Companhia em 11 de março de 2020. Em 06 de agosto de 2020 a Companhia apresentou recurso ao STJ. Caso sobrevenha decisão final desfavorável não é possível assegurar que a Companhia não tenha que restituir valores adicionais aos já restituídos aos consumidores que, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

**(a.8) Arbitragem Neoenergia:** Trata-se de arbitragem proposta pela Neoenergia em face da Companhia perante a Câmara de Arbitragem do Mercado – CAM com base no Acordo de Investimento celebrado entre a Companhia e a Neoenergia em 16 de abril de 2018. Em 21 de fevereiro de 2020, foi proferida decisão final favorável à Companhia, negando todos os pedidos formulados pela Neoenergia. Este caso é confidencial, razão pela qual a Companhia limitou-se em divulgar as informações anteriormente descritas.

### **(b) Processos regulatórios:**

**(b.1) Devolução tarifária – Base blindada:** Em agosto de 2014, a Companhia ingressou com Ação Anulatória objetivando a obtenção de liminar para suspender os efeitos da (i) decisão da diretoria da ANEEL, no processo do Cabo 1271 MVM, que determinou que a Companhia efetuassem a restituição aos seus consumidores da quantia total de R\$ 626.052 (atualizada até novembro de 2013), anulando os efeitos da incorporação das parcelas de amortização e depreciação associadas a ativo possivelmente inexistente (i.e., Cabo), e (ii) das decisões administrativas subsequentes da ANEEL que negaram pedido subsidiário relativo à inclusão de determinados ativos subavaliados em sua base de remuneração para o Reajuste Tarifário Anual de 2014, com a anulação das decisões da ANEEL ao final do processo. Em 9 de setembro de 2014, a Companhia obteve decisão liminar no Agravo para que a ANEEL efetuassem o recálculo das tarifas sem o componente financeiro negativo constante nos Despachos ANEEL nº 4.259/2013 e 2.176/2014, a qual encontra-se vigente a despeito dos recursos interpostos pela ANEEL. Em relação ao mérito ainda não houve decisão de 1ª instância. A Companhia ingressou com Ação Anulatória.

**(b.2) Ação Anulatória – AI 122/2012 – Base de Remuneração Regulatória (BRR):** Em agosto de 2015 foi ajuizada pela Companhia Ação Anulatória contra a ANEEL, requerendo provimento judicial que declare a ilegalidade do despacho ANEEL que manteve certas não conformidades e, por conseguinte, a anulação da multa imposta. Decisão de primeira instância desfavorável à Companhia em julho de 2017. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Atualmente a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado em junho de 2018.

**(b.3) Autos de Infração - Indicadores de continuidade e AI nº 1008/2018:** Vide nota explicativa 17.1 (c.1 e c.2).

**(b.4) AI nº 008/2012 – Ativo imobilizado em serviço:** Ação Anulatória ajuizada pela Companhia em agosto de 2016, contra a ANEEL, pretendendo a anulação do Auto de Infração nº 008/2012, no qual a ANEEL penalizou a Companhia em razão de supostas inadequações formais de certos registros contábeis que, na visão da Companhia, não geraram nenhuma consequência prática negativa para as tarifas nem para o serviço prestado pela Companhia. Para esse processo a Companhia mantém a contratação de um seguro garantia. Em maio de 2019, ocorreu decisão em 1ª instância desfavorável, da qual a Companhia irá recorrer.

**(b.5) Autuações PCLD – Provisão para créditos de liquidação duvidosa:** Em 5 de abril de 2001 foi lavrado o auto de infração AI 027/TN0336/1 pela ANEEL em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD – provisão para créditos de liquidação duvidosa. Em agosto de 2013 a Companhia obteve decisão favorável, revertendo a decisão desfavorável em 1ª instância ocorrida em



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

fevereiro de 2002. Atualmente a Companhia aguarda a decisão dos recursos apresentados pela ANEEL nas instâncias superiores.

### (c) Processos fiscais:

- (c.1) **CSLL – base negativa:** A Companhia discute judicialmente a aplicação da MP nº 2.158/2001, que determinou que as empresas decorrentes de cisão parcial somente poderiam aproveitar os créditos de base negativa de CSLL na exata proporção do patrimônio líquido da empresa cindida. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia. Atualmente a Companhia aguarda o julgamento do recurso especial interposto pela Fazenda Nacional no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de seguro garantia.
- (c.2) **Execuções fiscais municipais – diversas:** A Companhia possui diversas execuções fiscais ajuizadas pelas municipalidades na área de concessão, em diferentes estágios processuais, em que são exigidos supostos débitos de IPTU, ISS e taxas. A variação dos valores de 2018 para 2019 se deve, principalmente, ao ingresso de novas execuções fiscais. Nesses casos, as suspensões das exigibilidades dos débitos foram obtidas por meio de depósitos judiciais e oferecimento de garantias – fianças e seguros.
- (c.3) **PIS – Estatuto da decadência:** Trata-se de Execução Fiscal ajuizada em maio de 2008, a fim de cobrar supostos débitos de PIS, decorrentes da aplicação das normas impostas pela MP nº 1.407/1996. Em junho de 2008, a Companhia opôs Embargos à Execução, no qual se discute: (i) a necessidade de lançamento, que não foi realizado pelo Fisco; (ii) que apenas tributos declarados em DCTF (Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais) como devidos são passíveis de inscrição direta em dívida ativa; e (iii) a decadência do direito da União Federal. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia e aguarda-se os julgamentos dos recursos por ela apresentados pelo STJ e STF. Após decisão desfavorável em 2ª instâncias, em junho de 2019, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro.
- (c.4) **COFINS – anistia:** A Companhia discute judicialmente a adesão ao programa de parcelamento previsto na Lei nº 9.779/1999, para quitar débitos de COFINS, com as reduções de multa e juros. Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões favoráveis à Companhia, em relação a possibilidade de adesão ao programa de parcelamento. No que se referem aos encargos legais de 20% sobre os valores dos débitos, em 2ª instância foi proferida decisão pela sua manutenção. A Companhia interpôs recursos especial e extraordinário aos tribunais Superiores, contra a manutenção dos encargos legais, que aguardam julgamento. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio de carta fiança e seguro garantia complementar.
- (c.5) **COFINS – Multa de ofício:** Trata-se de Execução Fiscal visando à cobrança de multa de ofício, relativa à COFINS, no período de abril de 1992 a março de 1993, quitada por meio de programa de parcelamento (anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999). Em 1ª e 2ª instâncias foram proferidas decisões desfavoráveis à Companhia, sob a argumentação de que a anistia fiscal instituída pela MP nº 2.158/1999 não previa descontos para multas de ofício, apenas juros e multa de mora. A Companhia opôs Embargos de Declaração, que aguardam seu julgamento pelo Tribunal de segunda instância. A multa de ofício não sofre atualização. Após decisão desfavorável de 1ª instância e, para manter o débito suspenso, a Companhia teve que substituir a fiança bancária por depósito em dinheiro, em 13 de fevereiro de 2019.
- (c.6) **Autos de infração de ICMS – estornos de débitos:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia em razão de supostas irregularidades cometidas em estornos de débitos de ICMS, oriundos, por exemplo, de revisões de faturas emitidas aos clientes. Para os diversos processos dessa natureza (nas esferas judicial e administrativa), a Companhia baseia sua defesa nos seguintes argumentos: (i) Decadência parcial; (ii) direito ao crédito de ICMS decorrente do estorno de débito nas notas de energia elétrica emitidas aos consumidores; (iii) cobrança em duplicidade do imposto – mesmo estorno glosado mais de uma vez pelo Fisco; (iv) apropriação do crédito fora do mês de competência não autoriza a glosa dos estornos apropriados; (v) juntada das notas fiscais substitutas que comprovam a correção do procedimento adotado. Em relação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aos processos que já estão no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.

- (c.7) **Plano Suplementar de Aposentadoria e Pensão:** Em 14 de fevereiro de 2005, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou auto de infração contra a Companhia exigindo o recolhimento de débitos de IRPJ e de CSLL relativos aos anos de 2001 e 2002, em face da dedução de valores pagos a título de previdência suplementar acima da limitação de 20% imposta pela Lei nº 9.532/97. Em abril de 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância, determinando ao CARF a realização de novo julgamento do recurso administrativo da Companhia. Contra esta decisão, em março de 2019, a Procuradoria da Fazenda interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento em 2ª instância.
- (c.8) **PIS – Decretos-Lei nº 2.445/1988 e 2.449/1988:** Tratam-se de Execuções Fiscais visando à cobrança de débitos federais, decorrentes de compensações feitas pela Companhia, em 2002, em razão de o STF declarar a inconstitucionalidade dos decretos acima. A Fazenda Nacional sustenta que a Companhia aproveitou os créditos antes do trânsito em julgado da decisão favorável e, também, que foram compensados créditos de PIS, com débitos de outros impostos federais. Em Embargos às Execuções, a Companhia sustenta que procedeu às compensações conforme a decisão judicial favorável e que o procedimento adotado foi correto. Essas execuções fiscais se encontram no tribunal de segunda instância aguardando julgamento dos recursos apresentados pela Companhia. A suspensão da exigibilidade do débito foi obtida por meio dos oferecimentos de seguros garantia e fianças bancárias.
- (c.9) **FINSOCIAL:** Em julho de 2012, a Companhia foi intimada de dois despachos decisórios que homologaram parcialmente as compensações realizadas com créditos de FINSOCIAL. Apesar de tais créditos terem sido reconhecidos por decisão judicial transitada em julgado, o Fisco questionou o montante compensado em razão dos critérios de atualização utilizados pela Companhia. Em abril de 2013, houve decisão de 1ª instância desfavorável, e a Companhia em maio de 2013, apresentou recurso voluntário, que aguarda julgamento.
- (c.10) **PIS Compensações Decretos (Créditos Remanescentes):** Em agosto de 2014, a Companhia foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de compensações administrativas realizadas entre créditos remanescentes de PIS recolhidos a maior com base nos Decretos-Leis nº 2.445/1988 e 2.449/1988, e débitos de PIS e COFINS relativos ao período compreendido entre abril e maio de 2013. Em setembro de 2014 foi apresentada defesa administrativa. Em 14 de janeiro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável à Companhia. De forma favorável, foi reconhecido o direito creditório da Companhia, bem como se reconheceu que a Companhia era contribuinte do PIS e não do PASEP. No entanto, de forma desfavorável, a decisão divergiu quanto aos valores dos créditos que a Companhia teria direito. Em face dos itens desfavoráveis da decisão, em 12 de fevereiro de 2019 a Companhia apresentou recurso, e aguarda julgamento em 2ª instância administrativa.
- (c.11) **Autos de infração de ICMS - Ativo imobilizado:** A Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ/SP) lavrou autos de infração contra a Companhia questionando a apropriação de créditos de ICMS incidente na aquisição de bens destinados ao seu ativo imobilizado. Existem diversos processos dessa natureza nas esferas judicial e administrativa, e a defesa da Companhia está baseada em: (i) decadência parcial do crédito tributário e (ii) legitimidade dos créditos de ICMS apropriados em relação aos bens adquiridos pela companhia para a instalação, ampliação e substituição das redes de distribuição de energia elétrica, pois integram o seu ativo imobilizado, são intrinsecamente vinculados à atividade de fornecimento de energia elétrica, sujeita à incidência do ICMS e, submetem-se a rígido controle contábil apto a segregar com segurança as mercadorias destinadas à instalação, ampliação e substituição das linhas de distribuição de energia (alegação de legitimidade é suportada por laudos técnicos elaborados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas - "IPT"). Em relação ao processo que já está no judiciário, a Companhia obteve a suspensão da exigibilidade do débito por meio de seguros garantia.
- (c.12) **Contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP – São Paulo/SP - 2011 a 2015:** Tratam-se de Autos de Infração lavrados pelo Município de São Paulo, para exigir o recolhimento da contribuição para o custeio da iluminação pública – COSIP, relativa ao período de março de 2011 a dezembro de 2015. Os referidos autos de infração estão baseados em fatos e motivos distintos que,



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

em resumo, são os seguintes: (i) classificação incorreta de unidades consumidoras, (ii) aplicação indevida de isenção e (iii) ausência de pagamento de multa no recolhimento da contribuição em atraso. Para discutir a legalidade dos lançamentos, a Companhia impetrou Mandado de Segurança, contudo, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo houve por bem determinar a necessidade de produção de provas para o julgamento da legalidade dos lançamentos. A Companhia, com base em opinião dos advogados da ação, entendeu por bem não recorrer da referida decisão na via do Mandado de Segurança e continuar a discussão em uma nova ação judicial que possibilite a produção de provas. A nova ação judicial será proposta em tempo hábil. A Companhia obteve as suspensões das exigibilidades dos débitos por meio de seguro garantia.

**(c.13) Multa isolada – PIS Compensações – Créditos remanescentes:** Trata-se de processo administrativo oriundo da imposição de multa isolada pela Receita Federal do Brasil (RFB) à Companhia em face da não homologação de compensações efetuadas com créditos de Contribuição ao PIS, decorrentes de recolhimentos indevidos realizados com base nos Decretos-Leis 2445 e 2449/88. Tal multa compreende 50% do valor histórico das compensações que, apesar de não homologadas, encontram-se em discussão na esfera administrativa (caso “PIS Compensações – Créditos remanescentes”). Em 5 de dezembro de 2018, a Companhia foi notificada da imposição da multa e, em 28 de dezembro de 2018, apresentou sua defesa, aguardando desde então o julgamento em primeira instância administrativa.

**(c.14) Autos de infração de PIS/COFINS – Glosa de créditos:** Tratam-se de autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil contra a Companhia, visando à cobrança de débitos de contribuição ao PIS e à COFINS, por suposto recolhimento a menor, nos exercícios de 2013 a 2015, decorrentes da glosa de créditos tomados na aquisição de bens e de serviços. Em 2020, a Companhia recebeu mais dois autos de infração glosando os créditos das mencionadas contribuições, aproveitados de agosto de 2016 a dezembro de 2018, pela não realização do estorno dos créditos referentes aos valores de perdas não técnicas de energia. Desde julho de 2017, a Companhia contesta administrativamente os lançamentos, que se encontram em diferentes estágios processuais.

**(c.15) Débitos de IUEE -** Trata-se de início de execução de sentença decorrente de Medida Judicial que se encerrou desfavoravelmente a Companhia, proposta pelos Municípios de Aparecida, Mauá, Praia Grande, Rio Grande da Serra, São Sebastião e Cubatão, a fim de cobrar o pagamento em dinheiro das quotas-partes do Imposto Único sobre Energia Elétrica - IUEE pertencentes aos Municípios, até a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, na época pagas com ações societárias. Após o início da execução da decisão, em 1º de abril de 2020, a Companhia sofreu um bloqueio judicial no valor cobrado pelos Municípios, conforme mencionado na nota explicativa nº 4.2. A Companhia apresentou impugnação ao valor exigido pelos Municípios, que não foi acolhida pelo Juiz de primeiro grau. Diante disso, a Companhia recorreu ao Tribunal e aguarda o julgamento do seu recurso.

### **(d) Processos trabalhistas:**

**(d.1) Ação civil pública – Terceirização:** Trata-se de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho - MPT em 25 de novembro de 2016, pleiteando ordem liminar para que a Companhia, no prazo de 180 dias, sob pena de multa diária de R\$ 50 para cada obrigação não cumprida: (i) se abstenha de efetuar terceirização de atividade-fim e/ou de qualquer atividade em que exerça subordinação direta aos seus terceirizados, (ii) internalize os terceirizados que atuem na atividade-fim e/ou em qualquer atividade que a Companhia exerça subordinação, (iii) garanta tratamento isonômico aos terceirizados em relação aos colaboradores da Companhia (enquadramento sindical, remuneração e benefícios) e, ao final da ação, também seja condenada (iv) a indenizar no valor de R\$ 120.000 (R\$ 20.000 de dumping social e R\$ 100.000 de danos morais coletivos).

Em 05 de abril de 2019 foi publicada sentença de mérito, julgando a ação procedente em parte em 1ª Instância. A decisão validou os procedimentos da terceirização aplicados pela Companhia diante da ausência de subordinação e pessoalidade em face dos terceiros bem como fiscalização relacionada à segurança do trabalho, afastando com isso a existência de fraude à terceirização ou vínculo direto com a Companhia. No entanto, reconheceu a equiparação de direitos quanto a remuneração e benefícios entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia, no prazo de 120 dias, sob pena

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

de multa mensal de R\$ 1.000, bem como condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 5.000 por danos morais coletivos. A Companhia ingressou com 1º recurso e definiu-se o início da obrigação de fazer, bem como alterou o prazo para a legalização dos benefícios para 180 dias após o trânsito em julgado. Em 15 de outubro de 2019 foi publicada decisão dos embargos mantendo os termos da sentença. A Companhia interpôs recurso no Tribunal Regional do Trabalho, no qual aguarda-se julgamento.

Os advogados que patrocinam a Companhia na ação mantêm a avaliação de risco do processo como possível para o desembolso do montante de R\$ 5.000 por danos morais coletivos e no tocante aos valores da equiparação de direitos entre os empregados das contratadas e os empregados da Companhia o montante é considerado inestimável em razão da fundamentação fornecida na referida sentença.

- (d.2) **Ações de periculosidade – Sede Barueri:** Foram ajuizadas, no dia 5 de dezembro de 2016, 5 ações coletivas pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo visando o pagamento de adicional de periculosidade para colaboradores da Companhia lotados na Sede Administrativa de Barueri no período em que um moto-gerador esteve instalado no topo do edifício (entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2016). Em 13 de agosto de 2020 foi proferida decisão favorável à empresa, pelo Tribunal Regional do Trabalho, reconhecendo que às instalações estão de acordo com a legislação trabalhista em vigor e, portanto, não ensejando o pagamento do adicional de periculosidade. Caberá, ainda, recurso do Sindicato à Corte Superior do Trabalho.

Caso sobrevenham eventuais decisões finais desfavoráveis nas ações acima mencionadas, a Companhia poderá ter que desembolsar o valor estimado atualizado para 31 de dezembro de 2012 de R\$ 129.653 (R\$ 119.652 em 31 de dezembro de 2019), o qual, dado o atual andamento dos processos, representa o cálculo da estimativa de liquidação dos pedidos formulados nas ações.

- (d.3) **Recolhimentos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço:** Em novembro de 1998 foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações relativas à suposta falta de recolhimento de FGTS durante o período de janeiro de 1993 a setembro de 1998. A exigência fiscal integralmente foi mantida na esfera administrativa, e nesse caso a Companhia mantém contratado seguro garantia. Sentença de mérito favorável em parte para Companhia, com apelação da União pendente de julgamento no Tribunal.

- (d.4) **Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) – execuções fiscais:** Três execuções fiscais promovidas pelo INSS contra a Companhia que versam sobre incidência de contribuição previdenciária sobre diferentes verbas de cunho não remuneratório. As três ações tiveram decisões desfavoráveis para Companhia, estando pendentes de julgamento de recursos no Tribunal, e estão garantidas por depósito judicial.

- (d.5) **Contribuição Previdenciária – SAT:** Trata-se de processo administrativo decorrente de despacho decisório lavrado pela Receita Federal do Brasil não homologando compensações declaradas no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011 com créditos de contribuição previdenciária apurados entre setembro de 2006 e agosto de 2011. Tais créditos são oriundos da revisão do enquadramento da Companhia nos graus de risco destinados ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT), atual Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa e Riscos de Acidente do Trabalho (GIL-RAT), considerando a atividade preponderante realizada, amparada em Laudos Técnicos de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT).

Durante a fase administrativa houve decisão final desfavorável. Atualmente, a Companhia discute o assunto em ação judicial específica (Ação Anulatória), tendo sido determinada a suspensão da exigibilidade do débito, visto a apresentação de seguro garantia pela Companhia.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos pelas distribuidoras por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

	Nota	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	137.393	101.027
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	18.1	2.948	2.306
Ministério de Minas e Energia	18.1	1.474	1.153
Eficiência energética	18.1	301.697	269.934
Encargos do consumidor - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias		-	43.473
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		1.659	1.579
Outros encargos		61	62
<b>Total</b>		<b>445.232</b>	<b>419.534</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Pesquisa e desenvolvimento	18.1	27.561	34.553
<b>Total</b>		<b>27.561</b>	<b>34.553</b>

- 18.1 As distribuidoras de energia elétrica, devem destinar 1% da receita operacional líquida (ROL) em projetos que visam (i) financiar e combater o desperdício de energia elétrica e (ii) o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico relacionado aos programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). O valor correspondente ao 1% da ROL é reconhecido como deduções da receita – nota explicativa nº 23. Mensalmente, os saldos de P&D e PEE são atualizados com base na taxa SELIC, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a finalização desses projetos.

### 19. Contas a pagar – Acordo Eletrobras

Em 9 de março de 2018, a Companhia celebrou acordo com a Eletrobras e seus advogados visando encerrar disputa judicial que envolvia a Eletrobras, a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP”) e a Companhia, relativa ao saldo de encargos financeiros referentes ao empréstimo concedido em 1986 pela Eletrobras à empresa estatal (ECF-1.046/1986), que posteriormente foi cindida, dando origem à quatro companhias, entre as quais a Companhia e a CTEEP atuais. Em 25 de abril e 10 de junho de 2019 foi certificado o trânsito em julgado dos acordos com a Eletrobras e com os advogados, restando atendidas todas as condições para início dos pagamentos. As parcelas são atualizadas por CDI+1% a.a..

De acordo com o cronograma, a Companhia efetuou o pagamento da 2ª parcela em junho de 2020, no montante de R\$ 351.683, referente ao acordo firmado com a Eletrobras e com os advogados.

A seguir o cronograma de realização das parcelas:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de pagamento	Parcela	Principal	Principal + correção
Junho de 2021	3ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2022	4ª - Eletrobras	300.000	355.807
Junho de 2023	5ª - Eletrobras	250.000	296.507
Junho de 2023	2ª - Advogados	50.000	48.519
			<b>1.056.640</b>
		<b>Circulante</b>	355.807
		<b>Não Circulante</b>	700.833

Os valores estão registrados a custo amortizado e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado. Não existem compromissos financeiros contratuais (*covenants*) relacionados ao acordo firmado.

## 20. PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores

O STF decidiu em março de 2017 o tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. A União Federal apresentou embargos de declaração que estão pendentes de julgamento, buscando a modulação dos efeitos e alguns esclarecimentos. A Companhia possui dois processos judiciais que discutiram a tese.

No primeiro processo, em 28 de fevereiro de 2019 a Companhia foi cientificada do trânsito em julgado da decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS incidente em suas operações próprias das bases de cálculo do PIS e da COFINS, no período compreendido entre dezembro de 2003 e dezembro de 2014.

No segundo processo, referente ao período de janeiro de 2015 em diante, a Companhia em 18 de março de 2020 foi cientificada do trânsito em julgado da decisão favorável proferida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Desse modo, em conformidade com a decisão definitiva, a Companhia a partir do recolhimento de março de 2020 passou a calcular os valores a recolher de PIS e de COFINS sem a inclusão do ICMS nas referidas bases de cálculo.

Amparada nas avaliações de seus assessores legais e melhor estimativa a Companhia constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar que atualizados correspondem ao montante de R\$ 4.619.507 e passivo de R\$ 5.041.528, referente ao primeiro processo, e constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar e passivo a repassar aos consumidores de montantes iguais, que atualizados correspondem ao montante de R\$ 2.269.575, referente ao segundo processo, por entender que os montantes a serem recebidos como créditos fiscais devem ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico, juntamente com o entendimento da Administração da Companhia sobre a neutralidade desse tributo nas tarifas cobradas aos consumidores. Os valores a serem devolvidos serão calculados líquidos de qualquer custo incorrido ou a ser incorrido pela Companhia. A Companhia está adotando os procedimentos de recuperação do crédito tributário de acordo com as previsões legais. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas regulatórias da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Em 17 de março de 2020 a ANEEL iniciou procedimento de tomada de subsídios para colher informações para o tratamento regulatório a ser dado pelas distribuidoras com relação aos créditos tributários decorrentes de processos judiciais que versam sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Ainda não há decisão definitiva sobre o tema. Diante do exposto, a Companhia vem efetuando a compensação do ativo com os tributos a pagar de acordo com as previsões legais,

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

totalizando em 31 de dezembro de 2020 o montante compensado de R\$ 452.145, e aguarda a definição da ANEEL acerca do mecanismo de repasse aos consumidores.

A seguir é apresentado o resumo dos impactos:

	Nota	2020	2019
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar			
<u>Ativo circulante</u>	8	781.381	578.763
<u>Ativo não circulante</u>	8	6.107.700	4.426.554
<b>Total Ativo</b>		<b>6.889.081</b>	<b>5.005.317</b>
PIS/COFINS - consumidores a restituir			
<u>Passivo circulante</u>		781.381	578.763
<u>Passivo não circulante</u>		6.529.143	4.395.313
<b>Total Passivo</b>		<b>7.310.524</b>	<b>4.974.076</b>
		<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b>Resultado</b>			
<b>Receita operacional bruta</b>			
PIS/COFINS - consumidores a restituir	23	(1.866.587)	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	23	1.866.587	2.532.352
<b>Receita financeira</b>			
(+) PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar		469.322	2.472.965
(-) PIS/COFINS - consumidores a restituir		(469.861)	(2.472.965)
<b>Efeito líquido no resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(539)</b>	<b>-</b>

A seguir é apresentada movimentação do ativo e passivo de PIS e COFINS - ICMS:

	Ativo	Passivo
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	-	-
Adições	2.532.352	2.532.352
Atualização	2.472.965	2.472.965
Outros	-	(31.241)
<b>Saldo em 31.12.2019</b>	<b>5.005.317</b>	<b>4.974.076</b>
Adições	1.866.587	1.866.587
Atualização	469.322	469.861
Compensações	(452.145)	-
<b>Saldo em 31.12.2020</b>	<b>6.889.081</b>	<b>7.310.524</b>

## 21. Patrimônio líquido

### 21.1 Capital social

O capital social autorizado é de R\$ 3.248.680 em ações ordinárias, todas nominativas escriturais e sem valor nominal. O capital social poderá ser aumentado mediante a emissão de ações ordinárias, por deliberação do Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 3.079.525 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 197.466.862 ações ordinárias (197.466.862 em dezembro de 2019), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21.2 Composição acionária

	2020		2019	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Acionistas:</b>				
ENEL Brasil S.A	197.466.862	100,00	197.466.862	100,00
<b>Total das ações ordinárias em poder dos acionistas</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>	<b>197.466.862</b>	<b>100,00</b>

### 21.3 Reservas de capital

	Nota	2020	2019
Reserva especial - gerada por incorporações	9.3	2.267.883	2.267.883
Outras reservas de capital		547	547
<b>Total</b>		<b>2.268.430</b>	<b>2.268.430</b>

As reservas de capital seguem as definições do seu estatuto social e legislação societária brasileira. A reserva especial foi gerada pelas reorganizações societárias ocorridas em 2016 e 2019 – vide nota explicativa nº 9.3.

### 21.4 Reserva de reforço de capital de giro

Depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo, poderão ser destinados até 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido ajustado a uma reserva especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia, cujo saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

### 21.5 Ajustes de avaliação patrimonial / outros resultados abrangentes

Os saldos de ajustes de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes são compostos pela mais valia dos ativos registradas em 1998 e 2007, pelas perdas atuariais líquidas do plano de pensão e FGTS e variação dos valores justos do *hedge* de fluxo de caixa.

A composição desses saldos é como segue:

	Nota	2020	2019
Ajuste de avaliação patrimonial		1.129.504	1.237.401
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.2	(384.032)	(420.717)
<b>Ajuste de avaliação patrimonial, líquido</b>		<b>745.472</b>	<b>816.684</b>
Outros resultados abrangentes - plano de pensão		(6.847.824)	(4.609.398)
Outros resultados abrangentes - FGTS PIA (multa 40%)		53	(28.155)
Outros resultados abrangentes - derivativo	30.1.1	(3.920)	40.650
Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.329.576	1.562.948
<b>Outros resultados abrangentes, líquido</b>		<b>(4.522.115)</b>	<b>(3.033.955)</b>
<b>Total registrado no patrimônio líquido</b>		<b>(3.776.643)</b>	<b>(2.217.271)</b>

### 21.6 Destinação dos resultados relativos ao exercício findo em 31 de dezembro 2020

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários e/ou intercalares.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de depreciação e baixas, em função do registro da reavaliação, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

A Companhia pode distribuir juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Artigo 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para a conta de “lucros (prejuízos) acumulados” para nova destinação, conforme previsto na legislação societária.

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	980.816	777.067
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida	71.212	78.395
Dividendos prescritos	129	227
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>1.052.157</b>	<b>855.689</b>
Distribuição de dividendos intermediários	(36.200)	
Juros sobre o capital próprio	(195.300)	
Dividendo mínimo obrigatório - complemento	(60.834)	(213.923)
Proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório	(759.823)	(470.629)
Constituição de reserva especial para reforço de capital de giro	-	(171.137)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

De acordo com a legislação societária, a Companhia não constituiu reserva legal, pois o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital excederam 30% do capital social.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 8 de abril de 2020, foi aprovada a destinação do resultado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a qual segue: (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 213.923; (ii) R\$ 171.137 destinados para reserva especial estatutária; e (iii) dividendos complementares ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 470.629. Os dividendos declarados do exercício de 2019 foram integralmente pagos.

Em 18 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração aprovou os pagamentos de dividendos intermediários e juros sobre capital próprio - JSCP sobre o lucro líquido apurado de janeiro a setembro de 2020, sendo observados os limites estabelecidos no art.9º da Lei 9.249/95. Os pagamentos ocorreram em 30 de dezembro de 2020, e representam para dividendos intermediário e JSCP os montantes de R\$ 36.200 e R\$ 195.300 respectivamente. Os referidos montantes foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório apurado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

A proposta de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de R\$ 759.823 será submetida a deliberação em AGO, dessa forma, a Companhia somente reconhecerá a obrigação de dividendo a pagar no passivo, após a referida deliberação.

## 22. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.

### 22.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico/diluído

A tabela a seguir apresenta o lucro básico/diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020	2019
<b>Numerador:</b>		
Lucro líquido do exercício	980.816	777.067
<b>Denominador (em milhares de ações):</b>		
Número de ações ordinárias	197.467	197.457
<b>Lucro básico e diluído por ação (em Reais - R\$)</b>	<b>4,96699</b>	<b>3,93537</b>

Para cálculo do denominador comum, foi considerado o número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria.

O quadro a seguir demonstra o cálculo da média ponderada considerando as movimentações de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Não houve movimentação de ações no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Exercício	Período de movimentação de ações	Quantidade de ações (em milhares)	Número de dias - %	Média ponderada de ações (em milhares)
2019	01/01/2019 a 19/12/2019	197.457	96%	189.559
	20/12/2019 a 31/12/2019	197.467	4%	7.899
			<b>100%</b>	<b>197.457</b>

A movimentação da quantidade de ações do exercício de 2019 refere-se ao (i) resgate compulsório das ações remanescentes realizado em 05 de dezembro de 2019 oriundo do processo da OPA (Oferta Pública de Aquisição de Ações) e (ii) emissão de novas ações com o aumento de capital, ocorrido em 20 de dezembro de 2019.

## 23. Receita operacional líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre após o cumprimento da obrigação de desempenho e transferência dos bens e serviços para o consumidor, refletindo a contraprestação que a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

### 23.1 Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conforme calendário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado mensalmente de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa - vide nota explicativa nº 5.



## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **23.2 Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD)**

A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD.

A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indicam a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência.

### **23.3 Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE**

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### **23.4 Contratos de construção**

A interpretação técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (“ICPC 01”) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 e Interpretação Técnica ICPC 17 – Contrato de Concessão (“ICPC 17”), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica e (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo contratual é registrada no resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### **23.5 Aluguel de postes**

Essa receita é originada dos compartilhamentos dos pontos de fixação na infraestrutura dos postes de distribuição de energia elétrica. A receita está suportada pelo contrato de compartilhamento de infraestrutura, cujos montantes são reconhecidos conforme o cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente e tarifa acordada entre as partes.

### **23.6 Outras receitas**

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **23.7 Subvenção de recursos da CDE**

Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. O saldo a receber está contabilizado na rubrica “Repasse CDE – descontos na tarifa”.

### **23.8 Ativo e passivo financeiro setorial**

Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

### **23.9 Impostos sobre vendas**

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	2020			2019		
	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$	Número de unidades consumidoras faturadas (*)	MWh (*)	R\$
<b>Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores:</b>						
Residencial	7.001.288	16.618.308	11.164.406	6.858.422	16.330.393	10.991.564
Industrial	25.318	2.321.353	1.401.225	25.968	2.894.263	1.750.490
Comercial	404.716	8.505.174	5.415.360	408.622	10.583.962	6.669.564
Rural	571	32.062	9.162	566	32.590	8.949
Poder público	15.792	964.389	534.344	15.687	1.201.852	668.606
Iluminação pública	2.737	717.077	265.689	2.874	789.337	295.049
Serviço público	1.389	412.913	216.095	1.389	456.918	240.608
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(9.175.538)	-	-	(8.770.500)
<b>Subtotal - fornecimento</b>	<b>23.1</b>	<b>7.451.811</b>	<b>29.571.276</b>	<b>7.313.528</b>	<b>32.289.315</b>	<b>11.854.330</b>
<b>Outras receitas - originadas de contratos com clientes</b>						
Não faturado	23.1/23.2	-	-	-	-	(3.762)
PIS/COFINS - consumidores a restituir	20	-	(1.866.587)	-	-	(2.532.352)
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	20	-	1.866.587	-	-	2.532.352
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (cativo)	23.2	-	9.175.538	-	-	8.770.500
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre)	23.2	2.239	10.705.808	1.572	10.997.108	1.485.760
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	23.2	-	(53.243)	-	-	(45.916)
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	23.3	-	2.775.590	-	2.073.580	245.298
Energia no MVE - Mecanismo de venda de excedente	-	-	-	-	-	16.766
Receita de construção	23.4	-	953.453	-	-	730.752
Aluguel de poste	23.5	-	154.136	-	-	134.685
Receitas com partes relacionadas	28.1	-	546	-	-	1.151
Outras receitas	23.6	-	26.357	-	-	22.562
<b>Total receitas - originadas de contratos com clientes</b>		<b>7.454.050</b>	<b>43.052.674</b>	<b>7.315.100</b>	<b>45.360.003</b>	<b>23.212.126</b>
<b>Outras receitas</b>						
Subvenção de recursos da CDE	23.7	-	487.195	-	-	368.415
Ativo e passivo financeiro setorial	11/23.8	-	1.103.839	-	-	318.285
Atualização do ativo financeiro da concessão	10.2	-	223.111	-	-	280.976
<b>Total outras receitas</b>		-	<b>1.814.145</b>	-	-	<b>967.676</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>7.454.050</b>	<b>43.052.674</b>	<b>7.315.100</b>	<b>45.360.003</b>	<b>24.179.802</b>
<b>Deduções da receita operacional bruta</b>						
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(142.237)	-	-	(135.725)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(2.239.565)	-	-	(2.514.721)
Encargos do consumidor - PROINFA	-	-	(88.906)	-	-	(95.177)
Encargos do consumidor - CCRBT	-	-	(193.701)	-	-	(457.662)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	(19.429)	-	-	(16.342)
ICMS	23.9	-	(3.935.754)	-	-	(4.133.537)
COFINS - corrente	23.9	-	(1.419.198)	-	-	(1.744.069)
PIS - corrente	23.9	-	(308.015)	-	-	(378.332)
ISS	23.9	-	(168)	-	-	(188)
<b>Total das deduções da receita operacional bruta</b>		-	<b>(8.346.973)</b>	-	-	<b>(9.475.753)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>7.454.050</b>	<b>15.490.533</b>	<b>7.315.100</b>	<b>45.360.003</b>	<b>14.704.049</b>

(\*) Não auditado pelos auditores independentes

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Custo do serviço de energia elétrica

		MWh		R\$	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Energia elétrica comprada para revenda:					
Itaipu		8.317.998	8.596.987	(2.899.588)	(2.167.841)
ANGRA 1 e 2		1.551.042	1.609.292	(431.065)	(404.184)
Compra - CCEE		-	332.781	-	(273.015)
Compra - CCEAR		17.595.346	18.690.413	(3.843.438)	(3.834.257)
Quotas de garantia física / CCEAR - Partes relacionadas	28.1	209.265	294.018	(41.385)	(55.417)
Quotas de garantia física		9.655.343	9.576.135	(1.044.406)	(970.048)
Risco hidrológico		-	-	(825.759)	(1.060.736)
(-) Ressarcimento - leilões de energia		-	-	62.543	56.778
(-) Créditos de PIS/COFINS		-	-	805.838	767.990
Subtotal		37.328.994	39.099.626	(8.217.260)	(7.940.730)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA		773.283	797.156	(224.518)	(292.901)
Total		38.102.277	39.896.782	(8.441.778)	(8.233.631)

		Nota	2020	2019
<b>Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:</b>				
Uso da rede básica			(1.562.666)	(1.388.016)
Uso da rede básica - partes relacionadas	28.1		(15.608)	(18.342)
Encargos do Serviço do Sistema - ESS/EER			(401.891)	(178.540)
(-) Ajustes referente ao alívio retroativo	24.1		164.583	72.199
Transporte de energia - Fumas/Itaipu			(242.704)	(218.626)
Operador Nacional do Sistema - ONS			(25.361)	(37.148)
Custo do Uso do Sistema de Distribuição - CUSD			(10.452)	(9.643)
Conexão a Rede Básica - CTEEP			(99.285)	(94.998)
(-) Créditos de PIS/COFINS			202.798	200.287
<b>Total</b>			<b>(1.990.586)</b>	<b>(1.672.827)</b>

24.1 O alívio financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Outras receitas e despesas operacionais

	Nota	2020	2019
Ganhos líquidos na alienação de bens e direitos	25.1	37.429	18.589
Arrendamentos e aluguéis		(25.184)	(10.881)
Arrendamentos e aluguéis - partes relacionadas	28.1	-	(248)
Seguros		(7.687)	(4.739)
Tributos		(49.351)	(49.822)
Compartilhamento de infraestrutura outros - partes relacionadas	28.1	-	(186)
Doações, contribuições e patrocínios		(4.932)	(4.414)
Tarifa bancária		(57.640)	(64.856)
Publicidade		(2.936)	(1.956)
Responsabilidade social		(446)	(260)
Perdas na desativação de bens e direitos		(15.462)	(50.552)
Indenização por danos elétricos e não elétricos - PID		(20.764)	(25.159)
Baixa do ativo financeiro da concessão	10.2	(13.484)	(11.024)
Taxa de administração do plano - Funcesp		(8.992)	(11.122)
Sobra (falta) no inventário		(7.322)	2.339
Despesas Indedutíveis		(4.508)	(4.355)
Cobrança contratual empreiteiras		-	10.000
Multa de mora - 2% - faturas a receber em atraso		117.314	121.180
Penalidades - devoluções a consumidores		(4.059)	(4.743)
Multa de mora - pagamento de fornecedores		(1.245)	(2.696)
Taxa de contribuição CCEE		(3.593)	(3.507)
Energia livre		-	21.918
Outros		(2.828)	1.266
<b>Total</b>		<b>(75.690)</b>	<b>(75.228)</b>

**25.1** Em setembro de 2020, a Companhia concluiu a venda de 2 terrenos destinados a alienação. Conforme estabelecido no contrato firmado, o valor de venda foi de R\$ 39.644, e está sendo recebido em 12 parcelas variáveis, corrigidas pelo INCC-DI. O ganho apurado na referida alienação foi de R\$ 34.382. No momento da venda todos os riscos e benefícios foram transferidos para o comprador.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Resultado financeiro

	Nota	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras		25.057	41.478
Atualização monetária sobre contas de energia elétrica em atraso	26.1	141.830	81.717
Subvenções governamentais		3.272	4.082
Atualização de créditos tributários	8.1	1.194	23.164
Atualização monetária dos depósitos judiciais		23.278	33.222
Atualização monetária do ativo e passivo financeiro setorial	11	21.347	109.616
Variação monetária Swap - Debêntures		36.539	9.231
Ajuste ao valor de mercado Swap - Debêntures		49.885	-
Juros Swap - Debêntures		5.041	-
ICMS - deságio na compra de créditos de terceiros		5.173	3.028
Outras receitas financeiras		13.656	20.827
(-) PIS e Cofins sobre receita financeira		(9.938)	(9.659)
<b>Subtotal</b>		<b>316.334</b>	<b>316.706</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargo de dívidas - empréstimos e debêntures		(148.587)	(278.593)
Variação monetária - Debêntures		(36.653)	(9.081)
Ajuste ao valor de mercado - Debêntures		(82.607)	-
Juros Swap - Debêntures		-	(9.139)
Juros Swap - Empréstimos Moeda Estrangeira		(8.996)	-
Encargo de dívidas - mútuo - partes relacionadas	28.1	-	(32.864)
Juros sobre obrigações de arrendamento	15	(20.771)	(23.693)
Subvenções governamentais		(3.273)	(4.083)
Atualização monetária de P&D e eficiência energética		(13.649)	(22.203)
Juros capitalizados transferidos para o ativo contratual	10.1	3.153	6.986
Cartas de fiança e seguros garantia		(31.470)	(43.951)
Atualização monetária de processos judiciais e outros		(64.657)	(71.096)
Atualização monetária - energia livre		(1.719)	30.102
Obrigação consumidores - Resoluções 250/2007 e 368/2009		-	19.756
Atualização acordo Eletrobras		(45.737)	(99.914)
Custo dos juros (líquidos) de benefícios pós-emprego	16.2	(431.793)	(324.151)
Comissão de fiança - partes relacionadas	28.1	(4.352)	(1.993)
Outras despesas financeiras		(37.052)	(2.402)
<b>Subtotal</b>		<b>(928.163)</b>	<b>(866.319)</b>
<b>Variações cambiais, líquidas</b>			
Variações cambiais - Empréstimos		(25.656)	-
Variações cambiais - Swap Empréstimos		25.517	-
Variações cambiais - outras		(3.058)	(754)
<b>Subtotal</b>		<b>(3.197)</b>	<b>(754)</b>
<b>Total do resultado financeiro</b>		<b>(615.026)</b>	<b>(550.367)</b>

- 26.1 Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e atualização financeira pelo índice IGP-M sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

### 27. Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social correntes são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2020		2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>a) Composição dos tributos no resultado:</b>				
<b>Na rubrica de tributos:</b>				
Correntes	-	-	22.287	-
Diferidos	(315.605)	(113.618)	(303.681)	(109.325)
<b>Total</b>	<b>(315.605)</b>	<b>(113.618)</b>	<b>(281.394)</b>	<b>(109.325)</b>
<b>b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:</b>				
<b>Resultado antes dos tributos</b>	<b>1.410.039</b>	<b>1.410.039</b>	<b>1.167.786</b>	<b>1.167.786</b>
<b>Adições:</b>				
Juros sobre capital próprio	(195.300)	(195.300)	-	-
Doações	1.094	1.094	1.360	1.360
Gratificação a administradores	1.797	1.797	4.606	4.606
Perdas indedutíveis no contas a receber	6.218	6.218	26.103	26.103
Perdas na baixa de bens e direitos	1.593	1.593	2.896	2.896
Multas indedutíveis	31.976	31.976	7.006	7.006
Despesas indedutíveis	4.519	4.519	4.397	4.397
Salário maternidade e paternidade	485	485	571	571
<b>Total das adições</b>	<b>(147.618)</b>	<b>(147.618)</b>	<b>46.939</b>	<b>46.939</b>
<b>Base de cálculo</b>	<b>1.262.421</b>	<b>1.262.421</b>	<b>1.214.725</b>	<b>1.214.725</b>
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Despesa com tributos às alíquotas nominais</b>	<b>(315.605)</b>	<b>(113.618)</b>	<b>(303.681)</b>	<b>(109.325)</b>
Ajuste PAT em dobro IR 2006 a 2011 - a recuperar	-	-	22.287	-
<b>Total da despesa com tributos</b>	<b>(315.605)</b>	<b>(113.618)</b>	<b>(281.394)</b>	<b>(109.325)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>22,4%</b>	<b>8,1%</b>	<b>24,1%</b>	<b>9,4%</b>

## 28. Partes relacionadas

Os contratos celebrados entre partes relacionadas são submetidos à anuência prévia ou posteriori da ANEEL, de acordo com a Resolução Normativa nº 699/16.

Os saldos a receber de partes relacionadas, não apresentam risco de recuperação. Dessa forma nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

### 28.1 Partes relacionadas

#### Ativos e receitas:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Ativo		Receita	
				2020	2019	2020	2019
Comissão (Propaganda/publicidade/venda em fatura de energia)	ENEL X	Controle comum	Conforme demanda	34	98	546	1.151
Reembolso Expatriados	Enel Chile	Controle comum		1.154	184	969	184
	Enel Spa	Controle comum		324	155	170	155
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	COELCE CIA. ENERGÉTICA	Controle comum		4.690	5.951	-	5.951
	AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.	Controle comum		1.925	3.155	-	3.155
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum		89	160	-	160
	ENEL GREEN POWER BRASIL	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	2.136	2.820	-	2.820
	Enel Brasil	Controladora		196	584	-	584
	Enel Fortaleza	Controle comum		-	53	-	53
	CELG DISTRIBUICAO S/A	Controle comum		6.462	5.033	-	5.033
	CENTRAIS ELETRICAS DE CACHOEIRA DOURADA	Controle comum		-	54	-	54
	CEN COMPANHIA DE INTERCONEXAO	Controle comum		326	449	-	449
Outros créditos:				17.336	18.696	-	-
Total receita operacional - nota explicativa nº 23:				-	-	546	1.151
Pessoal e administradores:				-	-	1.139	17.865
Material:				-	-	-	100
Serviços de terceiros:				-	-	-	(2.231)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:				-	-	-	2.864

### Passivos e despesas:

Natureza da transação	Parte relacionada	Total estimado	Vigência	Passivo		Despesa	
				2020	2019	2020	2019
Suprimento de energia - CCGF	ENEL Green Power Parapanema S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	309	296	(3.419)	(3.323)
	ENEL Green Power Mourao S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	90	80	(986)	(943)
	ENEL Green Power Projetos I S.A.	Controle comum	Resolução Homologatória nº 2.318/2017 da ANEEL	2.355	2.108	(26.928)	(25.039)
Suprimento de energia - CCEAR	ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	106	106	(994)	(950)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	-	891	(2.602)	(12.113)
	ENEL Green Power Cristalândia I Eólica S.A.	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(2.287)
	ENEL Green Power Cristalândia II Eólica S.A. (II e III)	Controle comum até 31 de maio de 2019		-	-	-	(4.579)
	ENEL Green Power da Fazenda S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	71	71	(685)	(636)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	237	233	(2.153)	(2.063)
	ENEL Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	220	216	(1.998)	(1.916)
	ENEL Green Power Salto Apiacas S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	175	175	(1.640)	(1.568)
	ENEL CEN S.A.	Controle comum	Até o final da concessão	1.209	1.363	(15.608)	(18.342)
Mutuo	ENEL Finance International N.V.	Controle comum	Dezembro de 2018 a dezembro de 2019	-	-	-	(32.864)
Comissão de fiança	Enel Brasil S.A.	Controladora	0,20% sobre saldo dívida	1.791	1.993	(4.352)	(1.993)
Compartilhamento de recursos humanos/infraestrutura	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum			4.495	-	(4.495)
	AMPLA Energia e Serviços S.A.	Controle comum		3.851	1.931	-	(1.931)
	ENEL CEN S.A.	Controle comum		206	156	-	(156)
	CELG Distribuição S.A.	Controle comum		4.888	3.406	-	(3.406)
	Enel Brasil	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	6.055	6.785	-	(6.785)
	ENEL GREEN POWER BRASIL Participações	Controle comum		722	457	-	(457)
	ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Controle comum		155	35	-	(35)
	COELCE-CIA. Energética	Controle comum		514	46	-	(46)
	ENEL GENERACION FORTALEZA S.A.	Controle comum		1.773	311	-	(311)
Expatriados	ENEL GLOBAL IN E NETWORK	Controle comum	Conforme critério regulatório de rateio	4.276	4.495	(8.952)	-
Prestação de serviços técnicos e de gestão	Enel Brasil	Controladora		61.466	-	(61.466)	-
Dividendos	Enel Brasil	Controladora		60.834	213.923	-	-
Fornecedores - nota explicativa nº 12:				88.678	27.656	-	-
Outras obrigações:				1.791	1.993	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:				60.834	213.923	-	-
Custo do serviço de energia elétrica - nota explicativa nº 24:				-	-	(56.993)	(73.759)
Empréstimos e financiamentos:				-	-	-	(32.864)
Pessoal e administradores:				-	-	(8.952)	(7.125)
Material:				-	-	-	(328)
Serviços de terceiros:				-	-	(61.466)	(6.699)
Outras receitas e despesas operacionais - nota explicativa nº 25:				-	-	-	(3.298)
Resultado Financeiro - nota explicativa nº 26:				-	-	(4.352)	(2.165)

Para os Contratos de Cotas de Garantia Física – CCGF, o total estimado considera o percentual de participação da Companhia definido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.318/2017 para os anos de 2019 e 2020 e a receita anual de geração das usinas, homologados pela Resolução ANEEL nº



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.421/2018. Para os contratos de CCEAR o montante estimado considerou o volume e tarifas contratados para 2020. Em 31 de maio de 2019, a EGP Brasil Participações Ltda concretizou a venda de duas usinas eólicas (EGP Cristalândia Eólica S.A. I e EGP Cristalândia Eólica S.A. II). Dessa forma, em 31 de dezembro de 2020, permanecem demonstradas no resultado, as transações realizadas até a data da venda dessas companhias.

Quanto ao Encargo de uso do sistema de transmissão (contrato nº 121/2002), o mesmo é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Dessa forma, o total estimado informado considera o custo realizado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Os contratos mencionados acima são regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. As despesas líquidas para a Companhia estão limitadas ao montante de R\$ 162.000 ao ano. A contabilização, tanto da despesa quanto da receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem, que poderá ser pessoal, serviços de terceiros, material e outros. No entanto, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, contudo, não constam no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

O contrato de prestação de serviços técnicos e de gestão envolve serviços de fornecimento de apoio técnico e gerencial, para promover integração e padronização dos processos das empresas do grupo Enel no Brasil. O referido contrato possui preço total estimado de R\$ 155.504 para o prazo de 5 anos, a contar da data da anuência da ANEEL, que ocorreu em 20 de fevereiro de 2020, conforme os termos do Despacho nº 560.

### Outras partes relacionadas

#### Passivo e despesa:

Natureza da transação	Parte relacionada	Passivo		Receita/Despesa	
		2020	2019	2020	2019
Plano de previdência	FUNCESP	6.586.820	5.868.638	27.144	(337.132)
Empréstimo financeiro	FUNCESP	918.123	-	-	-
Obrigações com benefícios pós-emprego - nota explicativa nº 16:		6.586.820	5.868.638	27.144	(337.132)
Empréstimos, financiamentos e debêntures - nota explicativa nº 14:		918.123	-	-	-

## 28.2 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta administração é composta pela remuneração da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a provisão para remuneração, reconhecida no resultado dos exercícios, é como segue:

Descrição:	2020	2019
Benefícios de curto prazo (salários / encargos / benefícios/ bônus)	7.370	13.266
Benefícios pós-emprego (previdência privada - contribuição definida)	-	700
Outros benefícios de longo prazo (bônus diferido - incentivo de longo prazo)	138	73
<b>Total</b>	<b>7.508</b>	<b>14.039</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 29. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

	Período de vigência		Importância segurada	Limite máximo de indenização/garantia
	de	até		
Riscos operacionais	31-out-2020	31-out-2021	R\$ 4.881.982	R\$ 6.760.700
Vida em grupo	1-jan-2020	1-fev-2021	25 x salário	R\$ 1.833
Responsabilidade civil geral	31-out-2020	31-out-2021	N/A	R\$ 115.888
Responsabilidade civil de administradores - D&O	10-nov-2020	10-nov-2021	N/A	R\$ 678.824
Riscos ambientais	1-nov-2020	1-nov-2021	N/A	R\$ 135.214
Frota de veículos - RCF	31-mai-2020	31-mai-2021	N/A	RCFV Garantia Única R\$ 1.000

### 30. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

#### 30.1 Instrumentos financeiros

##### 30.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		2020		2019		
	Notas	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.095.811	2.095.811	1.280.195	1.280.195	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	4	38.940	38.940	5.496	5.496	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		21.442	21.442			Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Operação com derivativo - Fair value hedge		97.248	97.248	49.881	49.881	Valor justo por meio do resultado
Consumidores, revendedores e outros	5	2.645.272	2.645.272	2.473.095	2.473.095	Custo amortizado
Contas a receber - acordos	6	529.032	529.032	225.445	225.445	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados	17	802.277	802.277	808.869	808.869	Custo amortizado
Ativo contratual	10.1	545.741	545.741	466.563	466.563	Custo amortizado
Ativo financeiro da concessão	10.2	5.247.418	5.247.418	4.532.124	4.532.124	Valor justo por meio do resultado
Ativo financeiro setorial	11	1.587.388	1.587.388	2.052.746	2.052.746	Custo amortizado
Total		13.610.569	13.610.569	11.894.414	11.894.414	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	12	2.505.707	2.505.707	1.865.919	1.865.919	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	4.653.061	4.545.125	3.094.298	2.924.417	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Debêntures marcadas a mercado	14	915.326	932.579	793.114	793.114	Valor justo por meio do resultado
Operação com derivativo - Cash flow hedge		2.316	2.316	1.274	1.274	Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes
Contas a pagar - acordo Eletrobras	19	1.056.640	1.056.640	1.362.586	1.362.586	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Obrigações com arrendamento	15	209.974	209.974	261.882	261.882	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		60.834	60.834	214.054	214.054	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Passivo financeiro setorial	11	1.564.497	1.564.497	1.480.097	1.480.097	Passivos financeiros pelo custo amortizado
Total		10.968.355	10.877.672	9.073.224	8.903.373	

Caixa e equivalentes de caixa são mensurados inicialmente pelo valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da contratação e curva da taxa DI mensal. Investimento de curto prazo são marcados a mercado mensalmente com base na curva da taxa DI, conforme definido em sua data de contratação. O fundo de investimento é marcado a mercado mensalmente com base na variação dos preços das cotas de investimentos classificadas como renda fixa - curto prazo, indexados à taxa CDI/SELIC. De acordo com o seu regulamento, o fundo de investimento poderá investir até 95% em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa - curto prazo e até 5% em Títulos Públicos Federais.

A operação com instrumento derivativo é mensurada por meio de modelo de precificação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. O valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Para as rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para as demais rubricas, não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado, pois não é esperada alterações significativas entre o valor contábil e o valor justo.

### **Operações com instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição ao risco de variação de taxa flutuante das debêntures e proteção à variação cambial dos empréstimos captados no exterior (operações 4131), que resultam de posições passivas vinculada à variação do IPCA e a variação cambial do dólar. Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato é celebrado e subsequentemente remensurado ao seu valor justo.

As operações descritas acima se qualificam para *hedge accounting* e estão classificadas como (i) *hedge* de fluxo de caixa, para as operações de troca de moeda e (ii) *hedge* de valor justo para a operação de troca de taxa flutuante (*swap* de IPCA para CDI). São contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

#### *(i) Hedge de fluxo de caixa*

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variação cambial da operação.

Para cálculo da efetividade do hedge, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de hedge são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um hedge de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de hedge diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Se a contabilização do hedge de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por hedge ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado como ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo de caixa objeto do hedge, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverá ser contabilizado, dependendo da natureza da transação subjacente, conforme descrito anteriormente.

#### *(ii) Hedge de valor justo*

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "despesas financeiras".

Assim como no tratamento do *hedge* de fluxo de caixa, para o cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

Os contratos em aberto em 31 de dezembro de 2020 são os seguintes:

Contraparte	Data do contrato	Vencimento	Tipo	Indexador ativo	Indexador passivo	Valor nominal
Bradesco	26/06/2019	15/05/2026	<i>Fair value hedge</i>	IPCA	CDI	800.000
Tokio	10/03/2020	08/03/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	149.997
Scotiabank	31/03/2020	31/03/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	260.000
BNP	17/04/2020	19/04/2021	<i>Cash flow hedge</i>	Dólar	CDI	450.000

Os valores das curvas e de mercado dos contratos de derivativo (*swap*) em 31 de dezembro de 2020 estão detalhados a seguir:

Contraparte	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Outros resultados abrangentes	Resultado
Bradesco	47.363	97.248	-	49.885
Tokio	18.768	18.214	(554)	-
Scotiabank	4.251	2.063	(2.188)	-
BNP	27	(1.151)	(1.178)	-
<b>Total</b>	<b>70.409</b>	<b>116.374</b>	<b>(3.920)</b>	<b>49.885</b>

	31.12.2020	31.12.2019
Operação com instrumento derivativo		
<u>Ativo circulante</u>	23.718	-
<u>Ativo não circulante</u>	95.656	49.881
<b>Total Ativo</b>	<b>119.374</b>	<b>49.881</b>
Operação com instrumento derivativo		
<u>Passivo circulante</u>	(3.000)	(1.274)
<b>Total Passivo</b>	<b>(3.000)</b>	<b>(1.274)</b>
	<b>116.374</b>	<b>48.607</b>

O valor justo (contábil) é a diferença entre o efeito das pontas ativa e passiva marcadas à mercado no balanço patrimonial.

Os valores da dívida líquidos da posição do *hedge* estão demonstrados a seguir:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2020				2019			
	Valor justo	Mensuração			Valor justo	Mensuração		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3		Nível 1	Nível 2	Nível 3
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>								
Investimentos de curto prazo (CDBs e operações compromissadas)	38.940	-	38.940	-	1.696	-	1.696	-
Investimentos de curto prazo (fundo de investimento)	-	-	-	-	3.800	-	3.800	-
Ativo financeiro da concessão	5.247.418	-	-	5.247.418	4.532.124	-	-	4.532.124
Operação com derivativo - Cash flow hedge	19.126	-	19.126	-	-	-	-	-
Operação com derivativo - Fair value hedge	97.248	-	97.248	-	48.607	-	48.607	-
Debêntures marcadas a mercado	915.326	-	915.326	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>6.318.058</b>	-	<b>1.070.640</b>	<b>5.247.418</b>	<b>4.586.227</b>	-	<b>54.103</b>	<b>4.532.124</b>

		Posição em 31.12.2020
Dívida	Taxa de juros contratual	Total
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% IPCA + 4,0134% a.a.	915.326
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	100% IPCA + 4,0134% a.a.	(884.215)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	100% CDI + 0,7200% a.a.	786.967
		<b>818.078</b>
TOKIO 4131	USD + 1,48% a.a.	169.682
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,48% a.a.	(169.036)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 0,06% a.a.	150.822
		<b>151.468</b>
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	267.094
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 1,65% a.a.	(266.165)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 2,50% a.a.	264.101
		<b>265.030</b>
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	453.198
Operação com instrumento derivativo - ponta ativa	USD + 2,96% a.a.	(453.676)
Operação com instrumento derivativo - ponta passiva	CDI + 1,60% a.a.	454.828
		<b>454.350</b>

A diferença entre o valor na curva (*accrual*) e o valor a mercado se dá pela distinta metodologia de cálculo, pois enquanto o saldo de *swap* na curva é calculado pelo valor do principal mais juros até 31 de dezembro de 2020, o saldo do *swap* a mercado é calculado considerando a curva futura dos indicadores descontada pelo CDI futuro.

### 30.1.2 Hierarquia do valor justo

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A rubrica ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como preço novo de reposição e atualização pelo IPCA. Os fatores relevantes para mensuração do valor justo não são observáveis e não existe mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

### 30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da *Holding* (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Cabe destacar que, a política de controle e gestão de riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro e política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros).

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 37 sub-categorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos:

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um de e um de para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de *Holding*; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as unidades de negócios e controles internos são a primeira linha de defesa, a área de gestão de riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a alta administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A área de gestão de riscos possui a Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e *Risk Owners* como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos.

### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a um cliente ou uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo; e (iii) ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data de 31 de dezembro de 2020 é:

	Nota	2020
Caixa e equivalentes de caixa	b.1.1	2.095.811
Investimentos de curto prazo	b.1.1	38.940
Depósitos vinculados	b.1.1	802.277
Consumidores, revendedores e outros	b.1.2	2.645.272
Contas a receber - acordos	b.1.2	529.032
Ativo financeiro setorial	b.1.3	1.587.388
Ativo contratual	b.1.3	545.741
Ativo financeiro da concessão	b.1.3	5.247.418
Operação com derivativo	b.1.4	116.374
<b>Total da exposição</b>		<b>13.608.253</b>

Os saldos apresentados anteriormente estão líquidos das respectivas perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 7).

#### (b.1.1) Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e depósitos vinculados

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatíveis com as variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os depósitos vinculados são efetuados em bancos da união, conforme determinação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. A Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito relacionado a tais depósitos

### (b.1.2) Consumidores, revendedores e contas a receber de acordos

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuem o pagamento das faturas.

A Companhia tem executado diversas ações objetivando a redução e combate à inadimplência tais como: negatização de clientes em empresas de proteção ao crédito, corte do fornecimento de energia elétrica, cobrança judicial, protesto de clientes junto aos cartórios, contratação de agências de cobranças, envio de cartas de aviso de cobrança e de mensagens via "SMS", e-mail e "URA" (Unidade de Resposta Audível). Adicionalmente, foi lançado o portal de negociação e realização de negociações através de feirões e do *call center*. A Companhia utiliza uma solução de análise preditiva ("*Predictive Analytics*") possibilitando avaliar a propensão de pagamento de acordo ao perfil de cada cliente, para definir a melhor estratégia de cobrança.

### (b.1.3) Ativo financeiro setorial, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

### (b.1.4) Operação com instrumento derivativo

A Companhia aplica o risco de crédito para todas as operações de *swap* vigentes, que é calculado individualmente por banco e por companhia.

## (b.2) **Gerenciamento de capital**

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

Na tabela a seguir, está demonstrada a dívida líquida da Companhia:

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Empréstimos e financiamentos	14	1.851.712	274.423
Debêntures	14	3.716.675	3.612.989
Operação com instrumento derivativo	30.1.1	(116.374)	(48.607)
Caixa e equivalentes de caixa	4	(2.095.811)	(1.280.195)
Investimentos de curto prazo	4	(38.940)	(5.496)
<b>Dívida líquida</b>		<b>3.317.262</b>	<b>2.553.114</b>
Patrimônio líquido		2.699.038	3.969.216
<b>Dívida líquida / (Dívida líquida + patrimônio líquido)</b>		<b>55,14%</b>	<b>39,14%</b>

Do endividamento financeiro total em 31 de dezembro de 2020, 35,8% era de curto prazo (7,1% em 31 de dezembro de 2019) e o prazo médio era de 2,52 anos (3,71 anos em 31 de dezembro de 2019).

### (b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados; (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas de “empréstimos e financiamentos” e “debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa contratuais não descontados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 14. As informações refletidas na tabela a seguir incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	2.505.707	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	247.685	462.964	534.530	391.026	223.851
Debêntures	-	21.171	777.708	2.309.268	862.973
Operações com instrumento derivativo	-	(21.276)	(12.477)	(58.102)	(54.276)
Obrigações por arrendamento	4.669	9.339	42.026	124.398	29.542
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	60.834	-	-
<b>Total</b>	<b>2.758.061</b>	<b>472.198</b>	<b>1.402.621</b>	<b>2.766.590</b>	<b>1.062.090</b>

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava em cumprimento de todos os termos dos *covenants* descritos na nota explicativa nº 14.7.

### (b.4) Riscos de mercado

#### (b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia possui empréstimos e debêntures relevantes remunerados pela variação do CDI, IPCA e TJLP. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2020 as aplicações financeiras da Companhia foram alocadas em CDBs rentabilizados pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data-base de 31 de dezembro de 2020 é:

	2020
Equivalentes de caixa	1.963.996
Investimentos de curto prazo	38.940
Empréstimos e financiamentos	(1.851.712)
Debêntures	(3.716.675)
Operação com derivativo	116.374
<b>Total da exposição líquida</b>	<b>(3.449.077)</b>

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI, IPCA e TJLP.

### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas, aos quais a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2020, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base nas projeções de 31 de dezembro de 2020 da B3 dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano, foi definido como o cenário provável e a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e patrimônio líquido em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2020, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário. A projeção do cálculo considera a taxa de juros contratual: índice mais spread.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	Taxa de juros	Posição em 31.12.2020	Projeção receitas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			0,95%	1,43%	1,90%	2,38%	2,85%
Equivalentes de caixa	CDI	1.963.996	18.658	28.085	37.316	46.743	55.974
Investimentos de curto prazo	CDI	38.940	370	557	740	927	1.110
<b>Subtotal</b>		<b>2.002.936</b>	<b>19.028</b>	<b>28.642</b>	<b>38.056</b>	<b>47.670</b>	<b>57.084</b>
Dívidas	Taxa de juros contratual	Posição em 31.12.2020	Projeção despesas financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI							
Debêntures - 23ª Emissão (1ª série)	108,25% do CDI	(707.294)	(6.016)	(9.000)	(11.969)	(14.923)	(17.862)
Debêntures - 23ª Emissão (2ª série)	111% do CDI	(1.400.301)	(17.487)	(26.155)	(34.774)	(43.343)	(51.864)
Debêntures - 24ª Emissão (1ª série)	CDI+0,80 a.a.	(693.754)	(13.486)	(17.399)	(21.292)	(25.165)	(29.018)
<b>TJLP</b>							
FINEP 2	TJLP+5,00% a.a.	(43.615)	(619)	(1.165)	(1.706)	(2.241)	(2.771)
<b>IPCA</b>							
VIVEST	IPCA + 5,22%	(918.123)	(64.303)	(72.926)	(81.472)	(89.942)	(98.337)
<b>Contrato de Swap</b>							
Debêntures - 24ª Emissão (2ª série)	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	(915.326)	(54.502)	(63.253)	(71.925)	(80.520)	(89.039)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	100% do IPCA + 4,0134% a.a.	884.215	51.675	59.972	68.195	76.344	84.421
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	100% do CDI + 0,7200%	(786.967)	(14.484)	(18.868)	(23.230)	(27.568)	(31.885)
TOKIO 4131	USD + 1,36% a.a.	(169.682)	23.503	6.817	(5.369)	(15.024)	(23.047)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,36% a.a.	169.036	(23.414)	(6.791)	5.348	14.967	22.959
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 0,06% a.a.	(150.822)	(386)	(566)	(746)	(924)	(1.102)
SCOTIABANK 4131	USD + 1,65% a.a.	(267.094)	36.887	10.618	(8.566)	(23.766)	(36.397)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 1,65% a.a.	266.165	(36.759)	(10.581)	8.536	23.683	36.271
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 2,50% a.a.	(264.101)	(2.269)	(2.586)	(2.901)	(3.214)	(3.527)
BNP 4131	USD + 2,96% a.a.	(453.198)	87.171	27.868	(15.439)	(49.754)	(78.269)
Derivativo (swap) - Ponta Ativa	USD + 2,96% a.a.	453.676	(87.263)	(27.898)	15.456	49.807	78.351
Derivativo (swap) - Ponta Passiva	CDI + 1,60% a.a.	(454.828)	(3.880)	(4.612)	(5.337)	(6.063)	(6.784)
<b>Subtotal</b>		<b>(5.452.013)</b>	<b>(125.632)</b>	<b>(156.525)</b>	<b>(187.191)</b>	<b>(217.646)</b>	<b>(247.900)</b>
<b>Total da exposição líquida</b>		<b>(3.449.077)</b>	<b>(106.604)</b>	<b>(127.883)</b>	<b>(149.135)</b>	<b>(169.976)</b>	<b>(190.816)</b>

### (b.4.2) Risco de câmbio

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como, a valorização de moedas estrangeiras frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados ao dólar.

A Companhia possui contratos de dívida em dólar cobertos por operações de *swap* para troca de indexadores do dólar para CDI, dessa forma, não tem risco de variação cambial. A seguir é apresentada a exposição da Companhia em 31 de dezembro de 2020 (reais). Para mais detalhes vide nota 30.1.1.

	31.12.2020
<b>Passivos em moeda estrangeira</b>	
Empréstimos e financiamento	889.974
Exposição patrimonial	<b>889.974</b>
Ponta ativa - instrumentos financeiros	(888.877)
Exposição cambial total	<b>1.097</b>

A Companhia também está exposta ao risco de variação cambial temporal, atrelado ao dólar norte-americano, através dos pagamentos de energia comprada de Itaipu, entretanto, as alterações de variação cambial são repassadas ao consumidor na tarifa, através do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Itens da Parcela A/CVA (Ativo e passivo financeiro setorial).

Exposição às taxas de câmbio	2020	
	Moeda estrangeira	R\$
Fornecedores (Itaipu)	117.581	611.031
<b>Passivo líquido exposto</b>	<b>117.581</b>	<b>611.031</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (b.4.3) Risco de preço

#### Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente podem afetar a tarifa de energia e consequentemente, a receita oriunda do fornecimento de energia da Companhia e ainda, o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

No caso de desequilíbrio econômico-financeiro da concessão, a Companhia pode requerer ao regulador a abertura de uma revisão tarifária extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A ANEEL também poderá proceder com revisões extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

Os processos de reajuste e revisão tarifária de todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica são efetuados segundo metodologia elaborada e publicada pela ANEEL e submetidos à avaliação pública. Alterações de metodologia nos reajustes ou nas revisões tarifárias propostos pelo regulador podem impactar de forma significativa a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 30 de junho, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2020 a ser aplicado a partir de 4 de julho de 2020, e aprovou reajuste positivo de +15,60%, composto por reajuste econômico de +15,27% e componente financeiro de +0,33%. Descontado o componente financeiro considerado no último processo tarifário, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de +4,23% e apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	6,00%
Baixa Tensão	3,58%
Efeito Médio	4,23%

Vale destacar o componente financeiro negativo relativo à antecipação dos efeitos da CONTA-COVID de R\$ 1.292.527, o qual refere-se: CVA energia não amortizada; CVA em constituição até o mês de competência de junho de 2020; e neutralidade das competências de abril e maio de 2020. Caso não houvesse a consideração deste componente financeiro, o reajuste médio teria sido de 12,2% ao invés de 4,23%.

Mais informações sobre a CONTA-COVID podem ser verificadas na nota explicativa nº 1.1.

### (c) Outros riscos

#### (c.1) Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

#### (c.2) Risco de contratação de energia

O portfólio de contratos de energia de 2020 consiste nos seguintes componentes: Contrato de Itaipu e PROINFA; Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, Cotas de Angra 1 e 2 e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, a contratação de energia elétrica pelos agentes de distribuição deverá ser realizada através de licitação na modalidade de leilão, sendo que a duração desses contratos (CCEAR's) será estabelecida pelo próprio MME.

A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devem garantir o atendimento a 100% dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

A estratégia para contratação de energia pela Companhia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 105%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atendimento ao mercado cativo. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração de volume, preços e período de suprimento, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Porém, os modelos utilizados norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a possibilidade de ajustes dos níveis contratuais.

Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão da necessidade de aquisição de energia nova com antecedência de 3 a 7 anos em relação ao início do suprimento da energia elétrica adquirida e à expectativa de preços futuros. O não atendimento a 100% do mercado poderá ensejar a aplicação de penalidades por insuficiência de contratação e repasse não integral às tarifas dos custos de compra de energia no Mercado de Curto Prazo. As penalidades decorrentes do não atendimento à totalidade do mercado de energia elétrica dos agentes de distribuição não serão aplicáveis na hipótese de exposição contratual involuntária reconhecida pela ANEEL.

Adicionalmente, a ANEEL não repassará os custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, caso o nível de contratação seja superior a 105% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Na hipótese de sobrecontratação involuntária ser reconhecida pela ANEEL, haverá o repasse integral dos custos de compra de energia à tarifa mesmo em níveis de contratação acima de 105% em relação à carga anual de fornecimento.

Para mitigação dos riscos de sobre e subcontratação (exposição), há instrumentos previstos na regulamentação tais como (i) leilões de ajuste, (ii) MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits) de energia nova e existente, (iii) acordos bilaterais de redução contratual, (iv) venda de energia temporária, (v) opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a migração de clientes ao mercado livre, acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004 e outras variações de mercado, (vi) a venda de energia ao mercado livre em Leilão de Excedentes e (vii) o reconhecimento de sobrecontratação ou exposição involuntária.

Conforme disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 453, de 18 de outubro de 2011, a eventual exposição ou sobrecontratação involuntária a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada às respectivas tarifas. Este repasse deverá ser concedido, desde que os agentes de distribuição utilizem de todos os mecanismos previstos na regulamentação para atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado de energia elétrica.

No caso da sobrecontratação voluntária acima do limite de repasse de 105%, a diferença entre a receita de venda da sobrecontratação no mercado de curto prazo e o custo de compra de energia é absorvida pela concessionária podendo resultar em risco ou oportunidade dependendo do cenário de preços de energia ao longo do ano.

A Companhia encerrou o ano de 2016 com um nível de contratação de 110,2%, sendo o risco de impacto acima do limite de 105% equivalente a R\$ 88.091 (valor atualizado de R\$ 120.205 e R\$ 116.975 em 31 de dezembro de 2020 e 2019) caso não venha a ser considerado como sobrecontratação involuntária pela ANEEL.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Existem dois principais fatores que contribuíram para a sobrecontratação no ano de 2016. O primeiro refere-se à participação no leilão A-1 no ambiente regulado (CCEAR) realizado em dezembro de 2015, no qual a Companhia compulsoriamente teve que repor a energia vinculada ao contrato bilateral com a AES Tietê, cujo término ocorreu em 31 de dezembro de 2015. Por força do Decreto nº 5.163, a Companhia teve que comprar no mínimo 96% do seu montante de reposição, mesmo tendo ressalvado em sua declaração a necessidade de volume inferior ao mínimo. Em 3 de agosto de 2016, foi publicado Decreto nº 8.828, alterando o Decreto nº 5.163, retirando a trava de obrigação de declaração para os montantes de reposição. O novo decreto é aderente às argumentações da Companhia em relação à obrigatoriedade imposta para o leilão A-1 de dezembro de 2015.

Outro fator que impactou consideravelmente o nível de contratação foi a migração de consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre. O direito à redução de contratos de compra de energia em caso de migração dos consumidores atendidos por fontes alternativas ao mercado livre foi reconhecido a partir da Resolução nº 726/2016, após discussão na Audiência Pública nº 85/2013. Entretanto, a redução contratual só vale para contratos firmados em leilões de energia posteriores à publicação da Resolução, não foi útil, portanto, para reduzir o nível de contratação de 2016.

Diante dos fatores expostos anteriormente, a Companhia entende, baseada em parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, que a sobrecontratação advinda da compra compulsória em Leilão A-1 e da saída de consumidores para o mercado livre é involuntária e, portanto, deve ser integralmente repassada aos seus consumidores.

O reconhecimento da sobrecontratação involuntária referente ao leilão A-1 e a migração de consumidores especiais é suficiente para prover repasse tarifário integral dos custos de sobrecontratação.

Adicionalmente, para reduzir o nível de sobrecontratação a Companhia celebrou acordos bilaterais nos termos da Resolução Normativa nº 711 de 2016 e participou em quase todos os Mecanismos de Compensação de Sobras e Déficits - MCS-D de energia existente e de energia nova.

Em 25 de abril de 2017, a ANEEL deliberou o pleito de sobrecontratação involuntária das distribuidoras referente tanto ao leilão A-1 quanto à migração dos consumidores especiais. A decisão, de caráter geral, foi negar o pleito, com a ressalva de que as situações particulares de reconhecimento como sobrecontratação involuntária devem ser avaliadas pela ANEEL mediante comprovação do máximo esforço na redução da posição contratual.

No reajuste tarifário de 2020, de forma similar ao ocorrido quando da revisão tarifária de 2019 e 2018, a ANEEL manteve o componente de sobrecontratação involuntária referente ao ano civil de 2016 em caráter provisório, tendo em vista que ainda permanece avaliando o máximo esforço individualmente para cada distribuidora, conforme decisão de 25 de abril de 2017.

Por meio do Despacho nº 2.508, de 27 de agosto de 2020, a ANEEL determinou os valores de sobrecontratação involuntárias, porém sem levar em consideração o acima exposto quanto ao A-1/2015 e o máximo esforço que a Companhia tem enveredado para limitar o nível de contratação. Diante dessa decisão a Companhia entrou com solicitação de efeito suspensivo, o qual foi negado pela Diretora da ANEEL por meio do Despacho nº 2.923, de 13 de outubro de 2020.

O mérito da reconsideração da decisão do Despacho nº 2.508/20 ainda está sendo avaliado pela Agência Reguladora. Após o referido despacho, a Companhia atualizou o parecer técnico elaborado por escritório de advocacia renomado, mantendo o entendimento de que se trata de sobrecontratação involuntária.

Para o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, um dos maiores impactos foi a redução do consumo de energia elétrica, agravando o cenário de sobrecontratação das distribuidoras. Diante deste fato, importante destacar que o Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, classifica a redução de carga devido à COVID como involuntária. A ANEEL abriu a 3ª fase da Consulta Pública nº 035/2020



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

que dentre outros assuntos está avaliando a metodologia de cálculo da redução de carga devido ao COVID em 2020 para fins de aplicação da involuntariedade na sobrecontratação.

### 31. Informações complementares às demonstrações do fluxo de caixa

#### 31.1 Principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa foram as seguintes:

	2020	2019
Compensações de tributos - IRPJ e CSLL	44.847	-
Compensações de Pis e Cofins (ICMS)	452.145	17.805
Doações de linhas e redes (Adição de ativos contratuais, financeiros e intangíveis)	9.091	15.728

A Companhia classifica os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adições de ativos intangíveis da concessão). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	2020	2019
Pagamento de juros apresentados nas atividades operacionais	159.985	301.958
Pagamento de juros apresentados nas atividades de investimento (juros capitalizados)	3.153	6.986
Pagamento de juros	163.138	308.944

#### 31.2 Conciliação das atividades de financiamento:

Seguindo as orientações do CPC 03 (R2) parágrafo 44A, a Companhia deve divulgar informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

Tais conciliações estão demonstradas nas notas explicativas nº 14.6 e 15.3. Quanto aos dividendos, a conciliação é conforme segue:

	Efeito não caixa					Efeito caixa		
	Saldo inicial 31.12.2019	Dividendos adicionais propostos	Dividendos prescritos	Juros sobre capital próprio declarados	Dividendos intercalares	Dividendo mínimo obrigatório - complemento	Dividendos pagos	Juros sobre capital próprio pagos
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	214.054	470.629	(129)	195.300	36.200	60.834	(720.754)	(195.300)
								60.834

	Efeito não caixa			
	Saldo inicial 31.12.2018	Dividendo mínimo obrigatório	Dividendos prescritos	Saldo final 31.12.2019
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	358	213.923	(227)	214.054

Em relação ao pagamento dos juros sobre o capital próprio, a Companhia efetuou o pagamento de R\$ 166.005 para o seu acionista controlador Enel Brasil e R\$ 29.295 em imposto de renda, sendo apresentado o saldo bruto no fluxo de caixa (atividades de financiamento).

### 32. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 8.214.619 em 2021, R\$ 8.090.517 em 2022, R\$ 8.420.160 em 2023, R\$ 8.513.920 em 2024 e R\$ 115.995.350 após 2024.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

31 de dezembro de 2020 e 2019

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Estes contratos representam o volume e preço total homologados pela ANEEL, atualizado pelo IPCA projetado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

**33. Eventos subsequentes**

---

Em 28 de janeiro de 2021, o Conselho de Administração, aprovou o pagamento de dividendos no valor de R\$ 171.137, com base na reserva especial para reforço de capital de giro. O referido pagamento ocorreu em 05 de fevereiro de 2021.





KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

**Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**

São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Reconhecimento de receita para fornecimento de energia elétrica distribuída e não faturada

Veja as Notas 5 e 23 das demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle dos bens ou serviços ao cliente de acordo com o CPC 47/IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.</p> <p>A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na (i) energia medida e efetivamente faturada e na (ii) energia distribuída e não faturada.</p> <p>A receita para energia distribuída e não faturada é estimada com base na média do montante diário faturado, considerando o comportamento do consumo na rede de distribuição da Companhia no período não faturado em relação ao período faturado.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, natureza e extensão do esforço de auditoria necessário para tratar o tema, consideramos a receita para energia distribuída e não faturada como assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>(1) Avaliamos o ambiente, desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados ao processo de reconhecimento da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada;</li> <li>(2) Recalculamos o total da receita de fornecimento de energia elétrica não faturada, com base no (i) consumo de energia (megawatt/hora), e (ii) quantidade de unidades consumidoras por classe e suas correspondentes tarifas aprovadas pelo órgão regulador;</li> <li>(3) Testamos, em base amostral, as informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita e recalculamos, também em base amostral, as estimativas de receita para energia distribuída e não faturada; e</li> <li>(4) Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao reconhecimento da receita.</li> </ol> <p>Nossos testes revelaram deficiências na efetividade operacional dos controles internos dependentes em tecnologia da informação relacionados ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Consequentemente, expandimos a extensão de nossos procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, para obtermos evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto ao reconhecimento da receita para energia distribuída e não faturada. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes reconhecidos como receitas não faturadas e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p>

## Outros assuntos

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 19 de fevereiro de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatório sem modificação.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6-F-RJ

  
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo  
Contador CRC RJ-092563/O-1

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

**Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 23 de fevereiro de 2021.

Diretores:

**Max Xavier Lins**

Diretor Presidente

**Raffaele Enrico Grandi**

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

**Alain Rosolino**

Diretor de Pessoas e Organização

**Rosario Zaccaria**

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Marcia Massotti de Carvalho**

Diretora de Sustentabilidade

**Flavia da Silva Baraúna**

Diretora de Serviços

**Janaina Savino Vilella Carro**

Diretora de Comunicação

**José Nunes de Almeida Neto**

Diretor de Relações Institucionais

**Anna Paula Hiotte Pacheco**

Diretora de Regulação

**Marcia Sandra Roque Vieira Silva**

Diretora de Mercado

**Margot Frota Cohn Pires**

Diretora de Compras

**Ana Claudia Gonçalves Rebello**

Diretora Jurídico

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

NIRE 35300050274

CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93

**Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Os diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF Nº 61.695.227/0001-93, com sede na Avenida Doutor Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, lojas 1 e 2 (térreo) e 1º ao 7º andar, Bairro Sítio Tamboré, Torre II do Condomínio Castelo Branco Office Park, Barueri – SP, nos termos e para fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, DECLARAM que revisaram, discutiram e concordam com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Barueri, 23 de fevereiro de 2021.

Diretores:

**Max Xavier Lins**

Diretor Presidente

**Raffaele Enrico Grandi**

Diretor de Administração, Finanças, Controle e Relações com Investidores

**Alain Rosolino**

Diretor de Pessoas e Organização

**Rosario Zaccaria**

Diretor de Operações de Infraestrutura e Redes

**Marcia Massotti de Carvalho**

Diretora de Sustentabilidade

**Flavia da Silva Baraúna**

Diretora de Serviços

**Janaina Savino Vilella Carro**

Diretora de Comunicação

**José Nunes de Almeida Neto**

Diretor de Relações Institucionais

**Anna Paula Hiotte Pacheco**

Diretora de Regulação

**Marcia Sandra Roque Vieira Silva**

Diretora de Mercado

**Margot Frota Cohn Pires**

Diretora de Compras

**Ana Claudia Gonçalves Rebello**

Diretora Jurídico

### **Manifestação do Conselho de Administração**

Os membros do Conselho de Administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A., aqui representados pelo Presidente do Conselho de Administração abaixo-assinado, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2020, compreendendo o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado, de Outros Resultados Abrangentes, complementadas pelas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação de lucro do exercício, e acompanhadas do relatório da auditoria externa, sem ressalvas, emitido pela KPMG Auditores Independentes, e respectivos esclarecimentos prestados por seu representante, à este Conselho de Administração, que tendo aprovado os referidos documentos, propõe sua submissão à Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Barueri, 23 de fevereiro de 2021.

Mario Fernando de Melo Santos

Presidente da Mesa e do Conselho de Administração